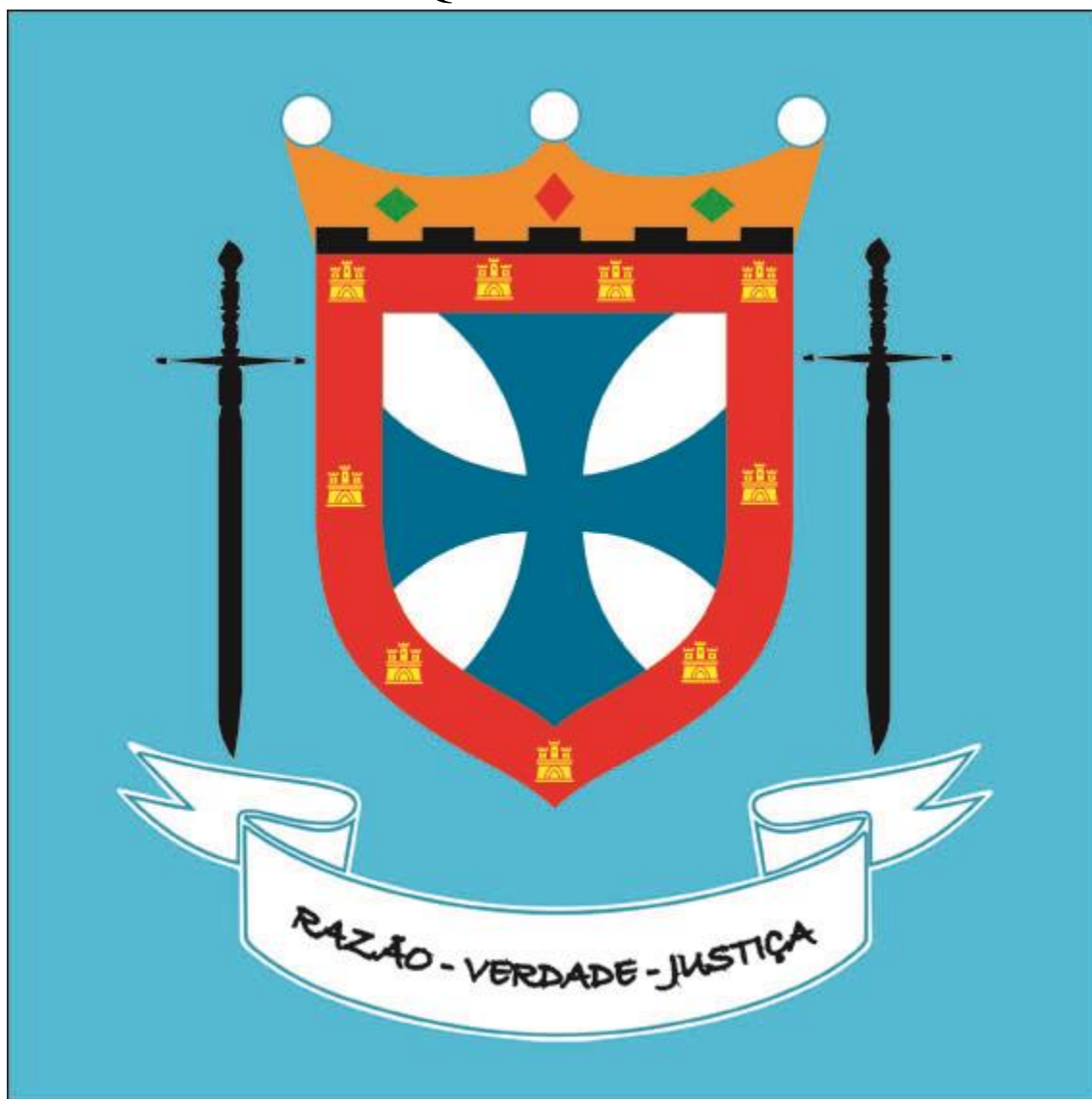


CASA IMPERIAL PORTUGUESA  
COLECÇÃO  
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR  
AO REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL  
MONÁRQUICO PORTUGUÊS



DIPLOMA DO MATERIAL BÉLICO

## TÍTULO PRIMEIRO – MATERIAL BÉLICO.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E DEFINIÇÕES.

1 – O presente diploma tem por objectivo estabelecer a definição do regime jurídico aplicável:

a) Ao controlo do mercado lícito de actividades do material bélico e dos produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades com excepção das actividades das armas e das munições e dos produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do DIPLOMA DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES e do ensino da material bélico constante do DIPLOMA DA EDUCAÇÃO, para fins de prevenção, defesa e segurança da paz, ordem e harmonia da vida do reino de Portugal, bem como dos percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em todo o processo;

b) Ao tráfico, uso, porte e utilização ilícito de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como dos percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em todo o processo; e

c) Ao consumo de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades exclusivos do exercício de competências das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses nos termos dos REAIS CÓDIGOS DE PROCESSO MILITAR, POLICIAL e SAPADOR respectivamente.

2 – Para efeitos do disposto no presente diploma, entende-se por:

a) MATERIAL BÉLICO – Todo o equipamento, máquina, instrumento, ferramenta, acessório, utensílio, munição ou transporte, aéreo, marinho ou terrestre em exercício nas actividades das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses, nomeadamente as armas e munições restritas do exercício profissional das reais forças armadas portuguesa e da guarda real portuguesa, que pelo seu uso, utilização e manipulação, produz, potencia e constitui por via da sua função e acção indevida, um meio de ataque e atentado à vida humana, aos ciclos de biodiversidade ou infra-estrutural;

b) PRODUTO ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO – Todo o material bélico, ou matéria do material bélico em uso, utilização e consumo nas actividades das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses e dos sectores de actividade económicos destes dependentes;

c) SERVIÇO PRESTADO ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO – Toda a acção de manutenção, conservação, reparação e

restauro do material bélico e de outros serviços prestados em exercício nas actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades;

d) **PRODUTO** – Actividades do material bélico, bem como os produtos oriundos das mesmas actividades obtidos nas actividades do material bélico;

e) **PRODUÇÃO** – A obtenção por métodos técnicos artesanais de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades, nomeadamente as actividades de montagem, bem como de matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

f) **FABRICO** – A obtenção por quaisquer métodos técnicos industriais de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades, nomeadamente as actividades de montagem, bem como de matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

g) **MANIPULAÇÃO** – O processo físico ou químico mediante o qual se caracteriza a qualidade, a especificidade e as características próprias do material bélico em uso e utilização nas actividades do material bélico e dos produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como das matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma;

h) **IMPORTAÇÃO** – A introdução no espaço territorial português de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, provenientes de estados soberanos exteriores ao império português;

i) **EXPORTAÇÃO** – A saída do espaço territorial português para outros estados soberanos exteriores ao império português de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

j) **TRÂNSITO** – A passagem pelo espaço territorial português ou o transbordo de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma;

l) **INTRODUÇÃO** – A entrada física no espaço territorial português de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, provenientes de outro estado soberano constituinte do império português;

m) **EXPEDIÇÃO** – A saída física do espaço territorial português de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das

mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, para outro estado soberano constituinte do império português;

n) **INSTALAÇÕES do OPERADOR** – Toda a infra-estrutura ocupada por um operador num determinado local, envolto das actividades constantes do presente diploma;

o) **COLOCAÇÃO no MERCADO** – Toda a acção de fornecimento da comunidade, a título oneroso ou gratuito de actividades do material bélico, de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades e de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias inventariadas susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, bem como a armazenagem, o fabrico, a produção, a manipulação, o comércio, a distribuição ou a corretagem dessas matérias para efeitos de fornecimento da comunidade;

p) **OPERADOR** – Toda a pessoa singular ou colectiva que exerce a sua actividade profissional com actividades do material bélico e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como com percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma.

3 – Para efeitos do disposto no presente diploma e sua regulamentação e com objecto a uma uniformização conceptual dos produtos oriundos das actividades do material bélico, compete em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses definir o material bélico aéreo, marinho e terrestre.

## **ARTIGO SEGUNDO – TABELAS.**

1 – As actividades do material bélico e os produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades estão compreendidos e classificados por classes, sendo estas A, B, C, de acordo com as suas especificidades, as suas características, com o grau de perigosidade que cada uma representa, o fim a que se destinam e a sua necessidade.

2 – Classificação das actividades do material bélico:

a) Classe A – Prevenção;

b) Classe B – Ordem;

c) Classe C – Segurança.

3 – Classificação dos produtos oriundos das actividades do material bélico:

a) Classe A – O material bélico classificado pelas reais forças armadas portuguesa, pela guarda real portuguesa e pelos reais sapadores portugueses em exercício nas actividades de **PREVENÇÃO**:

1. Aérea:

2. Marinha:

3. Terrestre:

b) Classe B – O material bélico classificado pelas reais forças armadas portuguesa, pela guarda real portuguesa e pelos reais sapadores portugueses em exercício nas actividades de ORDEM:

1. Aérea:

2. Marinha:

3. Terrestre:

c) Classe C – O material bélico classificado pelas reais forças armadas portuguesa, pela guarda real portuguesa e pelos reais sapadores portugueses em exercício nas actividades de SEGURANÇA:

1. Aérea:

2. Marinha:

3. Terrestre:

4 – Classificação dos serviços prestados oriundos das actividades do material bélico:

a) Actividades de manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados do material bélico:

5 – Classificação das actividades do material bélico e dos produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades proibidos, de produção, fabrico, comercialização, aquisição, detenção, uso, porte e consumo:

a) Actividades do material bélico:

b) Produtos oriundos das actividades do material bélico:

c) Serviços prestados oriundos das actividades do material bélico:

6 – Classificação dos precursores das actividades do material bélico:

7 – Classificação das matérias-primas das actividades do material bélico:

8 – Classificação das matérias subsidiárias das actividades do material bélico:

9 – Os produtos oriundos das actividades do material bélico só podem ser afecto ao exercício da actividade ou da realização dos actos de esforço que motivaram a sua concessão, podendo por deliberação do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e do ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses e a solicitação fundamentada do interessado no exercício da actividade profissional ser afectas a outras actividades.

10 – As tabelas serão obrigatoriamente actualizadas de acordo com as alterações no padrão de uso, utilização e consumo do mercado português e com as alterações aprovadas pelo órgão próprio das nações unidas, segundo as leis previstas nas convenções ratificadas pelo estado português.



### ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO E DO CONTROLO.

1 – A produção, o fabrico, emprego, comércio, distribuição, importação, exportação, introdução, expedição, trânsito, transbordo, armazenamento, circulação, aquisição, cedência, a detenção a qualquer título, a colocação no mercado, declaração de aquisição, o livrete de manifesto, guarda, segurança, uso e porte de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como o enquadramento legal das operações especiais de prevenção, defesa e segurança militar, policial e sapador, ficam sujeitos e obrigados aos condicionamentos, autorizações e fiscalização constantes do presente diploma.

2 – Ficam obrigados a controlo todas as actividades do material bélico e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades referidos nas convenções relativas ao material bélico ratificadas por Portugal e respectivas alterações, nomeadamente as actividades das armas e das munições e os produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades e as actividades dos transportes e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades do exercício profissional das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses.

3 – A detenção, uso e porte de material bélico por militares das reais forças armadas portuguesa, por agentes da guarda real portuguesa e por sapadores dos reais sapadores portugueses, são regulados por diploma próprio, bem como todos os actos de cooperação estratégia militares, policiais e sapadores, imperiais portugueses ou internacionais realizados em espaço territorial português.

### ARTIGO QUARTO – LEIS E CONCEITOS TÉCNICOS.

1 – As leis e os conceitos técnicos contidos no presente diploma são compreendidos em harmonia com as convenções relativas ao material bélico ratificadas pelo estado português.

2 – O presente diploma explicitará as leis exigidas à integridade de todo o processo e à sua plena execução, mencionando a referência às quotas de produção e de fabrico aos cidadãos e entidades autorizados ou autorizadas a adquirir actividades do material bélico e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, às condições de entrega, transferência, cedência, aos registos a elaborar, às comunicações e informações a prestar, aos relatórios a fornecer, às medidas de segurança a adoptar, às características dos estojos e folhetos informativos, às restrições das liberdades sociais, bem como às taxas do exercício das actividades e às sentenças inerentes ao desrespeito e violação pela regulamentação do presente diploma.

### ARTIGO QUINTO – DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a praticar actividades do material bélico e com uso e utilização de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como com percursos, matérias-primas ou

matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, são obrigados a prestar no imediato momento em que legitimamente lhes for exigida e requerida, todas as informações e elementos solicitados pelas entidades com poder de fiscalização e controlo.

#### ARTIGO SEXTO – LIBERALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO E DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – A liberalização do exercício das actividades do material bélico e dos produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades compreendidos no artigo 2º, do presente capítulo, faz-se mediante a responsabilização dos actos de cada um profissional e de cada um militar, agente ou sapador, tendo presente as restrições das liberdades sociais inerentes ao seu uso e utilização, durante o período de tempo compreendido pelo seu efeito e pela sua acção directa, devidamente mencionado no folheto informativo, comprometendo-se o próprio militar, agente ou sapador à exigência do máximo rigor, integridade e responsabilidade dos actos perpetrados.

#### ARTIGO SÉTIMO – AQUISIÇÃO, DETENÇÃO, USO E PORTE DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO.

1 – A aquisição, detenção, uso e porte de produtos oriundos das actividades do material bélico compreendido nas classes do artigo 2º, do presente capítulo são exclusivos da competência dos militares das reais forças armadas portuguesa, dos agentes da guarda real portuguesa e dos sapadores dos reais sapadores portugueses, bem como dos profissionais de entidades privadas de sectores de actividade económicos da prevenção, da segurança e da ordem que o permita no âmbito do competente diploma.

2 – Poderá o produto oriundo das actividades do material bélico ser transferido para outro paiol de material bélico das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa ou dos reais sapadores portugueses constantes do reino de Portugal sempre que devidamente requerido pelo seu respectivo órgão de soberania militar, policial ou sapador da área de circunscrição geográfica no qual o produto oriundo das actividades do material bélico está registado e depositado, sendo transportado por elementos das reais forças armadas portuguesa, sob fortes medidas de segurança.

3 – Poderá mediante autorização em uníssono do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e do ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, ser autorizado a venda, aquisição, cedência, detenção, utilização, importação, exportação, introdução, expedição, de produtos oriundos das actividades do material bélico das classes A, B e C, com excepção de munições, destinadas a museus públicos ou privados, entidades de cariz didáctico, de investigação científica ou industriais, ou realizações teatrais, cinematográficas ou outros espectáculos de cariz artístico, sob a supervisão e controlo das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa ou dos reais sapadores portugueses e sobre fortes

medidas de segurança em todo o período de tempo de detenção, uso e utilização dos mesmos de modo e forma a evitar o descaminho do seu uso, a sua subtracção, extravio ou danificação.

4 – As autorizações referidas no número anterior são requeridas com justificação da motivação, indicação do local e do período de tempo da detenção, uso e porte de produtos oriundos das actividades do material bélico, das condições de segurança para os mesmos produtos durante todo o período de tempo e dos responsáveis pela sua detenção, uso e utilização.

#### ARTIGO OITAVO – HONRA À DETENÇÃO, USO E PORTE DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO.

1 – A honra à detenção, uso e porte de produtos oriundos das actividades do material bélico é restrito do exercício de competências dos militares das reais forças armadas portuguesa, dos agentes da guarda real portuguesa, dos sapadores dos reais sapadores portugueses e dos militares, agentes e sapadores externos agregados aos acordos diplomáticos de segurança, ordem e prevenção, imperiais portugueses e internacionais

2 – Sempre que em caso de estado de emergência ou estado de sítio declarado por SUAS MAJESTADES e pelos órgãos de soberania competentes para determinada área de circunscrição geográfica específica se compreenda a exigência de um reforço das medidas adicionais de segurança e de ordem em prol da defesa da integridade soberana portuguesa, das populações ou dos haveres patrimoniais da comunidade, proceder-se-á nos termos da lei à entrega dos produtos oriundos das actividades das armas e das munições aos seus proprietários, bem como se procederá ao alistar de militares e agentes aposentados, sob declaração de orgulho, honra e pátria, lealdade e fidelidade a SUAS MAJESTADES, aos órgãos de soberania portugueses e ao nobre povo português, no cumprir o respeito, responsabilidade e compromisso da missão delegada, sendo os mesmos devolvidos nos termos da lei após o termino do estado de emergência ou estado de sítio declarado.

#### ARTIGO NONO – HOMOLOGAÇÃO.

1 – Estão sujeitas a homologação mediante catálogo a publicar anualmente em uníssonos pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, os produtos oriundos das actividades do material bélico destinados a comercialização, aquisição, detenção, cedência, importação, exportação, introdução, expedição, trânsito e transbordo.

2 – Para fins de homologação os produtos oriundos das actividades do material bélico que não constem do catálogo referido no número anterior, o interessado submete requerimento em uníssonos ao MARECHAL das reais forças armadas portuguesa, ao MARECHAL da guarda real portuguesa e ao MARECHAL dos reais sapadores



portugueses, sendo o processo instruído com a descrição técnica pormenorizada do produto oriundo das actividades do material bélico e com catálogo fotográfico em modelo e condições a definir por despacho em uníssono do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e do ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses.

3 – É proibida nos termos da lei a comercialização, aquisição, detenção, cedência, importação, exportação, introdução, expedição, trânsito e transbordo de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma não homologadas, constituindo crime de tráfico e outras actividades ilícitas.

#### ARTIGO DÉCIMO – MINISTRO DO MATERIAL BÉLICO.

1 – É ministro do material bélico, o ministro bélico.

#### CAPÍTULO SEGUNDO – AUTORIZAÇÃO, LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

#### ARTIGO PRIMEIRO – LICENCIAMENTOS, CONDICIONAMENTOS E AUTORIZAÇÕES.

1 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses em uníssono são as entidades competentes a nível nacional para estabelecer condicionamentos e conceder, revogar ou suspender as autorizações para as actividades relacionadas com material bélico e com produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, dentro dos limites estritos das necessidades do reino de Portugal e do cumprir os acordos comerciais estabelecidos com os países constituintes do império português e com o mundo, dando prevalência aos interesses de ordem de prevenção, defesa e segurança e de investigação científica, bem como certificar a qualidade, precisão e rigor dos produtos obtido em todo o processo de produção e fabrico.

2 – Aos sectores ministeriais da ordem, da segurança e da prevenção em uníssono compete com base nos dados fornecidos pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses em uníssono emitir a declaração de importação ou introdução, bem como a autorização de exportação ou expedição de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma.

3 – Ao sector ministerial da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais ou da extracção e dos minerais respectivo compete com base nos dados fornecidos em uníssono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses emitir a declaração de

importação ou introdução, bem como a autorização de exportação ou expedição de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma.

4 – As áreas presidenciais da segurança, da ordem e da prevenção são as autoridades nacionais com competências para licenciar os locais onde se realizará o exercício das competências das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses com produtos oriundos das actividades do material bélico.

5 – A área presidencial da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais e da extracção e dos minerais são as autoridades nacionais com competências para licenciar respectivamente as actividades da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais e da extracção e dos minerais respectivamente e os produtos e serviços prestados provenientes das mesmas actividades em uso e utilização na produção e fabrico de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma, bem como todo o processo de laboração das mesmas.

6 – A área presidencial da indústria é a autoridade nacional competente para licenciar os estabelecimentos artesanais e industriais onde se realizará a produção e o fabrico de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, e todo o processo de laboração das mesmas.

7 – As reais forças armadas portuguesa e a guarda real portuguesa são as autoridades nacionais com competência para licenciar as condições de segurança dos paióis de material bélico das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses, bem como das infra-estruturas envolvidas do armazenamento, embalagem, produção e fabrico de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma.

8 – Os reais sapadores portugueses, são a autoridade nacional com competências para licenciar as condições de habitabilidade e protecção das infra-estruturas envolvidas do armazenamento, embalagem, produção e fabrico de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, bem como dos paióis de material bélico das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses.

9 – Compete a cada uma ordem profissional envolta do exercício das actividades requeridas certificar a qualificação dos respectivos profissionais envolvidos do exercício de actividades constantes da autorização.

10 – Compete aos órgãos de soberania fiscais, comprovar a idoneidade e integridade de cada um dos contribuintes mencionados ao exercício das actividades constantes da autorização.

11 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos, comprovar a idoneidade e integridade por via do registo criminal de cada um dos cidadãos mencionados ao exercício

das actividades constantes da autorização, adoptando uma atitude idónea, integra e valorosa face ao registo criminal por crimes praticados no presente diploma.

12 – O despacho de autorização, revogação ou suspensão das actividades constantes do presente diploma concedido em uníssonos pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, é publicado, divulgado e difundido pelos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA e estabelece as condições a observar pelo requerente.

13 – Cada autorização genérica concedida não ultrapassará o período de cinco anos, sendo prorrogada por igual período de tempo por comunicação em uníssonos do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e do ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses em cada ciclo enquanto se afirmarem válidos os requisitos legais e fundamentadas as necessidades, exigências e os fins a que se destinam.

## ARTIGO SEGUNDO – PROCESSAMENTO DE AUTORIZAÇÃO.

1 – Compete em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses analisar a viabilidade e exequibilidade de cada um pedido de autorização para o exercício das actividades constantes do presente diploma, para cada um ano de exercício, nos termos dos deveres, responsabilidades e compromissos que afirma face às necessidades e exigências internas e ao cumprir os acordos e compromissos imperiais portugueses e internacionais.

2 – Aprovada a avaliação da viabilidade e exequibilidade do projecto compete em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses emitir a declaração de projecto às autoridades competentes envolvidas de cada uma licença exigidas ao exercício da actividade, para que procedam de forma a uma certificação idónea, integra e rigorosa e que de forma célere emitam a respectiva licença face às responsabilidades da acção a desenvolver.

3 – Compete a cada uma entidade responsável pela certificação avaliar, qualificar e certificar as características próprias inerentes ao exercício da respectiva actividade e a sua fidedignidade na competência das funções a cumprir e a realizar, pelo que não correspondendo à integridade do processo sublinhará os factores negativos da não concessão da licença respectiva.

4 – Compete em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses com todas as licenças das entidades competentes respectivas envolvidas de todo o processo, emitir a autorização ao exercício da respectiva actividade ou indeferir a autorização da actividade proposta, comunicando a todas as entidades envolvidas da autorização a deliberação imposta e no caso de não concessão remetendo a cópia do parecer negativo da entidade ou entidades que o indeferiram.

5 – Às entidades certificadoras de licença para o exercício das actividades constantes do presente diploma compete em todo o espaço de tempo que se processar a respectiva autorização, a verificação da integridade e fidedignidade de todo o processo de licenciamento respectivo.

### ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO.

1 – Compete às reais forças armadas portuguesa, à guarda real portuguesa, aos reais sapadores portugueses e ao órgão de soberania jurídico da área de circunscrição respectiva das actividades constantes do presente diploma, fiscalizar as actividades autorizadas de produção, fabrico, emprego, comércio, distribuição, importação, exportação, introdução, expedição, trânsito, aquisição, venda, entrega, detenção, uso e utilização de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma.

2 – Na fiscalização das actividades autorizadas referidas no número anterior pode a qualquer momento ser feita inspecção aos locais de produção e fabrico, bem como aos locais de exercício de competências das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses, às instalações, aos paióis de material bélico ou meios de transporte e ser solicitada a apresentação e exibição de licenças, certificados, autorização, documentos, registos e produtos da actividade respectivos.

3 – Antes do início da fiscalização, o responsável pela referida inspecção identifica-se devidamente através de cartão próprio ou mediante credencial onde se mencione o seu poder de fiscalização.

4 – Se o cidadão ou entidade inspeccionado ou inspeccionada se negar e recusar a exhibir os dados ou elementos solicitados, é comunicado no imediato momento ao órgão de soberania jurídico da área de circunscrição geográfica respectiva e é pedida a intervenção das autoridades policiais para que se concretize a diligência, devendo o facto constar do relatório de inspecção, permanecendo a autoridade policial até à concretização da acção a realizar.

5 – As infracções detectadas são comunicadas no imediato momento às autoridades jurídicas que accionaram as autoridades judiciais com vista à investigação criminal e ao apuramento da veracidade da integridade de todo o processo.

6 – A toda a entidade interveniente no processo de fiscalização dos cidadãos ou entidades detentores ou detentoras de autorização para o exercício das actividades constantes do presente diploma, compete elaborar em cada uma acção de fiscalização o respectivo relatório de inspecção da operação realizada, permanecendo a entidade fiscalizadora com o original e o cidadão ou entidade visado ou visada pela inspecção com uma cópia do mesmo relatório, devidamente datado e assinado por ambas as partes que arquivaram para que conste como prova do acto realizado, ou em caso da constatação de irregularidades verificadas será incorporado no processo-crime respectivo.



7 – Mediante portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da segurança, da ordem, da prevenção e da justiça será proibida a produção ou o fabrico de actividades do material bélico específica da qual se possa por via da manipulação, produção, fabrico ou preparação obter actividade do material bélico ou produto oriundo das mesmas actividades proibido, bem como percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, de modo e forma a salvaguardar, defender e proteger a moralidade ou a saúde pública e impedir o tráfico e a comercialização ilícita de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

#### ARTIGO QUARTO – NATUREZA DAS AUTORIZAÇÕES.

1 – As autorizações concedidas em uníssono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses são intransmissíveis, não podendo ser cedidas ou utilizadas por outrem a qualquer título.

2 – Sempre que se trate de cidadãos ou entidades com filiais ou depósitos é necessário a respectiva autorização para cada um espaço.

3 – Os pedidos de autorização ou manutenção da autorização das actividades constantes do presente diploma, são dirigidos em uníssono ao MARECHAL das reais forças armadas portuguesa, ao MARECHAL da guarda real portuguesa e ao MARECHAL dos reais sapadores portugueses, em suporte de papel ou por via electrónica, devendo ser acompanhados por:

- a) Cópia do bilhete de identificação de cada um elemento envolvido no processo de autorização e das demais obrigações legais;
- b) Cópia do cartão de contribuinte se o mesmo for requerido por cidadão em nome individual ou do cartão de contribuinte da empresa nos casos em que o mesmo se verifique;
- c) Bilhete de identidade de todos os cidadãos intervenientes no exercício da actividade e declaração de competências, cargos e funções exercidas por cada um no exercício da actividade respectiva;
- d) Certificado passado pela ordem bastonária respectiva de cada um dos cidadãos intervenientes no exercício da actividade;
- e) Indicação dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização no exercício da actividade;
- f) Indicação da capacidade, qualidade e funcionalidade do produto final a realizar;
- g) Modos, métodos e técnicas em uso no exercício da actividade;



h) Planta da implementação das instalações para a realização das actividades previstas, incluindo armazéns ou depósitos em uso e utilização.

4 – A decisão sobre o pedido de autorização é determinado pela celeridade dos procedimentos a adoptar por cada uma entidade envolta do processo de licenciamento.

5 – O pedido de autorização é indeferido sempre que as condições exigidas por cada uma entidade interveniente no processo de licenciamento não observarem cumpridos os requisitos legais para o exercício da respectiva actividade ou existirem fundadas razões para suspeitar que a actividade se destine para fins ilícitos.

6 – Sempre que no decurso da actividade se verifiquem alterações às informações constantes, o titular da autorização deve proceder no prazo de cinco dias à comunicação ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses que accionaram a entidade ou entidades da licença respectiva à observação da legalidade das alterações efectuadas.

#### ARTIGO QUINTO – REQUISITOS SUBJECTIVOS.

1 – Só podem ser concedidas autorizações a cidadãos ou entidades, cujos titulares, representantes legais e equipa técnica ofereçam garantias da idoneidade e integridade moral e profissional, devendo ser considerados para a avaliação do facto, parecer das várias ordens profissionais, dos órgãos de soberania jurídicos, fiscais, sociais e notariais, das entidades de saúde e financeiras respectivas, de todos os elementos envolvidos da acção a realizar, com a discriminação do cadastro respectivo.

#### ARTIGO SEXTO – MANUTENÇÃO E CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO.

1 – No caso de falecimento, substituição dos intervenientes no processo ou de modos, métodos e técnicas em uso e utilização, ou mudança de firma, o requerimento de manutenção da autorização deve ser presente ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses no prazo máximo de cinco dias, que se obrigaram à verificação dos requisitos da idoneidade e integridade moral e profissional constante do artigo anterior dos novos factores intervenientes no processo, sempre que o mesmo se verificar.

2 – A autorização caduca sempre que se verificar a cessação da actividade, se declarado nos termos da lei pelas entidades competentes a destruição do mesmo produto e se no caso do número anterior não for requerida a sua manutenção no prazo estabelecido nos termos da lei.

#### ARTIGO SÉTIMO – REVOGAÇÃO OU SUSPENSÃO DA AUTORIZAÇÃO.

1 – Em uníssono o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses devem revogar a autorização concedida, sempre que deixar de se verificar os requisitos exigidos para a sua concessão.

2 – Pode ter lugar a revogação da autorização ou ser ordenada a suspensão, por período de tempo determinado ou em definitivo, sempre que ocorra acidente técnico, subtracção ou deterioração de produtos oriundos das actividades do material bélico, percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma ou outra qualquer irregularidade passível de determinar risco significativo para a ordem pública ou para o abastecimento ilícito do mercado, bem como no caso de incumprimento das obrigações que impendem sobre o beneficiário da autorização.

3 – Os despachos de revogação ou suspensão são publicados, divulgados e difundidos nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA.

#### ARTIGO OITAVO – EFEITOS DA REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO.

1 – No caso de revogação ou suspensão da autorização, em uníssono o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, solicitaram no imediato momento ao cidadão ou entidade envolto ou envolta do processo a devolução das existências devidamente inventariadas de produtos oriundos das actividades do material bélico, de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma que possua, bem como pode exigir a sua devolução a quem as tenha fornecido ou ceder a outros cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas no seu uso e utilização.

2 – A devolução ou cedência deve ser requerida no imediato momento da revogação ou da sentença judicial condenatória, devidamente quantificadas, classificadas e qualificadas em todo o processo de inventariação e transferidos por ordem do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas, do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e do ESTADO-MAIOR dos reais sapadores em uníssono para o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa, para que se proceda à sua venda ou destruição, sempre que exista risco de deterioração ou de entrada ilícita no mercado.

3 – O produto da venda das existências em processo de revogação ou suspensão, reverte para o seu proprietário sempre que a revogação ou suspensão da autorização não se processe por via de sentença judicial condenatória, sendo deduzidas as respectivas despesas do estado em todo o processo ou reverterem na sua plenitude para o estado sempre que a mesma se revista por via de acção jurídica.

#### ARTIGO NONO – REGISTO DE ACTIVIDADE.

1 – Compete em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos

reais sapadores portugueses organizar o registo de pessoas singulares e colectivas autorizadas nos termos da lei a exercer actividades constantes do presente diploma, tendo presente o respectivo cadastro no qual são averbadas todas as infracções respectivas e remetem o mesmo registo aos órgãos de soberania jurídico, militar, policial e sapador da respectiva área de circunscrição geográfica, de modo e forma à adopção das medidas de segurança, fiscalização e controlo do exercício da respectiva actividade.

#### ARTIGO DÉCIMO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO.

1 – As operações de importação, introdução e de colocação no mercado interno de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma são comunicadas em uníssono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses aos sectores ministeriais da segurança, da ordem, da prevenção, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais ou da extracção e dos minerais respectivos, de acordo com as necessidades e exigências prementes da vida do reino de Portugal, competindo aos respectivos ministros em colaboração com os técnicos das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses a averiguação no mercado imperial português ou internacional dos produtos a acordar, tendo em conta a qualidade do produto ou serviço, funcionalidade e o seu estado de conservação ou eficiência.

2 – Compete em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses avaliar para cada ano de exercício os excedentes de produção de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma da vida do reino de Portugal e comunicar aos correspondentes sectores ministeriais da segurança, da ordem, da prevenção, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais ou da extracção e dos minerais respectivos, que observaram a nível do império português e internacional às instâncias competentes de cada estado soberano da existência de excedentes produtivos, de modo a acordar a sua transferência comercial.

3 – Sempre que existam indícios que a operação de importação, introdução, exportação ou expedição de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, se destinam à produção, fabrico ou transacções com fins ilícitos, as entidades responsáveis pela vigilância, transporte ou licenciamento informam no imediato momento as autoridades jurídicas, para que accionem as autoridades judiciais com vista à sua investigação.

4 – Compete aos sectores ministeriais da segurança, da ordem, da prevenção, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e

dos vegetais ou da extracção e dos minerais respectivos comunicar ao real supremo tribunal de justiça português por via da cópia das declarações, todas as importações, introduções, exportações ou expedições de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, mencionando as respectivas entidades envolvidas do processo e respectivos estados soberanos.

5 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses no âmbito da sua competência para a concessão de autorizações de produção, fabrico e comercialização de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, adoptará em cada momento as medidas que entender necessárias e exigidas ao rigoroso e integro controlo das referidas operações.

6 – Aos produtores, fabricantes, importadores, introdutores, exportadores, expedidores, grossistas ou retalhistas licenciados e autorizados a produzir, fabricar ou comercializar actividades do material bélico e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, que detiverem conhecimento de encomendas ou operações suspeitas e que não denunciarem às entidades fiscalizadoras nacionais, podendo presente a gravidade do facto ser-lhe retirado a licença ou revogada a autorização, sem prejuízo da aplicação do respectivo processo criminal.

7 - Mediante portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da segurança, da ordem, da prevenção e da justiça pode ser proibida a produção, fabrico, emprego, comércio, distribuição, importação, introdução, exportação, expedição, trânsito, transbordo, transporte, a detenção por qualquer título, o uso e utilização de produtos ou serviços prestados oriundos das actividades do material bélico, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, sempre que essa medida se revele a mais apropriada para salvaguardar, defender e proteger a segurança e ordem pública e impedir o tráfico e a comercialização ilícita de produtos ou serviços prestados oriundos das actividades do material bélico, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

8 – A fiscalização, o controlo e a regulamentação prevista no presente artigo, não prejudicam a ponderação em todo o momento de medidas mais estritas, de modo e forma ao pleno, íntegro e rigoroso modo de processamento das actividades e acções constantes do presente diploma.

#### **ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA FISCALIZADORA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA FISCAIS E DAS ENTIDADES ALFANDEGÁRIAS.**

1 – Sem prejuízo das competências dos órgãos de soberania jurídicos, da guarda real portuguesa, das reais forças armadas portuguesa e dos reais sapadores portugueses e no sentido da máxima transparência de todo o processo, compete aos órgãos de soberania



fiscais fiscalizar entre outras, as actividades de comércio, distribuição, aquisição, venda, transporte, entrega e detenção de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, bem como as actividades do exercício das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses e às entidades alfandegárias fiscalizar as actividades de importação, exportação, introdução e expedição, trânsito e transbordo em espaço territorial português.

2 – Na fiscalização das actividades autorizadas referidas no número anterior pode a qualquer momento ser feita inspecção aos locais de produção, fabrico, comércio, de exercício das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses, às instalações industriais ou artesanais, aos paióis de material bélico e meios de transporte e ser solicitada a apresentação e exibição de licenças, certificados, documentos, registos e produtos da actividade respectivos.

3 – As infracções detectadas são comunicadas no imediato momento às autoridades jurídicas que accionaram as autoridades judiciais com vista à investigação criminal e ao apuramento da veracidade da integridade de todo o processo.

4 – As entidades alfandegárias dão no imediato momento conhecimento ao real supremo tribunal de justiça português das operações de desalfandegamento que tenham por objectivo actividades do material bélico e produtos oriundos das mesmas actividades, bem como percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, com identificação do importador ou exportador, do fornecedor ou cliente e designação do estado soberano, bem como da entidade transportadora, nacionalidade e licença de posse e detenção das mesmas ou dos mesmos.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVER DE COMUNICAÇÃO.

1 – Compete à guarda real portuguesa comunicar e informar o órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição, das apreensões fora das áreas reservadas nos termos da lei para a detenção, uso, porte e utilização de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiária constantes do presente diploma, à margem da lei e das licenças, autorizações e concessões obrigatórias para o mesmo fim, de modo ao respectivo e imediato procedimento criminal.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SEGURANÇA, ARSENAL DE MATERIAL BÉLICO E TRANSPORTE.

1 – A defesa, protecção e segurança dos locais de exercício das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses, das infra-estruturas de produção, fabrico, de armazenamento e de embalamento de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como dos paióis de material bélico presentes no reino de Portugal constantes do presente diploma, é da competência das reais forças armadas portuguesa, que a exerceram vinte e quatro horas por dia.



2 – As reais forças armadas portuguesa possuirão um arsenal de material bélico para guardar os produtos oriundos das actividades do material bélico após a sua apreensão, produção ou fabrico e procederão em colaboração com os técnicos da guarda real portuguesa à sua rigorosa peritagem, análise e exame, classificação, quantificação e qualificação, bem como à colocação do mesmo produto no respectivo estojo de segurança do seu proprietário de modo e forma a serem colocados no mercado de consumo ou à sua destruição declarada por sentença jurídica.

3 – Toda a acção de transporte no espaço territorial português das infra-estruturas de produção e fabrico de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma, dos prestadores de serviços de manutenção, conservação, reparação e restauro e dos paióis de material bélico das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses, para o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa ou para outros paióis de material bélico e do arsenal de material bélico para as entidades didácticas e de investigação científica, é da competência exclusiva das reais forças armadas portuguesa, bem como toda a acção de transporte exportadora para com os estados constituintes do império português e com o mundo.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADÃOS.

1 – Com excepção dos acordos diplomáticos de prevenção, ordem e segurança imperiais portugueses e internacionais, todo o cidadão estrangeiro que se apresente nas fronteiras portuguesas com produtos oriundos das actividades do material bélico, bem como com percursores, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma, incorrerá em processo criminal pelo crime de tráfico e outras actividades ilícitas.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DETENÇÃO DE MATERIAL BÉLICO EM MEIO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL.

1 – É permitido nos termos da lei, o transporte internacional em embarcações, aviões, comboios e transportes rodoviários colectivos autorizados pelo estado soberano no qual está registado, de agentes da autoridade policiais ou de militares devidamente munidos com produtos oriundos das actividades do material bélico, que se possam tornar necessários durante a viagem para segurança dos passageiros.

2 – Os produtos oriundos das actividades do material bélico devem ser transportados em condições de segurança, de modo a evitar a sua subtracção ou descaminho e devem ser comunicados às autoridades alfandegárias no imediato momento de entrada em espaço territorial português.

3 – Compete às autoridades alfandegárias competentes portuguesas, proceder no imediato momento às verificações, inspecções ou quaisquer outras operações de controlo que se mostrem necessárias e exigidas a bordo dos mesmos meios de transporte.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – TAXAS.

1 – A apresentação de requerimentos, a concessão de licença e de alvarás e suas renovações, de autorizações, a realização de vistorias e exames, os manifestos e livretes de manifesto e todos os actos sujeitos a despacho pelas entidades competentes previstos no presente diploma, estão dependentes do pagamento por parte dos interessados de uma taxa simbólica de valor a fixar por portaria conjunta das áreas presidenciais da justiça, da ordem, da segurança, da prevenção, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, natural e da indústria, mediante parecer do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e do ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, sujeita a actualização anual, tendo em conta o índice médio de preços junto do consumidor oficialmente publicado e referente ao ano anterior.

2 – O produto das taxas reverte para as autoridades competentes envolvidas de cada um acto processual.

3 – Todos os actos constantes do número 1, serão processados com recurso a meios electrónicos de pagamento, sendo a falta de pagamento voluntária dos actos determinante para a suspensão automática de toda e qualquer autorização constantes do presente diploma.

## CAPÍTULO TERCEIRO – COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO.

### ARTIGO PRIMEIRO – DIRECÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS.

1 – Compete à direcção geral das alfândegas:

a) Zelar pelo cumprimento da legislação alfandegária do reino de Portugal e pelo rigor dos procedimentos aduaneiros relativos a actividades do material bélico e a produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização no exercício das actividades constantes do presente diploma, delegando nas instâncias alfandegárias competentes o respectivo desembaraço aduaneiro;

b) Implementar os mecanismos adequados à completa identificação e controlo das mercadorias referidas no número anterior, de acordo com as especificações constantes da autorização respectiva, procedendo nos termos legais à recolha de amostras dos produtos e à realização de exames e análises necessárias, precisas e exigidas a confirmar a veracidade da respectiva autorização;

c) Determinar o reforço das medidas exigidas a evitar a subtracção e desvio das mercadorias constantes para destino diferente do indicado na autorização, comunicando no imediato momento às autoridades policiais e militares da respectiva alfândega.

### ARTIGO SEGUNDO – INFRACÇÕES ALFANDEGÁRIAS.

1 – A violação dos actos processuais alfandegários das actividades de importação, exportação, introdução, expedição, trânsito e transbordo, constitui crime, sendo julgado pelo órgão de soberania jurídico competente da área de circunscrição geográfica respectiva do processo.

### ARTIGO TERCEIRO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL.

1 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, reais forças armadas portuguesa, guarda real portuguesa, reais sapadores portugueses, órgãos de soberania fiscais, direcção geral das alfândegas, ministérios da ordem, da segurança, da prevenção, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos, bem como todas as entidades envolvidas de todo o processo, deveram promover a troca de informações e implementar mecanismos para uma efectiva cooperação administrativa e técnica tendentes à execução das suas competências no âmbito do presente diploma.

### ARTIGO QUARTO – DEVER DE DENÚNCIA.

1 – A todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas ao exercício de actividades constantes do presente diploma, que constatem ou detenham o conhecimento no exercício da sua actividade de encomendas ou transacções de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma suspeitas de serem desviadas para fins ilícitos, compete a comunicação no imediato momento ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição geográfica, à guarda real portuguesa, às reais forças armadas portuguesa ou aos reais sapadores portugueses dos mesmos factos, devendo a entidade visada diligenciar nos órgãos de soberania competentes as operações a realizar com vista ao apuramento da veracidade dos factos.

### ARTIGO QUINTO – CONTROLO.

1 – À área presidencial da indústria compete o controlo dos estabelecimentos artesanais e industriais onde se realiza a produção e o fabrico de produtos ou serviços prestados oriundos das actividades do material bélico, bem como o controlo dos precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias, modos, métodos e técnicas em uso e utilização no exercício do processo laboral.

2 – À área presidencial da agricultura e dos vegetais, da pecuária e dos animais, da pesca, do pescado e do plâncton ou da extracção e dos minerais compete o controlo das matérias-primas necessárias à produção e ao fabrico de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma, modos, métodos e técnicas em uso e utilização no exercício do processo agrícola, pecuário, pesqueiro ou extractivo respectivamente.

3 – À área presidencial natural compete o controlo dos locais de exercício das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses na prática do acto de esforço.

4 – À guarda real portuguesa compete o controlo da qualidade dos produtos obtidos no acto de produção e fabrico de produtos ou serviços prestados oriundos das actividades do material bélico, a adopção das medidas de segurança inerentes a cada um espaço, o controlo dos actos de exercício policiais e profissionais, bem como dos cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas do uso e utilização dos produtos para fins didácticos, de investigação científica ou outros fins.

5 – Às reais forças armadas portuguesa compete o controlo da qualidade dos produtos obtidos no acto de produção e fabrico de produtos ou serviços prestados oriundos das actividades do material bélico, o controlo em todo o momento da integridade de todo o processo de produção, fabrico e comércio e todos os seus intervenientes e o controlo dos actos de exercício militares e profissionais.

6 – Aos reais sapadores portugueses compete o controlo da qualidade dos produtos obtidos no acto de produção e fabrico de produtos ou serviços prestados oriundos das actividades do material bélico, a adopção das medidas de prevenção inerentes a cada um espaço e o controlo dos actos de exercício sapador e profissionais,

## CAPÍTULO QUARTO – BELICISTAS.

### ARTIGO PRIMEIRO – CONCESSÃO DE ALVARÁS.

1 – Por despacho em uníssono do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e do ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, podem ser concedidos alvarás de belicista para o exercício da actividade de produção, fabrico, manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados do material bélico, nomeadamente as actividades das armas e das munições da classe A e compra e venda de toda a actividades do material bélico e produto oriundo das mesmas actividades, nomeadamente os produtos oriundos das actividades das armas e das munições compreendidos na classe A, homologados nos termos da lei, bem como para efeitos museológicos, cénicos ou cinematográficos e para o leilão de produtos oriundos das actividades do material bélico.

### ARTIGO SEGUNDO – TIPOS DE ALVARÁS.

1 – Tendo em consideração a actividade pretendida, as condições de segurança das instalações, as necessidades e exigências comerciais internas, imperiais portuguesa e internacionais e a aptidão e capacidade que os requerentes possuem para o exercício da respectiva actividade, são atribuídos os seguintes tipos de alvará:

- a) Alvará de belicista do tipo 1, para a produção e o fabrico de actividades das armas da classe A e seus produtos;

b) Alvará de belicista do tipo 2, para a produção e o fabrico de actividades das munições da classe A e seus produtos;

c) Alvará de belicista do tipo 3, para a produção e o fabrico de actividades do material bélico dos transportes aéreos e seus produtos;

d) Alvará de belicista do tipo 4, para a produção e o fabrico de actividades do material bélico dos transportes marinhos e seus produtos;

e) Alvará de belicista do tipo 5, para a produção e o fabrico de actividades do material bélico dos transportes terrestres e seus produtos;

f) Alvará de belicista do tipo 6, para a produção e o fabrico de actividades do material bélico da prevenção aérea e seus produtos;

g) Alvará de belicista do tipo 7, para a produção e o fabrico de actividades do material bélico da prevenção marinha e seus produtos;

h) Alvará de belicista do tipo 8, para a produção e o fabrico de actividades do material bélico da prevenção terrestre e seus produtos;

i) Alvará de belicista do tipo 9, para a produção e o fabrico de actividades do material bélico da ordem aérea e seus produtos;

j) Alvará de belicista do tipo 10, para a produção e o fabrico de actividades do material bélico da ordem marinha e seus produtos;

l) Alvará de belicista do tipo 11, para a produção e o fabrico de actividades do material bélico da ordem terrestre e seus produtos;

m) Alvará de belicista do tipo 12, para a produção e o fabrico de actividades do material bélico da segurança aérea e seus produtos;

n) Alvará de belicista do tipo 13, para a produção e o fabrico de actividades do material bélico da segurança marinha e seus produtos;

o) Alvará de belicista do tipo 14, para a produção e o fabrico de actividades do material bélico da segurança terrestre e seus produtos;

p) Alvará de belicista do tipo 15, para a manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados do material bélico, nomeadamente das armas e das munições da classe A;

q) Alvará de belicista do tipo 16, para aquisição única e exclusiva de museus e para a detenção temporária por via de cedência do material bélico constantes de todas as classes nomeadamente das armas e das munições da classe A, para efeitos museológicos, cénicos e cinematográficos;

r) Alvará de belicista do tipo 17, único e exclusivo das reais forças armadas portuguesa para a realização de leilões de produtos oriundos das actividades do material bélico de todas as classes nomeadamente de produtos oriundos das actividades do material bélico das armas e das munições da classe A.



2 – Os alvarás podem ser requeridos nos termos da lei por todo o cidadão ou entidade que reúna cumulativamente as seguintes condições:

- a) Seja maior de 18 anos;
- b) Se encontre em pleno uso de todos os seus direitos civis;
- c) Seja idóneo e íntegro, sendo o mesmo facto comprovado pela declaração do registo criminal;
- d) Seja portador de licença para o exercício da actividade de belicista e tratando-se de pessoa colectiva possua responsável técnico que preencha os requisitos das alíneas a) a e);
- e) Seja portador de certificado médico;
- f) Seja possuidor de instalações industriais ou artesanais devidamente licenciadas e que observem as condições de segurança fixadas para a realização da actividade pretendida.

3 – Sempre que o requerente se apresente como pessoa colectiva, os requisitos mencionados nas alíneas a), b), c) e e) do número anterior tem que se verificar para o corpo administrativo num máximo de cinco elementos.

4 – O alvará de belicista é concedido por um período de 5 anos, sendo renovável por igual período de tempo mediante a verificação das condições exigidas para a sua concessão.

5 – O alvará de belicista só é concedido depois de verificadas as condições de segurança das instalações, as necessidades e exigências comerciais internas, imperiais portuguesa e internacionais, bem como depois de comprovada a aptidão e capacidade que os requerentes possuem para o exercício da respectiva actividade, podendo o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses para o efeito, solicitar parecer às associações da classe e às ordens bastonárias respectivas.

6 – Os requisitos legais fixados no número 2, são de verificação obrigatória para pessoas singulares ou colectivas provenientes de estado soberano constituinte do império português ou de países terceiros.

7 – Para os efeitos previsto no número anterior pode em uníssono o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses proceder à equiparação de licenças para o exercício da actividade de belicista do tipo 1 ao 14, emitidas por estado soberano constituinte do império português ou de países terceiros, sem prejuízo da aplicabilidade de eventuais tratados ou acordos de que Portugal seja no presente domínio parte celebrante ou aderente.

8 – Aos elementos das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses, quando no activo, é interdito o exercício da actividade de belicista.

9 – Os titulares de alvará de belicista, só podem exercer a sua actividade em estabelecimentos licenciados para o devido efeito, de acordo com as normas de segurança definidas no seu licenciamento, podendo transaccionar para além dos bens, materiais e equipamentos de venda livre, actividades do material bélico e produtos oriundos das mesmas actividades que no presente diploma se obriguem ao âmbito do respectivo alvará.

10 – O exercício de actividades de belicista em quaisquer feiras, certames e exposições, carece da autorização prévia em unísono do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e do ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses.

11 – As normas de funcionamento, obrigações, os requisitos da concessão e as taxas a cobrar pela emissão dos alvarás de belicista são estabelecidos por portaria conjunta das áreas presidenciais da justiça, da ordem, da segurança, da prevenção, da agricultura e dos vegetais, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da extracção e dos minerais e da indústria, mediante parecer em unísono do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e do ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses.

### ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE CEDÊNCIA DE ALVARÁ.

1 – O alvará de belicista não pode ser cedido a terceiro, devendo a sua transição ser processada com recurso à declaração de cessação da actividade emitida pelos órgãos de soberania fiscais.

### ARTIGO QUARTO – CASSAÇÃO DO ALVARÁ.

1 – Em unísono O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, podem determinar a cassação do alvará de belicista, sempre que:

- a) Se verifique incumprimento das disposições legais fixadas para o exercício da actividade respectiva;
- b) Hajam alterações dos pressupostos em que se baseou a concessão do alvará;
- c) Sejam invocadas razões de segurança e de ordem pública.

2 – A cassação do alvará é precedida de um processo de inquérito, instituído pela guarda real portuguesa com todos os documentos atinentes à infracção e ao fundamento da cassação e com todos os elementos que se considerem exigidos e pertinentes a provar a veracidade dos factos imputados.

3 – A cassação do alvará, obriga o belicista no imediato momento do acto de cassação a encerrar as instalações e a abster-se de quaisquer actos relativos ao exercício da actividade, sob pena de incorrer no crime de desobediência qualificada, competindo à guarda real portuguesa a selagem no imediato momento das infra-estruturas até à deliberação da sentença pelo órgão de soberania jurídico competente do processo-crime.

## ARTIGO QUINTO – COMÉRCIO ELECTRÓNICO ENTRE BELICISTAS NACIONAIS.

1 – É permitido aos titulares de alvará de belicista emitido pelas autoridades portuguesas competentes, o comércio electrónico de bens entre belicistas nacionais que se obriguem ao âmbito do seu alvará, nomeadamente os produtos oriundos das actividades do material bélico das armas e das munições da classe A e partes essenciais desses mesmos produtos.

2 – O comércio electrónico não dispensa que a aquisição de bens permitidos ao abrigo do presente diploma, seja titulada pelos originais ou fotocópias autenticadas dos documentos necessários à sua realização, nem que a sua entrega pelos militares das reais forças armadas portuguesa seja efectuada no estabelecimento do belicista, cujo alvará lhe permita a referida transacção, mantendo-se as obrigações legais inerentes à transferência dos bens.

3 – Compete em unísono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, com base nos pedidos de reposição de existências subscritos pelos belicistas nacionais, proceder com os sectores ministeriais da ordem, da segurança, da prevenção, da agricultura e dos vegetais, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos à declaração de importação, exportação, introdução ou expedição.

## ARTIGO SEXTO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS BELICISTAS NO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE.

1 – Os titulares de alvará de belicista, para além de outras obrigações decorrentes do presente diploma, estão especialmente obrigados:

- a) A exercer a actividade de acordo com o respectivo alvará e com as normas legais adjacentes ao próprio exercício;
- b) A manter actualizados os registos informáticos de controlo obrigatórios;
- c) A remeter às autoridades competentes cópia dos registos de controlo obrigatórios;
- d) A observar com o máximo rigor as normas de segurança a que está sujeita a actividade;
- e) A facultar às autoridades competentes sempre que por estas solicitado, o acesso aos registos obrigatórios, bem como à conferencia dos produtos oriundos das actividades do material bélico em existência;
- f) A facultar às autoridades competentes sempre que por estas solicitado, o acesso aos produtos oriundos das actividades do material bélico transferidos de estados soberanos constituintes do império português e de estados soberanos terceiros, bem como a respectiva documentação;

g) Às normas processuais materiais, técnicas e tecnológicas, emitidas em uníssonos pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses relativas ao exercício da actividade.

#### ARTIGO SÉTIMO – ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO DA PREVENÇÃO.

1 – Todas as entidades do material bélico da prevenção nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades do material bélico da prevenção nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma compete às direcções do material bélico, que fornecerão ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

#### ARTIGO OITAVO – ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO DA ORDEM.

1 – Todas as entidades do material bélico da ordem nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades do material bélico da ordem nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma compete às direcções do material bélico, que fornecerão ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.



## ARTIGO NONO – ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO DA SEGURANÇA.

1 – Todas as entidades do material bélico da segurança nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades do material bélico da segurança nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma compete às direcções do material bélico, que fornecerão ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

## ARTIGO DÉCIMO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS BELICISTAS NA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO, RESTAURO E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS DO MATERIAL BÉLICO.

1 – É obrigatória aos belicistas na manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados do material bélico a comunicação às autoridades policiais dos cidadãos ou entidades não registados ou registadas nos termos da lei social e fiscal, de modo e forma às autoridades policiais apurarem as irregularidades verificadas.

2 – É proibida a manutenção, conservação, reparação e restauro dos produtos oriundos das actividades do material bélico que não estejam devidamente manifestados e acompanhados do livrete de manifesto.

3 – Sempre que da manutenção, conservação, reparação e restauro de material bélico possa resultar a eliminação do número de série de produção ou fabrico ou alteração das suas características, deve o material bélico ser previamente examinado e marcado pela guarda real portuguesa.

4 – Todo o material bélico sem número de série de produção ou fabrico fica obrigado ao exame e marcação previstos no número anterior.

5 – As alterações de características de material bélico para efeitos de maior aptidão e eficiência são requeridas ao CORONEL do órgão de soberania militar da respectiva área de localização, sendo obrigatório o seu averbamento ao respectivo manifesto.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ENTIDADES DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO, RESTAURO E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS DO MATERIAL BÉLICO.



1 – Todas as entidades de manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados do material bélico nacionais procedem sempre que exigido, diariamente, semanalmente ou mensalmente à listagem das quantidades e qualidades de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma transaccionados no âmbito do exercício da sua função comercial, remetendo ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, para que proceda à respectiva autorização de reposição das existências dos mesmos ou de outros produtos constantes do presente diploma.

2 – Nas entidades de manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados do material bélico nacionais a responsabilidade de controlo pelos produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma compete às direcções do material bélico, que fornecerão ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – MARCA DE ORIGEM.

1 – Os Titulares de alvará do tipo 1 ao 14, são obrigados a marcar de modo permanente nos produtos oriundos das actividades do material bélico por o próprio produzidos ou fabricados, por marcação incisiva ou indelével, o seu nome ou marca, modelo, estado soberano de origem, o ano e o número de série de produção ou fabrico, sendo os mesmos transferidos para o arsenal do material bélico das reais forças armadas portuguesa para que se processe nos termos da lei ao seu exame e perícia.

2 – O material bélico produzido ou fabricado em Portugal deve ter inscrito um punção de origem e uma marca aposta por um banco oficial de provas reconhecido por despacho conjunto das áreas presidenciais da segurança, da ordem e da prevenção.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – MANIFESTO DE MATERIAL BÉLICO.

1 – O manifesto de material bélico é emitido em unísono pelas reais forças armadas portuguesa, pela guarda real portuguesa e pelos reais sapadores portugueses, para cada um material bélico produzido ou fabricado em espaço territorial português, bem como para todo o material bélico importado, introduzido ou transferido do exterior, após a respectiva avaliação e peritagem nos termos da lei, acompanhando o mesmo em todo o seu ciclo de vida e sendo-lhe averbado todas as transformações às características próprias e reparações respectivas.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CONTROLO DE CONSUMO.

1 – Compete ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores

portugueses proceder todos os anos ao inventário dos sectores de actividade económicos dependentes de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como estimar as quantidades do seu consumo em cada um ano de exercício, com a respectiva menção dos fins a que se destinaram e ao respectivo espaço geográfico do seu uso, utilização e consumo em termos municipais, concelhios e regionais.

2 – Compete ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses investigar as situações que registem no controlo de consumo relativamente aos sectores de actividade económicos cujo consumo de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, seja de alguma forma anormal e desenquadrado da moderação e suficiência exigida à condição de prevenção, defesa e segurança do reino de Portugal.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO.

1 – A subtracção, extravio e a deterioração de produtos oriundos das actividades do material bélico, bem como de percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma são no imediato momento do conhecimento dos factos, comunicados pelo cidadão ou entidade ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica, que accionará no imediato as autoridades judiciais, para a sua investigação, devendo todos os funcionários da entidade respectiva e responsáveis administrativos prestar a plena e total colaboração para o apuramento da veracidade do processo e do seu autor ou autores morais, bem como comunicar ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses o mesmo facto indicando com todo o pormenor possível a descrição dos factos, indicando a qualidade e quantidades de produto desaparecidos e fornecendo todos os elementos de prova que possuir ou remetendo por via das reais forças armadas portuguesa ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa o produto deteriorado, para a sua avaliação e possível destruição.

2 – Idêntico procedimento devem adoptar os cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas do exercício das actividades constantes do presente diploma relativo à subtracção, extravio ou deterioração de impressos, declarações, registos, documentos, certificados, licenças, alvarás e autorizações exigidos nos termos da lei pelo presente diploma.

### CAPITULO QUINTO – MANIFESTO.

#### ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA.

1 – Compete em unísono às reais forças armadas portuguesa, à guarda real portuguesa e aos reais sapadores portugueses a organização do cadastro e fiscalização dos produtos oriundos das actividades do material bélico classificados no artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

## ARTIGO SEGUNDO – MANIFESTO E LIVRETE DE MANIFESTO.

1 – O manifesto de material bélico é nos termos da lei obrigatório, para todo o produto oriundo das actividades do material bélico apresentado voluntariamente, produzido ou fabricado em espaço territorial português, bem como para todo o produto oriundo das actividades do material bélico importado, introduzido ou transferido do exterior e faz-se em função das respectivas características do produto oriundo das actividades do material bélico, sendo classificado de acordo com o artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título.

2 – Do manifesto de material bélico, consta o nome do produtor ou fabricante, o ano de produção ou fabrico, estado soberano de produção ou fabrico, classe respectiva, número de série de produção ou fabrico, o tipo de munição, materiais de composição e características específicas do produto oriundo das actividades do material bélico, bem como constará um espaço para averbar todas as transformações e reparações operadas ao longo de todo o seu ciclo de vida.

3 – A cada produto oriundo das actividades do material bélico manifestado corresponde um livrete de manifesto de material bélico, respectivo do registo de propriedade do mesmo, a emitir pelas reais forças armadas portuguesa.

4 – Do livrete de manifesto consta o número e data de emissão do documento, classe respectiva, marca, calibre, número de série de produção ou fabrico, o tipo de munição e características específicas do produto oriundo das actividades do material bélico, a identificação do seu proprietário e o número de contribuinte, bem como consta a declaração de orgulho, honra e pátria, lealdade e fidelidade a SUAS MAJESTADES, aos órgãos de soberania portugueses e ao nobre povo português devidamente assinada pelo próprio.

5 – Em caso de extravio, subtracção ou danificação do livrete de manifesto é concedido pelas reais forças armadas portuguesa segunda via depois de organizado o respectivo processo justificativo.

## ARTIGO TERCEIRO – NUMERAÇÃO E MARCAÇÃO.

1 – Todos os produtos oriundos das actividades do material bélico têm que estar marcados com o nome do produtor ou fabricante ou marca de origem, número de série de produção ou fabrico, classe, calibre e modelo.

2 – Os produtos oriundos das actividades do material bélico que não estejam marcados em conformidade com o disposto no número anterior são marcados com um código numérico e com punção da guarda real portuguesa.

3 – A marcação deve ser efectuada de molde a não diminuir o valor patrimonial dos produtos oriundos das actividades do material bélico.

#### ARTIGO QUARTO – FACTOS SUJEITOS A REGISTO.

1 – O extravio, furto, roubo e a transmissão de produto oriundo das actividades do material bélico ficam sujeitos a registo na guarda real portuguesa.

2 – Os produtos oriundos das actividades do material bélico que se inutilizem por completo são remetidos à guarda real portuguesa que em uníssonos com as reais forças armadas portuguesa procedem à sua peritagem.

3 – Quando da peritagem resultar a reclassificação como material bélico inutilizado, pode o respectivo titular do livrete de manifesto requerer à guarda real portuguesa:

- a) A sua transmissão para efeitos museológicos sempre que o mesmo seja detentor de alvará do tipo 16; ou
- b) A sua destruição.

#### ARTIGO QUINTO – REPARAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DE MATERIAL BÉLICO.

1 – Compete ao proprietário do livrete de manifesto de material bélico danificado, bem como de material bélico para alteração das características próprias, requerer ao CORONEL do órgão de soberania policial da sua área de residência, sempre que o mesmo verifique a danificação de material bélico ou deseje uma maior eficiência e eficácia da mesma, a autorização para que se processe à sua peritagem e avaliação de reparação ou das características próprias de material bélico, entregando o respectivo livrete de manifesto.

2 – Compete em uníssonos aos peritos da guarda real portuguesa e aos peritos das reais forças armadas portuguesa proceder à análise e avaliação da danificação ou das características próprias do produto oriundo das actividades do material bélico de modo e forma à sua reparação, inutilização ou destruição nos termos da lei ou se proceder à alteração das suas características.

3 – Após a avaliação de possibilidade de reparação ou da alteração das características próprias, compete ao proprietário do livrete de manifesto de material bélico respectivo indicar o belicista correspondente da sua reparação ou alteração, sendo o mesmo em todo o processo transferido pelos elementos das reais forças armadas portuguesa e acompanhado em todo o processo do respectivo livrete de manifesto.

#### CAPÍTULO SEXTO – PAÍÓIS DE MATERIAL BÉLICO DE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE.



## ARTIGO PRIMEIRO – PAIÓIS DE MATERIAL BÉLICO.

1 – Os paióis de material bélico são obrigatórios nos termos da lei em todos os órgãos de soberania militares, policiais e sapadores municipais e locais de exercício profissional envolvidos do uso e utilização de produtos oriundos das actividades do material bélico.

## ARTIGO SEGUNDO – AUTORIDADE DOS PAIÓIS.

1 – Compete aos órgãos de soberania militares, policiais e sapadores respectivamente da área de circunscrição municipal respectiva de cada paiol de material bélico a autoridade de gestão, funcionamento e controlo dos mesmos, sendo os funcionários dos mesmos militares das reais forças armadas portuguesa, agentes da guarda real portuguesa e sapadores dos reais sapadores portugueses respectivamente.

## ARTIGO TERCEIRO – PROCESSAMENTO DE ACESSO AOS PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO NOS LOCAIS DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL.

1 – O processamento de acesso aos produtos oriundos das actividades do material bélico por militares das reais forças armadas portuguesa, por agentes da guarda real portuguesa e por sapadores dos reais sapadores portugueses, são regulados por diploma próprio, bem como todos os actos de cooperação estratégia militares, policiais e sapadores, imperiais portugueses ou internacionais realizados em espaço territorial português.

## ARTIGO QUARTO – ESTADO DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE SÍTIO.

1 - Sempre que em caso de estado de emergência ou estado de sítio declarado por SUAS MAJESTADES e pelos órgãos de soberania competentes se compreenda a exigência de um reforço das medidas adicionais de segurança e de ordem em prol da defesa da integridade soberana portuguesa, das populações ou dos haveres patrimoniais da comunidade, compete aos paiol de armas e munições de cada uma reserva de caça, reserva de tiro ao prato e carreiras de tiro, bem como aos instrutores dos ginásios envolto das modalidades federadas com produtos oriundos das actividades das armas e aos portadores da licença de arma para o exercício de actividades profissionais, proceder ao acto da nobreza entregar as armas juntamente com as munições correspondentes aos seus proprietários ou atletas, sob a declaração de orgulho, honra e pátria, lealdade e fidelidade a SUAS MAJESTADES, aos órgãos de soberania portugueses e ao nobre povo português, no cumprir o respeito, responsabilidade e compromisso da missão delegada e de as devolver aos paiol respectivos ou aos instrutores nos três dias seguintes após o termino do período pelo qual se invocou a sua detenção, uso e porte pelos portadores na via pública.

2 – Compete aos respectivos paióis das reservas de caça, reservas de tiro ao prato, carreiras de tiro e instrutores dos ginásios proceder ao registo de saída das armas e das munições entregues e a data da sua devolução e munições devolvidas.

3 – Poderá em caso de estado de emergência ou de estado de sitio a título excepcional o proprietário de livretes de manifesto que detenham produtos oriundos das actividades das armas e das munições e que não os usem para fazer face à missão a cumprir e sobre a sua responsabilidade, delegar a posse dos mesmos produtos em terceiros da sua respectiva confiança, devidamente identificados pelos paióis de armas e munições respectivos, sob a declaração de orgulho, honra e pátria, lealdade e fidelidade a SUAS MAJESTADES, aos órgãos de soberania portugueses e ao nobre povo português no cumprir o respeito, responsabilidade e compromisso da missão delegada e de os devolver aos paióis respectivos ou aos instrutores nos três dias seguintes após o termino do período pelo qual se invocou a sua detenção, uso e porte pelos portadores na via pública.

4 – As munições serão atribuídas com base no rigoroso cumprir a equidade de munições em existência em cada um paiol de armas e munições por todos os portadores de livrete de manifesto e do respectivo requerimento face às necessidades em uso e utilização no cumprir a responsabilidade da missão.

## CAPÍTULO SÉTIMO – TRÁFICO, BRANQUEAMENTO E OUTRAS INFRACÇÕES.

### ARTIGO PRIMEIRO – TRÁFICO E OUTRAS ACTIVIDADES ILÍCITAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que sem se encontrar dotado das licenças e autorizações obrigatórias para o exercício das actividades constantes do presente diploma, produzir, fabricar, preparar, oferecer, puser à venda, vender, distribuir, comprar, ceder, por qualquer título receber, proporcionar a outrem, transportar, importar, exportar, introduzir, expedir, fizer transitar ou ilicitamente detiver, actividades do material bélico ou produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades; ou

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que agindo de má-fé e contrariando a integridade do processo de licenciamento, certificação e autorização concedidos para o exercício de actividades constantes do presente diploma:

a) O deturpe, deforme e use para fins que não os propostos no respectivo alvará;

b) Produzir ou fabricar actividades do material bélico em uso e utilização no consumo dos sectores de actividade económicos destas dependentes, bem como produzir ou fabricar produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades diferentes do que consta do título de autorização;

c) Não proceder nos termos da lei à identificação e respectiva marca de origem nos produtos resultantes do exercício da sua actividade;

d) Reparar material bélico não manifestada e sem acompanhar o respectivo livrete de manifesto;

e) Deturpar e adulterar modos, métodos e técnicas em uso e utilização na produção ou fabrico de actividades do material bélico em uso e utilização no consumo dos sectores de actividade económicos destas dependentes, bem como na produção ou fabrico de produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades;

f) Não denunciar na íntegra os montantes totais das quantidades obtidas no exercício da sua actividade económica, seja industrial ou comercial;

g) Não transferir o total das quantidades do produto obtido no exercício da sua actividade para o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa;

h) Substituir responsável ou elemento da equipa técnica em exercício, bem como transferir zona de produção ou fabrico, instalação, sem comunicar ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses no prazo de cinco dias a manutenção da autorização concedida; ou

i) Ceder, introduzir ou diligenciar por que outrem introduza no mercado de consumo actividades do material bélico ou produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades;

É punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

6 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e a água;
- h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

## ARTIGO SEGUNDO – MATÉRIAS-PRIMAS.

1 – A todos os produtores, fabricantes, importadores, introdutores, exportadores, expedidores, comerciantes ou distribuidores de matérias-primas em uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, é exigido com o máximo rigor e integridade a comunicação em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa,



ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses até ao dia 5 do mês seguinte do inventário pormenorizado em termos quantitativos e qualitativos dos bens materiais, bem como o nome e número de contribuinte de todos os cidadãos e entidades requerentes.

2 - Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que contrariando o processo de licenciamento, certificação e autorização obrigatório, possua, detenha, produza, fabrique, comercialize, importe, introduza, exporte, expeda, transporte ou distribua à margem da lei, matérias-primas em uso e utilização em actividades constantes do presente diploma ou que não remeta nos tempos correctos o inventário das existências ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos, pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas e se a matéria-prima for proibida no seu uso, utilização e consumo;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

### ARTIGO TERCEIRO – MATÉRIAS SUBSIDIÁRIAS.

1 – A todos os produtores, fabricantes, importadores, introdutores, exportadores, expedidores, comerciantes ou distribuidores de matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, é exigido com o máximo rigor e integridade a comunicação em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses até ao dia 5 do mês seguinte do inventário pormenorizado em termos quantitativos e qualitativos dos bens materiais, bem como o nome e número de contribuinte de todos os cidadãos e entidades requerentes.

2 - Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que contrariando o processo de licenciamento, certificação e autorização obrigatório, possua, detenha, produza, fabrique, comercialize, importe, introduza, exporte, expeda, transporte ou distribua à margem da lei, matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma ou que não remeta nos tempos correctos o inventário das existências ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos, pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas e se a matéria subsidiária for proibida no seu uso, utilização e consumo;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

#### ARTIGO QUARTO – PERCURSOES.

1 – A todos os produtores, fabricantes, importadores, introdutores, exportadores, expedidores, comerciantes ou distribuidores de equipamentos, máquinas, instrumentos, ferramentas e acessórios susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma, é exigido com o máximo rigor e integridade a comunicação em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses até ao dia 5 do mês seguinte do inventario pormenorizado em termos quantitativos e qualitativos dos bens materiais, bem como o nome e número de contribuinte de todos os cidadãos e entidades requerentes.

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que contrariando o processo de licenciamento, certificação e autorização obrigatório, possua, detenha, produza, fabrique, comercialize, importe, introduza, exporte, expeda, transporte ou distribua à margem da lei, equipamentos, máquinas, instrumentos, ferramentas e acessórios susceptíveis de uso e utilização em actividades constantes do presente diploma ou que não remeta nos tempos correctos o inventário das existências ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos, pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas e se o percursor for proibido no seu uso, utilização e consumo;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

5 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

ARTIGO QUINTO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que promover, fundar ou financiar grupo, organização ou associação de dois ou mais cidadãos, que actuando concertadamente, vise praticar algum dos crimes previstos no presente diploma;

2 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que prestar colaboração directa ou indirecta, aderir ou apoiar grupo, organização ou associação referida no número anterior;

3 – Todo o cidadão que chefiar, liderar ou dirigir grupo, organização ou associação referida no número 1; ou

4 - Se o grupo, organização ou associação tiver como finalidade ou actividades a conversão, transferência, dissimulação ou receptação de bens materiais ou produtos dos crimes previstos no presente diploma;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;



e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

5 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

6 – EXCLUSÃO, Exclui-se de pena quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

7 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra

e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

## ARTIGO SEXTO – INCITAMENTO AO USO E UTILIZAÇÃO DO MATERIAL BÉLICO.

1 – Todo o cidadão que induzir, incitar ou instigar outrem, em público ou em privado ou por qualquer modo facultar o uso e utilização ilícito de actividades do material bélico ou de produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo for praticado em prejuízo de cidadão com aparente perturbação psíquica, em cidadão menor de 18 anos ou em cidadão ao seu cuidado, tratamento, vigilância, guarda ou educação, ou se agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
  - a. Pelas consequências do acto praticado;
  - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no

momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

#### ARTIGO SÉTIMO – TRÁFICO, USO E UTILIZAÇÃO ILÍCITO EM ESPAÇOS PÚBLICOS OU PRIVADOS.

1 – Todo o proprietário, gerente, director ou demais responsável pela exploração de um espaço, propriedade ou recinto público ou privado que consentir que o mesmo seja utilizado para tráfico, uso ou utilização ilícito de actividades do material bélico ou de produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades; ou

2 – Todo o proprietário ou responsável por habitação, edifício, recinto vedado ou meio de transporte que consentir que o mesmo seja utilizado para tráfico, uso ou utilização ilícito de actividades do material bélico ou de produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

### 3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo for praticado por cidadão com aparente perturbação psíquica, por cidadão menor de 18 anos ou por cidadão ao seu cuidado, tratamento, vigilância, guarda ou educação, ou se agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

### 4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.



5 – Verificado o facto é instaurado o respectivo processo criminal e deliberado na sentença judicial pelo encerramento temporário ou definitivo do espaço ou pela perda do imóvel ou meio de transporte para o estado.

## ARTIGO OITAVO – DESOBEDIÊNCIA QUALIFICADA.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que se opuser, obstruir ou dificultar os actos de fiscalização realizados por autoridade de fiscalização competente, depois de advertido das consequências jurídicas do seu acto ou se recusar a negar a exhibir certificados, documentos, autorizações, licenças, declarações, informações ou produtos da actividade em exercício constantes do presente diploma, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

- a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:
  - a. Pelas consequências do acto praticado;
  - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no

momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

#### **ARTIGO NONO – RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS COLECTIVAS OU EQUIPARADAS.**

1 – As pessoas colectivas e entidades equiparadas são responsáveis nos termos gerais, pelos crimes constantes do presente diploma.

#### **ARTIGO DÉCIMO – REPATRIAMENTO DE ESTRANGEIROS E ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTO.**

1 – Todo o cidadão, empresa ou instituição estrangeira com residência ou sede no espaço territorial português, condenado ou condenada pelos crimes constantes do presente diploma, serão no imediato repatriados para os seus estados de origem após cumprida em espaço territorial português a sentença condenatória, bem como será encerrado no imediato momento da sentença o respectivo estabelecimento e toda a sua actividade económica ou institucional, sendo considerado perdido a favor do estado todo o bem imóvel e todos os bens materiais em uso e utilização no exercício da respectiva actividade.

#### **ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PERDA DE OBJECTOS.**

1 – São declarados perdidos a favor do estado os objectos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir para a prática de um dos crimes previstos no presente diploma ou que pelos mesmos actos tiverem sido produzidos.

2 – Todo o produto oriundo das actividades do material bélico obtido por via de actos ilícitos, é sempre declarado perdido a favor do estado.

3 – O disposto nos números anteriores têm lugar ainda que nenhum cidadão ou entidade possa ser punido ou punida pelo facto.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – BENS MATERIAIS OU DIREITOS RELACIONADOS COM O FACTO.

1 – É perdido a favor do estado:

a) Toda a recompensa dada ou prometida aos autores de uma infracção prevista no presente diploma, para o próprio ou para terceiros;

b) Os bens materiais, direitos e vantagens que através da infracção cometida, tiverem sido directamente adquiridos pelo autor, para si ou para terceiros, sem prejuízo dos direitos de boa-fé de terceiros; ou

c) Os bens materiais, direitos e vantagens obtidos mediante transacção ou troca por outros bens materiais, direitos ou vantagens directamente conseguidos por meio da infracção.

2 – Caso a recompensa, bem material, direito ou vantagem referidos no número anterior não puder ser apropriado em espécie, a perda é substituída pelo pagamento ao estado do respectivo valor.

3 – Estão compreendidos neste artigo, imóveis, meios de transporte, móveis, electrodomésticos com excepção do frigorífico e do fogão, depósitos bancários à ordem e a prazo, títulos de garantia, débito e crédito, jóias, obras de arte e demais bens de fortuna.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DEFESA DE DIREITOS DE BOA-FÉ DE TERCEIROS.

1 – Todo o terceiro que invocar a titularidade de bem material, direito ou vantagem, quando o mesmo sujeito a apreensão ou a medidas legalmente previstas aplicada a arguido por infracção constante do presente diploma, pode deduzir no processo a defesa dos seus direitos, através de requerimento em que alegue a sua boa-fé, indicando todos os elementos de prova.

2 – Entende-se por boa-fé a inocência de que os objectos estivessem nas situações previstas no artigo 11º, do presente capítulo.

3 – Ao requerimento a que se refere o número 1, é declarada a autorização do terceiro para que o órgão de soberania jurídico responsável pelo respectivo acto processual possa consultar os elementos pessoais e familiares que entenda necessário, preciso e exigido ao apuramento da veracidade da boa-fé constante, nomeadamente dados fiscais, sociais, notariais, financeiros e da área jogo, competindo ao respectivo órgão de soberania jurídico de forma célere e no mais curto espaço de tempo deduzir oposição.

4 – Realizadas as diligências necessárias, precisas e exigidas, o órgão de soberania jurídico decide.

5 – Se face à titularidade dos bens materiais, direitos ou vantagens a questão se revelar complexa ou susceptível de causar perturbação ao normal processamento dos actos processuais, pode o juiz determinar o adiamento da decisão até ao rigoroso apuramento da veracidade da sua propriedade.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – BENS TRANSFORMADOS, CONVERTIDOS OU MISTURADOS.

1 – Se as recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens tiverem sido transformados ou convertidos em outros bens materiais, são estes perdidos a favor do estado, em substituição dos que lhe deram origem.

2 – Se as recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens tiverem sido misturados com bens lícitamente adquiridos, são estes perdidos a favor do estado até à proporção do valor estimado dos que foram ilícitamente misturados.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – LUCROS E OUTROS BENEFÍCIOS.

1 – O disposto nos artigos 11º ao 14º, do presente capítulo é também aplicável aos juros, lucros, dividendos e outros benefícios obtidos por via dos bens nos mesmos referidos.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DESTINO DOS BENS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO.

1 – As recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens declarados perdidos a favor do estado, reverterem para o órgão de soberania jurídico envolto do respectivo acto processual, constando da relação de receitas adquiridas no exercício da sua actividade jurídica.

2 – Os bens materiais considerados perdidos a favor do estado, são analisados, quantificados e qualificados de modo e forma à sua venda em hasta pública, sendo os bens materiais que pela sua natureza ou característica, possam vir a ser utilizados na prática de crimes ou infracções à lei, destruídos no caso de não oferecerem quaisquer interesses criminalístico, científico ou didáctico.

3 – Na falta de convenção internacional, os bens materiais apreendidos a solicitação de estado estrangeiro ou os fundos provenientes da sua venda, são repartidos equitativamente entre o estado requerente e o estado requerido.

### TÍTULO SEGUNDO – CICLO ECONÓMICO.



## CAPÍTULO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO.

### ARTIGO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO.

1 - Todo o cidadão ou entidade que pretenda autorização para produzir ou fabricar actividades do material bélico e produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, para fins de uso e utilização na realização de exercício de actividades profissionais militares, policiais e sapadoras, industriais, didácticos e de investigação científica, deve requerê-la em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, até ao dia 31 de Outubro do ano antecedente ao do exercício da autorização requerida.

2 – Do pedido de autorização deverá constar:

- a) A ficha técnica discriminada de todos os profissionais administrativos, de secretaria e da produção em exercício na actividade requerida e as suas respectivas qualificações e funções a exercer;
- b) A completa identificação fiscal e social;
- c) A completa identificação e endereço do produtor ou fabricante ou produtores ou fabricantes, na hipótese de não ser o próprio;
- d) Localização, área e planta topográfica das infra-estruturas destinadas à produção ou ao fabrico, ao depósito das substâncias produzidas ou fabricadas ou destinadas ao fabrico e do local de depósito após o processo de produção ou fabrico antes de ser remetido ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa ou levantadas por a mesma força para o seu depósito no paiol respectivo;
- e) Designação da actividade do material bélico ou do produto oriundo das mesmas actividades constante do presente diploma a produzir ou fabricar;
- f) Modos, métodos e técnicas de produção ou fabrico em uso;
- g) Natureza e quantidades de actividades do material bélico ou de produtos oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização no processo;
- h) Quantidade provável do produto a produzir ou a fabricar, sua aplicação e destino.

3 – Quer a autorização da actividade do material bélico ou do produto oriundo das mesmas actividades se reveja de um regime especial de controlo previsto nas convenções ratificadas por Portugal ou não, ou se destine a quaisquer fins, é da competência do órgão de soberania militar da respectiva área de circunscrição exercer as funções de controlo, defesa e protecção nos termos da lei, bem como observar as demais leis previstas nas convenções.

4 – A autorização para a produção ou fabrico é válida para a aquisição de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias inerentes à sua produção, armazenagem e venda dos produtos obtidos, desde que se efectue a cidadão ou entidades autorizados ou autorizadas.

5 – A autorização para o exercício da actividade de produção ou fabrico, independentemente dos fins a que se destinam, só poderá ser passada se o requerente e todo o seu quadro técnico demonstrarem o domínio dos modos, métodos e técnicas apropriados de produção ou fabrico de modo a impedir o emprego abusivo dos produtos, a produção de efeitos nefastos e a possibilidade prática da sua recuperação.

6 – No despacho que conceder a autorização a um cidadão ou entidade a produzir ou fabricar actividades do material bélico ou produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, são fixadas as condições que permitam em unísono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses impedir a acumulação de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades em quantidades superiores às necessidades do reino de Portugal e ao cumprir os acordos comerciais com os estados soberanos constituintes do império português e com os estados soberanos terceiros, bem como ao normal e regular funcionamento do cidadão ou entidade requerente.

7 – O acto de entrada e saída de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades, bem como de matérias-primas e matérias subsidiárias envoltos da actividade de produção e fabrico, é registado em registo informático de controlo correspondente nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título, bem como a actividade de produção ou fabrico, nomeadamente a montagem é registado em registo informático de controlo de produção e fabrico e montagem correspondente nos termos dos artigos 3º e 4º, do capítulo quarto, do presente título.

8 – Nos armazéns que o belicista possua é obrigatório o registo informático de controlo de entradas e saídas.

## ARTIGO SEGUNDO – ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO DA PREVENÇÃO.

1 – As entidades do material bélico da prevenção estão compreendidas em todo o espaço territorial português regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do material bélico e produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma compreendidos nas tabelas II e III do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das entidades do material bélico da prevenção portuguesas respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade do material bélico respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de transferência bancária, ou de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

### **ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO DA ORDEM.**

1 – As entidades do material bélico da ordem estão compreendidas em todo o espaço territorial português regional e nos termos do presente diploma, comercializam e transaccionam actividades do material bélico e produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma compreendidos nas tabelas II e III do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das entidades do material bélico da ordem portuguesas respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade do material bélico respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de transferência bancária, ou de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

### **ARTIGO QUARTO – ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO DA SEGURANÇA.**

1 – As entidades do material bélico da segurança estão compreendidas em todo o espaço territorial português regional e nos termos do presente diploma, comercializam e

transaccionam actividades do material bélico e produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma compreendidos nas tabelas II e III do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, sob medidas de segurança decretadas nos termos do licenciamento do exercício da actividade pelos órgãos de soberania policiais.

2 – O acto de entrada e saída de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades é registado em registo informático de controlo de mercadorias nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do presente título.

3 – O acto comercial é registado no registo central de facturação das entidades do material bélico da segurança portuguesas respectivo, devendo constar do registo:

- a) A identificação da entidade do material bélico respectiva, localidade, número de identificação fiscal, a hora e a data da transacção;
- b) A identificação completa do consumidor;
- c) O número de contribuinte;
- d) A designação do produto e quantidades comercializadas.

4 – A forma de pagamento das transacções comerciais operadas realizar-se-ão por via de transferência bancária, ou de cartão de débito ou crédito de cada um consumidor de modo e forma à integridade e correcção de todo o acto de processo comercial.

#### ARTIGO QUINTO – PRODUTO FINAL.

1 – A quantidade total obtida em todo o processo de produção e fabrico é guardada em armazém e remetido sobre fortes medidas de segurança para o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa de modo a precaver a sua deterioração e extravio, sendo comunicado por parte do cidadão ou entidade no mesmo momento em unísono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses o respectivo inventário das mercadorias produzidas ou fabricadas e transferidas.

2 – Sempre que as áreas presidenciais da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da segurança, da ordem, da prevenção e da justiça determinarem mediante portaria conjunta, proibir a produção ou fabrico de actividade do material bélico ou produto oriundo das mesmas actividades constante do presente diploma, será ordenado no imediato momento a proibição ou destruição de toda a actividade do material bélico ou produto oriundo das mesmas actividades respectivo, competindo ao estado indemnizar os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas à sua produção ou fabrico, pelos respectivos encargos da sua acção, caducando no imediato momento a autorização concedida.

#### ARTIGO SEXTO – QUOTAS DE PRODUÇÃO E FABRICO.



1 – Compete em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, até ao mês de Julho e atendendo aos compromissos internos, imperiais portugueses e internacionais afirmados e de acordo com as leis decorrentes das convenções, estabelecer as quantias de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades que podem ser produzidos ou fabricados no decurso do próximo ano de exercício, bem como das matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma a ser produzidas ou fabricadas no decurso do próximo ano de exercício.

2 – As quantidades estabelecidas podem no decurso do próprio ano de exercício a que corresponde a autorização concedida serem aumentadas, reduzidas ou excluídas, competindo em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses proceder ao aumento ou redução de forma equitativa por todos os produtores ou fabricantes.

3 – A fixação de quotas, bem como todas as alterações relativas às mesmas serão publicadas, divulgadas e difundidas nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA.

4 – A proibição e exclusão de produção ou fabrico de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma obrigam ao número 2 do artigo anterior.

#### ARTIGO SÉTIMO – PROIBIÇÃO DE AMOSTRAS.

1 – São proibidos nos termos da lei com a excepção da amostra remetida por via do órgão de soberania militar da respectiva área de circunscrição geográfica ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, as amostras do produto obtido no exercício das actividades constantes do presente diploma, remetidas a quaisquer cidadãos ou entidades.

#### ARTIGO OITAVO – AVALIAÇÃO DO PROCESSO.

1 – Compete ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses acompanhar e avaliar o processo de produção e fabrico dos cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a exercer actividades constantes do presente diploma.

#### ARTIGO NONO – PERITAGEM DO PRODUTO FINAL.

1 – Compete em uníssono às reais forças armadas portuguesa, à guarda real portuguesa e aos reais sapadores portugueses a peritagem e análise de todos os produtos

finais obtidos no processo de produção e fabrico dos cidadãos e das entidades autorizados ou autorizadas a exercer actividades constantes do presente diploma, de modo e forma à sua avaliação técnica, discriminação rigorosa da sua composição e responsabilidades face aos actos a cumprir, solicitando a cooperação e colaboração das entidades públicas e privadas licenciadas, autorizadas e habilitadas para a realização de testes, exames e experiências científicas com os mesmos produtos.

#### ARTIGO DÉCIMO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO PRODUTIVO.

1 – Em uníssonos o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses procedem à autorização de produção e fabrico de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma.

2 – Os produtores e fabricantes remetem por correio electrónico em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses o inventário pormenorizado, dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias específicas exigidas ao exercício da actividade e o local exacto do seu depósito, indicando os fornecedores e as quantidades respectivas.

3 – Em uníssonos o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses procedem à respectiva autorização de início de actividade discriminativa dos mesmos produtos e fornecedores, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa.

4 – As reais forças armadas portuguesa no imediato momento comunicam por correio electrónico aos respectivos fornecedores dos produtos requeridos a emissão da factura em triplicado dos respectivos produtos.

5 – O fornecedor elabora a factura de forma rigorosa e remete ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa por via do órgão de soberania militar da área de circunscrição respectiva em duplicado, ficando com uma factura devidamente assinada e identificada com o número do bilhete de identificação civil e militar do responsável pelo seu transporte.

6 - Após a recepção da factura compete ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa proceder à transferência dos produtos em existência no arsenal de material bélico sempre que os mesmos existam ou à transferência dos domicílios dos fornecedores para o respectivo local de destino mencionado de armazenamento, produção ou fabrico do produtor ou fabricante, deixando na mesma uma factura assinada e identificada com o número do bilhete de identificação civil e militar do responsável pelo seu transporte e trazendo a outra para o arsenal de material bélico devidamente assinada e identificada com o número do bilhete de identificação do responsável do destinatário da factura.

7 – Compete ao produtor ou fabricante após a recepção dos produtos e da factura respectiva o pagamento integral no prazo de três dias ao fornecedor por via de transferência bancária, devendo para o efeito o fornecedor proceder na factura à inscrição do respectivo número de identificação financeiro.

8 – O produtor ou fabricante emite a guia de remessa discriminada do produto final obtido no acto de produção e fabrico e remete-a por via do órgão de soberania militar da área de circunscrição respectiva juntamente com o respectivo produto obtido, para o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa.

9 – Os produtores e fabricantes em exercício de actividades constantes do presente diploma, remetem por correio electrónico em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses o inventário respectivo de reposição de existências discriminada dos produtos a adquirir.

10 – Em uníssono o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses procedem à respectiva autorização de reposição de existências discriminativa dos mesmos produtos, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa.

11 – Repetindo-se o processamento do ciclo económico produtivo ininterrupto a partir do número 4 e seguintes números.

12 – Compete ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa, ao fornecedor e ao cliente conservar as respectivas facturas por um período de dez anos.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – FORNECIMENTOS ESPECÍFICOS.

1 – Em uníssono o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses podem autorizar para além das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses, das unidades de produção e fabrico o fornecimento de produtos oriundos das actividades do material bélico a entidades públicas ou privadas, reconhecidamente idóneos e integras, para fins didácticos e de investigação científica, devendo o pedido ser subscrito pelo responsável pela entidade, mencionando o fim a que se destina.

2 – No pedido deve ser indicado o responsável pela guarda, conservação e protecção do produto, o qual deverá afirmar a sua total responsabilidade, devendo ser descritas as condições de segurança do mesmo produto.

3 – O produto detido não pode exceder as quantidades indispensáveis para a prossecução dos fins autorizados.

4 – Após a conclusão dos fins observados, deverá o produto ser remetido em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses para que procedam à sua colocação no mercado de consumo ou caso o

mesmo se encontre deteriorado ou adulterado à respectiva destruição nos termos do número 6 do artigo 6º, do capítulo segundo, do título terceiro.

5 – O fornecimento de produtos oriundos das actividades do material bélico para outros fins que não os mencionados no presente diploma, obriga-se nos termos da lei às normas constantes do presente diploma.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONTRIBUIÇÃO PARA AS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, A GUARDA REAL PORTUGUESA E OS REAIS SAPADORES PORTUGUESES.

1 – A todos os produtores, fabricantes e prestadores de serviços autorizados nos termos da lei a exercer actividades constantes do presente diploma, compete até ao dia 31 de Janeiro, a contribuição anual para as reais forças armadas portuguesa de 10% do total da facturação do ano de exercício anterior, de 10% do total da facturação do ano de exercício anterior para a guarda real portuguesa e de 10% do total da facturação do ano de exercício anterior para os reais sapadores portugueses, pelos serviços prestados de defesa, protecção, segurança, transporte, comércio e embalamento das infra-estruturas e produtos inerentes ao exercício da actividade económica.

## CAPÍTULO SEGUNDO – COMÉRCIO E SERVIÇOS.

### ARTIGO PRIMEIRO – SERVIÇOS PRESTADOS.

1 - Todo o cidadão ou entidade que pretenda autorização para prestar serviços de manutenção, conservação, reparação, restauro e de outros serviços prestados do material bélico constantes do presente diploma para fins de uso e utilização na realização de exercício de actividades profissionais, industriais, didácticos e de investigação científica, deve requerê-la em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, até ao dia 31 de Outubro do ano antecedente ao do exercício da autorização requerida.

2 – Do pedido de autorização deverá constar:

- a) A ficha técnica discriminada de todos os profissionais administrativos, de secretariado e da produção em exercício na actividade requerida e as suas respectivas qualificações e funções a exercer;
- b) A completa identificação fiscal e social;
- c) A completa identificação e endereço do prestador de serviços ou prestadores de serviços, na hipótese de não ser o próprio;
- d) A localização, área e planta topográfica das infra-estruturas de prestação de serviços e de estacionamento dos transportes;
- e) A designação dos serviços a prestar;



- f) Os modos, métodos e técnicas de prestação dos serviços em uso;
- g) A previsão do número de serviços prestados a efectuar durante o ano, sua aplicação e destino;
- h) A identificação dos transportes em uso.

3 – Quer a autorização do serviço prestado se reveja de um regime especial de controlo previsto nas convenções ratificadas por Portugal ou não, ou se destine a quaisquer fins, é da competência do órgão de soberania militar da respectiva área de circunscrição exercer as funções de controlo, defesa e protecção nos termos da lei, bem como observar as demais leis previstas nas convenções.

4 – A autorização para a prestação de serviços constantes do presente diploma, é válida para a aquisição de percursores e de produtos inerentes ao próprio exercício da actividade e à comercialização dos serviços prestados, desde que se efectue a cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas.

5 – A autorização para o exercício da actividade prestadora de serviços, independentemente dos fins a que se destinam, só poderá ser passada se o requerente e todo o seu quadro técnico demonstrarem o domínio dos modos, métodos e técnicas apropriados de prestação do serviço de modo a impedir a deterioração ou adulteração da qualidade do serviço a prestar.

6 – No despacho que conceder a autorização a um cidadão ou entidade a prestar serviços constantes do presente diploma, são fixadas as condições que permitam ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses impedir a acumulação de prestadores de serviços em quantidades superiores às necessidades do reino de Portugal e ao cumprir os acordos comerciais imperiais portugueses com os estados soberanos constituintes do império português e os acordos comerciais internacionais com o mundo, bem como ao normal e regular funcionamento do cidadão ou entidade requerente.

7 – O acto de entrada e saída dos produtos em uso e utilização nas actividades de prestação de serviços constantes do presente diploma, é registado em registo informático de controlo correspondente nos termos dos artigos 2º e 5º, do capítulo quarto, do presente título.

8 – Sempre que as áreas presidenciais da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da segurança, da ordem, da prevenção e da justiça determinarem mediante portaria conjunta, proibir a prestação de serviços dos quais possam resultar modos, métodos, técnicas ou produtos indesejáveis, será ordenado no imediato momento a proibição dos mesmos serviços, competindo ao estado indemnizar os cidadãos ou entidades prestadores ou prestadoras dos mesmos serviços, pelos respectivos encargos da sua acção, caducando no imediato momento a autorização concedida.



## ARTIGO SEGUNDO – PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO OU RESTAURO.

1 – Os produtos oriundos das actividades do material bélico para manutenção, conservação, reparação e restauro são transferidos pelas reais forças armadas portuguesa sobre fortes medidas de segurança do paiol do seu depósito para o prestador de serviços.

2 – Os produtos referidos no número anterior são após o momento do serviço prestado transferidos pelas reais forças armadas portuguesa sobre fortes medidas de segurança para o órgão de soberania policial da área de circunscrição do prestador de serviços para se processar à correspondente peritagem pela guarda real portuguesa, pelas reais forças armadas portuguesa e pelos reais sapadores portugueses, sendo transferidos após a validação da peritagem para o paiol de depósito respectivo.

## ARTIGO TERCEIRO – PRODUTORES E FABRICANTES.

1 – Nos termos do presente diploma a comercialização e a transacção dos produtos constantes do presente diploma, entre produtores e fabricantes, obriga-se aos termos do artigo 10º, do capítulo primeiro, do presente título, sendo o seu fornecimento às reais forças armadas portuguesa, à guarda real portuguesa, aos reais sapadores portugueses ou outras entidades, processado nos termos do artigo seguinte.

## ARTIGO QUARTO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO COMERCIAL.

1 – Em uníssono o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses procedem à autorização para o exercício comercial de produtos e serviços prestados oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma.

2 – As reais forças armadas portuguesa, a guarda real portuguesa, os reais sapadores portugueses e os prestadores de serviços remetem por correio electrónico em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses o inventário pormenorizado das mercadorias específicas exigidas ao exercício da actividade e o local exacto do seu depósito, indicando os fornecedores e as quantidades respectivas.

3 – Em uníssono o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses procedem à respectiva autorização de início de actividade discriminativa dos mesmos produtos e fornecedores, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa.

4 – O arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa no imediato momento comunica por correio electrónico aos respectivos produtores ou fabricantes dos produtos requeridos a emissão da factura em triplicado dos respectivos produtos.

5 – O produtor ou fabricante elabora a factura de forma rigorosa e remete ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa por via do órgão de soberania militar da área de circunscrição respectiva o original e o duplicado, ficando com o triplicado da factura devidamente assinada e identificada com o número do bilhete de identificação civil e militar do responsável pelo seu transporte.

6 - Após a recepção da factura compete ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa proceder à transferência dos produtos em existência no arsenal de material bélico para a respectiva entidade, deixando na mesma o original da factura assinada e identificada com o número do bilhete de identificação civil e militar do responsável pelo seu transporte e trazendo o duplicado para o arsenal de material bélico devidamente assinada e identificada com o número do bilhete de identificação do responsável do destinatário da factura.

7 – Compete às reais forças armadas portuguesa, à guarda real portuguesa, aos reais sapadores portugueses ou prestador de serviços após a recepção dos produtos e da factura respectiva o pagamento integral no prazo de três dias ao fornecedor por via de transferência bancária, devendo para o efeito o fornecedor proceder na factura à inscrição do respectivo número de identificação financeiro.

8 – As reais forças armadas portuguesa, a guarda real portuguesa, os reais sapadores portugueses e os prestadores de serviços em exercício de actividades constantes do presente diploma, remetem por correio electrónico em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses o inventário respectivo de reposição de existências discriminada dos produtos a adquirir.

9 – Em uníssono o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses procedem à respectiva autorização de reposição de existências discriminativa dos mesmos produtos, sendo a mesma autorização remetida por correio electrónico ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa.

10 – Repetindo-se o processamento do ciclo económico comercial ininterrupto a partir do número 4) do presente artigo e seguintes números.

11 – Compete ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa, ao fornecedor e ao cliente conservar as respectivas facturas por um período de dez anos.

12 – A transferência dos produtos oriundos das actividades do material bélico do arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa para as reais forças armadas portuguesa, a guarda real portuguesa e os reais sapadores portugueses nos termos do número 6, são depositadas no paiol de material bélico respectivo, sendo confirmados as quantidades pelos militares, agentes e sapadores do paiol respectivo.

#### ARTIGO QUINTO – PROCESSAMENTO DE MATERIAL BÉLICO PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO OU RESTAURO.

1 – Nos termos do artigo anterior, o prestador de serviços processa a factura em triplicado discriminada de material bélico para manutenção, conservação, reparação ou restauro emitida em nome do proprietário do livrete de manifesto de material bélico respectivo.

2 – O prestador de serviços fica com uma factura devidamente assinada e identificada com o número e bilhete de identificação civil e militar do responsável das reais forças armadas portuguesa pelo seu transporte para o órgão de soberania policial da área de circunscrição respectiva do serviço prestado para que se processe à sua peritagem nos termos da lei.

3 – Após a validação da peritagem o material bélico será transferido para o seu local de depósito do acto de esforço e entregue ao seu proprietário uma factura devidamente assinada e identificada com o número e bilhete de identificação civil e militar do responsável das reais forças armadas portuguesa pelo seu transporte.

4 – A terceira factura é remetida pelo órgão de soberania militar envolto do processo de entrega da factura ao seu proprietário, devidamente assinada e identificada com o número do bilhete de identificação do proprietário para o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa para que se processe ao averbamento da sua reparação ao manifesto do material bélico.

5 – Compete ao respectivo proprietário de material bélico proceder após a sua recepção e da factura respectiva ao pagamento integral no prazo de três dias ao prestador de serviços por via de transferência bancária, devendo para o efeito o fornecedor proceder na factura à inscrição do respectivo número de identificação financeiro.

### **CAPÍTULO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPEDIÇÃO E TRÂNSITO.**

#### **ARTIGO PRIMEIRO – IMPORTAÇÃO E INTRODUÇÃO.**

1 – As necessidades de importação ou de introdução de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, serão requeridas atempadamente pelo arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa mediante a observação da escassez do produto para as exigências a médio prazo, tendo em conta a sua comercialização pelos cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas das autorizações nos termos da lei para o exercício das actividades constantes do presente diploma ou por via da autorização de início de actividade ou da autorização de reposição de existências, quando se verificar a não existência do produto respectivo em armazém, para o fazer face ao compromisso afirmado para com o cidadão ou entidade requerente.

2 - As necessidades de importação ou de introdução de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, são

comunicadas por via da declaração de importação do arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa em unísono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses de modo e forma ao seu provimento.

3 – A declaração de importação é enviada aos ministérios da segurança, da ordem, da prevenção, da agricultura e dos vegetais, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivo, sendo nomeado pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses um técnico respectivo das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses para que em colaboração com os ministros respectivo avalizarem o mercado fornecedor imperial português e internacional do mesmo produto ou serviço, a sua proveniência em termos de estado soberano, a quantidade, qualidade e estado de conservação do produto ou a eficiência do serviço a acordar e o preço respectivo, tendo presente a previsão das necessidades de consumo internas do mesmo produto ou serviço exigidas ao longo do ano e os termos da importação.

## ARTIGO SEGUNDO – EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO.

1 – As necessidades de exportação ou expedição de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, serão comunicadas por via da declaração de exportação pelo arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa em unísono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, sempre que analisarem um excesso de excedentes em armazém ou de prestadores de serviços no fazer face às responsabilidades internas do reino de Portugal para o respectivo ano de exercício e tendo presente a deterioração dos produtos ao longo do tempo.

2 – Sendo a mesma declaração analisada e confirmado o excesso de excedentes do respectivo produto ou de prestadores de serviços e enviada em unísono aos ministérios da segurança, da ordem, da prevenção, da agricultura e dos vegetais, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivo, sendo nomeado pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses um técnico respectivo das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses, para em colaboração com os ministros respectivos avalizarem o mercado importador imperial português e internacional do mesmo produto ou serviço, a sua proveniência em termos de estado soberano, a quantidade, qualidade e estado de conservação do produto ou a eficiência do serviço a acordar e o preço respectivo, tendo presente a previsão dos excedentes de produção internas do mesmo produto ou serviço ao longo do ano e os termos da exportação.



## ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO.

1 – Da declaração de importação e da declaração de exportação devem constar:

a) Designação da actividade do material bélico, ou produto ou serviço prestado oriundo das mesmas actividades, respectiva classe, modelo ou tipo, características do produto ou serviço e a indicação de os produtos oriundos das actividades do material bélico terem sido sujeitas ao controlo de conformidade, ou nome do precursor, da matéria-prima ou matéria subsidiária;

b) Quantidades a importar, introduzir, exportar ou expedir;

c) Nome do Importador, introdutor, exportador ou expedidor, número de identificação fiscal, endereço, número, validade e entidade emitente do alvará de autorização para o exercício da actividade a realizar, número, validade e entidade emitente da licença dos requerentes;

d) Período para a realização da operação de importação, introdução, exportação ou expedição;

e) Sempre que for requerido a importação ou introdução de um produto de entidade específica deve ser mencionado a identificação da entidade de produção ou fabrico ou da prestação do serviço e o estado soberano em que está registada.

## ARTIGO QUARTO – ACORDO COMERCIAL.

1 – O acordo comercial celebrado na realização de operações de importação, introdução, exportação ou expedição dos produtos constantes do presente diploma, deve ser realizado por via diplomática pelo ministro da segurança, da ordem, da prevenção, da indústria, da agricultura e dos vegetais, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais e da extracção e dos minerais com os órgãos de soberania dos estados soberanos envolvidos dos mesmos acordos comerciais, sendo autorizados aos importadores, introdutores, exportadores ou expedidores a realização da operação, sob fortes medidas de segurança.

2 – Da concessão da autorização de importação, introdução, exportação ou expedição, para além dos dados constantes da declaração de importação e da declaração de exportação, deverão incluir:

a) Os dados de identificação do fornecedor no caso de importação ou introdução, ou do cliente no caso de exportação ou expedição, o número fiscal do respectivo estado soberano, número, validade e entidade emitente do alvará de autorização para o exercício da actividade realizada e o número, validade e entidade emitente da licença respectiva;

b) Meio de transporte responsável pelo transporte da mercadoria, número, validade e entidade emitente da autorização para o exercício da actividade e condições de conservação do produto durante o transporte;



- c) O local de embarque e desembarque das mercadorias;
- d) Medidas de segurança envolvidas da operação;
- e) Condições de facturação e prazos de pagamento, sendo a forma de pagamento acordada, a transferência bancária entre as instituições financeiras dos estados soberanos intervenientes na operação.

#### ARTIGO QUINTO – PERITAGEM DOS PRODUTOS IMPORTADOS, INTRODUZIDOS, EXPORTADOS E EXPEDIDOS.

1 – Compete à direcção geral das alfândegas proceder no imediato momento do desalfandegamento de produtos constantes do presente diploma à comunicação em unísono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses do facto, de modo a que os mesmos remetam no imediato momento os técnicos exigidos a proceder à peritagem do produto respectivo, procedendo-se após o desembarque à sua transferência imediata para o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa, sobre fortes medidas de segurança.

2 – A peritagem efectua-se num prazo máximo de cinco dias após a sua solicitação e destina-se a conferir veracidade à operação a realizar e a verificar se os artigos declarados para importação ou introdução e sempre que exigido para exportação ou expedição, estão em conformidade com o previsto no presente diploma.

3 – A abertura de volumes e selos nas estâncias alfandegárias de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma só pode ser efectuada na presença de peritos das reais forças armadas portuguesa e da guarda real portuguesa, mediante a apresentação da declaração aduaneira acompanhada de todos os documentos exigidos à sua verificação.

4 – Sempre que na sequência da peritagem se verifique a adulteração dos produtos constantes da respectiva autorização e se classifiquem os produtos oriundos das actividades do material bélico como sendo proibidos, o processo de atribuição da autorização para a importação, exportação, introdução, expedição, trânsito ou transbordo é encerrado, sendo imediatamente apreendidas as mercadorias constantes da respectiva transacção comercial diplomática perpetrada e declaradas as mercadorias perdidas a favor do estado não havendo lugar a quaisquer pagamentos ou indemnizações e sendo movido a respectiva instauração do processo de notificação internacional ao abrigo do disposto na legislação própria aplicável, no âmbito dos ministérios da segurança.

#### ARTIGO SEXTO – EXPORTAÇÃO OU EXPEDIÇÃO PROIBIDA.

1 – É proibida a exportação ou expedição de produtos constantes do presente diploma destinada a um destinatário diferente do que foi indicado no acordo comercial celebrado e constante da respectiva autorização.

2 – Sempre que a exportação ou expedição for dirigida a entreposto aduaneiro, o governo do estado soberano importador deve certificar na autorização o consentimento do facto, mencionando na autorização o entreposto aduaneiro como seu destino.

3 – Todo o cidadão ou entidade exportador ou expedidor deve proceder de modo e forma a que se torne impossível abrir os volumes sem quebrar o selo de segurança.

#### ARTIGO SÉTIMO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO TEMPORÁRIA.

1 – Em unísono o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses podem emitir autorização prévia para a importação, introdução, exportação e expedição temporária de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma destinados:

- a) A certames da especialidade, exposições e demonstrações;
- b) À alteração ou reparação dos mesmos produtos oriundos das actividades do material bélico.

#### ARTIGO OITAVO – PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA TEMPORÁRIA.

1 – O requerimento para a concessão de autorização prévia de importação, introdução, exportação ou expedição temporária, deve ser requerida pelos proprietários e pelos belicistas, agentes comerciais ou entidades que promovam as iniciativas referidas no artigo anterior, em unísono ao MARECHAL das reais forças armadas portuguesa, ao MARECHAL da guarda real portuguesa e ao MARECHAL dos reais sapadores portugueses, devendo constar:

- a) O nome do proprietário, belicista, agente comercial ou entidade respectiva do requerimento;
- b) O número, validade e entidade emitente da licença, número, validade e entidade emitente do alvará ou número de contribuinte e domicílio do agente comercial ou entidade requerente;
- c) A justificação da concessão da autorização prévia temporária;
- d) A descrição dos produtos a importar, introduzir, exportar ou expedir, nomeadamente a classe ou tipo, modelo, calibre e demais características dos produtos oriundos das actividades do material bélico;
- e) Quantidades relativas à importação, introdução, exportação ou expedição;
- f) A sua proveniência em termos de estado soberano;

- g) O prazo de permanência ou ausência do espaço territorial português;
- h) As medidas de segurança a adoptar na realização do acto de importação, introdução, exportação ou expedição;
- i) A indicação de os produtos oriundos das actividades do material bélico terem sido sujeitos ao controlo de conformidade.

2 – A autorização prévia é válida pelo prazo de 183 dias, sendo prorrogável por um único período de 30 dias.

#### ARTIGO NONO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSBORDO.

1 - O pedido de autorização de trânsito ou transbordo no espaço territorial português de produtos oriundos das actividades do material bélico, bem como de percursoros, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, deve ser acompanhado das respectivas autorizações de importação e exportação emitidas pelos estados soberanos envolvidos da origem e do destino das mercadorias, bem como da autorização respectiva do meio de transporte, emitida pela autoridade do estado soberano exportador para a realização da operação.

2 – O pedido de mudança de destino das mercadorias para outro estado soberano que não o do destino inicial, obriga a uma imediata apreensão do meio de transporte envolto do seu transporte e da mercadoria constante do mesmo, sendo preciso para o desembargo da situação a autorização rectificativa passada pelo estado soberano exportador.

#### ARTIGO DÉCIMO – DESPACHO DE MATERIAL BÉLICO PARA DIPLOMATAS E ACOMPANHANTES DE MISSÕES OFICIAIS.

1 – Carecem de autorização em uníssono do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, a entrada e a circulação em espaço territorial português, bem como a saída de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma para uso, porte e transporte por elementos de forças e serviços de segurança e ordem de outros estados soberanos, de missões acreditadas junto do estado português ou de outras missões de carácter diplomático ao abrigo dos acordos internacionais entre estados soberanos, em missão oficial em Portugal ou em trânsito de ou para estados soberanos do império português ou terceiros, estando dispensadas de formalidades alfandegárias,

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – OUTROS CONDICIONALISMOS.

1 – De acordo com as convenções internacionais ratificadas por Portugal e por diploma próprio, podem ser impostos outros condicionalismos ou restrições relativamente à importação, introdução, exportação, expedição, trânsito ou transbordo de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem

como de precursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

## CAPÍTULO QUARTO – REGISTOS INFORMÁTICOS DE CONTROLO.

### ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES COMUNS.

1 – Os registos informáticos de controlo previstos no presente capítulo são aprovados em uníssono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO- MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, contendo o termo de abertura e o do encerramento.

2 – Os registos não conterão espaços em branco, entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas e são elaborados por ordem cronológica, com numeração sequencial.

3 – As entidades autorizadas a produzir, fabricar ou comercializar os produtos constantes do presente diploma, conservaram os registos informáticos por um período de vinte anos, a contar do último lançamento.

4 – Os registos são controlados pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses.

5 – O registo informático procederá de forma íntegra e digna à fidedignidade e segurança dos dados constantes.

6 – Os registos podem ser remetidos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses através de transmissão electrónica de dados, de acordo com os requisitos a definir em uníssono pelos próprios ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses.

### ARTIGO SEGUNDO – REGISTO DE ENTRADAS E SAÍDAS.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a exercer actividades constantes do presente diploma, bem como o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa, devem registar em cada um ano de exercício de acordo com o artigo anterior, todas as entradas e saídas:

a) De actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades envolvidos do exercício da actividade militar, policial, sapadora ou comercial, no respectivo registo informático – mercadorias;

b) De actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades envolvidos do exercício da actividade produtora ou industrial, no respectivo registo informático – matérias-primas;

c) De matérias subsidiárias exigidas ao exercício da correspondente actividade, no respectivo registo informático – matérias subsidiárias.

2 – Do respectivo registo deve constar

a) A data, o nome do fornecedor ou cliente respectivo, a designação do produto, e o nome do produtor ou fabricante, bem como a classe, o número, modelo, calibre e número de série ou o tipo, ou da matéria-prima ou matéria subsidiária e as quantidades respectivas da aquisição ou venda;

b) Número, validade e entidade emitente da licença ou alvará.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar as quantidades dos produtos comprados e vendidos, por classe ou tipo e a referência por classe ou tipo das existências em armazém disponíveis para o ano de exercício seguinte.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas aos livros de registo informático entradas e saídas devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

6 – O arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa regista também a entrada de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma para destruição, bem como a sua designação, quantidades dos produtos e a data da sua destruição.

### ARTIGO TERCEIRO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE PRODUÇÃO E FABRICO.

1 – Sem prejuízo do disposto para a montagem nos termos do artigo seguinte, todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a produzir ou fabricar produtos oriundos das actividades do material bélico, deverão possuir o registo informático – produção e fabrico, para registarem nos mesmos a respectiva quantidade de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas em cada um processo de produção ou fabrico e as quantidades do produto obtido com o mesmo processo.

2 – No registo informático de produção e fabrico deve constar a identificação completa do produto, a proveniência das matérias-primas e matérias subsidiárias, com indicação da data de entrada do registo informático matérias-primas ou matérias subsidiárias correspondente, as quantidades utilizadas, a data de entrada na secção de produção ou fabrico, as quantidades do produto obtido e o respectivo número de série de produção ou fabrico.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.



4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar as quantidades de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas no processo de produção ou fabrico e as quantidades de produtos obtidos com o mesmo.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas ao livro de registo informático produção e fabrico, devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

#### ARTIGO QUARTO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE MONTAGEM.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a produzir ou fabricar por montagem produtos oriundos das actividades do material bélico, deverão possuir o registo informático – montagem, para registarem nos mesmos a respectiva quantidade de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas em cada um processo de montagem e as quantidades do produto obtido com o mesmo processo.

2 – No registo informático de montagem deve constar a identificação completa do produto, a proveniência das matérias-primas e matérias subsidiárias, com indicação da data de entrada do registo informático matérias-primas ou matérias subsidiárias correspondente, as quantidades utilizadas, a data de entrada na secção de montagem, as quantidades do produto obtido e o respectivo número de série de produção ou fabrico.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar as quantidades de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas no processo de produção ou fabrico e as quantidades de produtos obtidos com o mesmo.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas ao livro de registo informático montagem, devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

#### ARTIGO QUINTO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E RESTAURO.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas a exercer serviços prestados de manutenção, conservação, reparação ou restauro do material bélico, deverão possuir o registo informático – reparação, para registarem nos mesmos a respectiva quantidade de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas em cada um processo de manutenção, conservação, reparação ou restauro e as quantidades do produto obtido com o mesmo processo.

2 – No registo informático de reparação deve constar a identificação completa do produto, a proveniência das matérias-primas e matérias subsidiárias, com indicação da data de entrada do registo informático matérias-primas ou matérias subsidiárias correspondente, as quantidades utilizadas, as quantidades do produto obtido e a data de entrada e saída da secção de manutenção, conservação, reparação ou restauro.

3 – O registo informático deve ser aberto com data do dia 1 de Janeiro de cada ano e encerrado no dia 31 de Dezembro do ano respectivo.

4 – No encerramento de cada um ano de exercício deverá constar as quantidades de matérias-primas e matérias subsidiárias entradas no processo de manutenção, conservação, reparação ou restauro e as quantidades de produtos obtidos com o mesmo.

5 – Todos os cidadãos ou entidades obrigados ou obrigadas ao livro de registo informático reparação, devem remeter até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses os dados constantes dos mesmos relativos ao ano transacto.

#### ARTIGO SEXTO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E INUTILIZAÇÃO DE REGISTOS.

1 – A subtracção, o extravio e a inutilização dos registos informáticos são no imediato momento do conhecimento dos factos, comunicados pela entidade respectiva ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica, que accionará no imediato as autoridades judiciais, para a sua investigação, devendo todos os funcionários da entidade respectiva e responsáveis administrativos prestar a plena e total colaboração para o apuramento da veracidade do processo e do seu autor ou autores morais, bem como comunicar em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses o mesmo facto indicando com todo o pormenor possível a descrição dos factos, os registo informáticos em falta e fornecendo todos os elementos de prova que possuir.

#### ARTIGO SÉTIMO – REGISTO DAS EXISTÊNCIAS.

1 – Compete ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa até ao dia 31 de Janeiro de cada ano, remeter ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses um inventário pormenorizado das existências de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes no arsenal de material bélico relativos à data de 31 de Dezembro do ano transacto, mencionando a designação dos produtos constantes por classe ou tipo e as respectivas quantidades, sublinhando a designação e respectivas quantidades de mercadorias importadas e exportadas.

2 – Compete a todos os cidadãos ou entidades envoltos ou envoltas do exercício das actividades constantes do presente diploma, até ao dia 31 de Março de cada ano,

apresentar a declaração de rendimentos individuais ou colectivos referentes ao exercício da actividade aos órgãos de soberania fiscais e remeter um inventário pormenorizado das existências de matérias-primas e matérias subsidiárias constantes em armazém, à data de 31 de Dezembro do ano transacto, bem como a previsão das quantidades a produzir, fabricar ou comercializar para o presente ano de exercício, em formulário próprio disponibilizado pelos órgãos de soberania fiscais, devidamente preenchido e assinado pelo responsável da autorização respectiva.

3 – Compete aos órgãos de soberania fiscais remeter a mesma informação depois de devidamente averiguada a integridade de todo o processo fiscal relativos aos cidadãos, entidades e profissionais no exercício da actividade, ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses.

4 – Os registos a que se refere o presente artigo devem ser conservados pelo prazo de vinte anos.

## **CAPÍTULO QUINTO – PUBLICIDADE, SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO E FOLHETO INFORMATIVO.**

### **ARTIGO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO DE PUBLICIDADE.**

1 – É proibida nos termos da lei a publicidade respeitante a actividades do material bélico e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, com excepção das publicações técnicas ou suportes de informação destinados exclusivamente a produtores, fabricantes, comerciantes e prestadores de serviços e da divulgação em meios da especialidade, certames do material bélico, bem como as publicações relativas à sua venda em leilão organizados e promovidos pelas reais forças armadas portuguesa nos termos da lei.

### **ARTIGO SEGUNDO – SEGURANÇA, ESTOJOS, CARTEIRAS DE MUNIÇÕES, EMBALAMENTO E CONSERVAÇÃO.**

1 – Em uníssono o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses fixam os materiais e as características dos estojos de segurança de material bélico produzidos e fabricados no reino de Portugal e as respectivas medidas de segurança a adoptar na abertura dos mesmos estojos, fixam os materiais e as características das carteiras que contêm as munições e das embalagens de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma, bem como fixam as normas de segurança, conservação, higiene e de transporte dos produtos.

2 – Nos estojos de segurança de material bélico tem que obrigatoriamente mencionar o nome do produtor ou fabricante e o estado soberano de origem.

3 – As carteiras que contêm as munições produzidas ou fabricadas, comercializadas e utilizadas no reino de Portugal têm que ser marcadas, tendo obrigatoriamente que mencionar o nome do produtor ou fabricante e o estado soberano de origem, tipo de munição, calibre e o número de identificação da série.

4 – As embalagens dos produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma têm que obrigatoriamente mencionar o nome do produtor ou fabricante, estado soberano de origem, designação do produto e a classe de exercício profissional a quem se destina.

### ARTIGO TERCEIRO – FOLHETO INFORMATIVO.

1 – O folheto informativo que acompanha o produto oriundo das actividades do material bélico constantes do presente diploma tem que obrigatoriamente mencionar a designação do produto, a classe ou o tipo, a data e entidades responsáveis pela peritagem e exame balístico sempre que o produto ao mesmo obrigue, bem como entidade responsável pelo controlo de qualidade e certificação, a finalidade a que se destina, a composição material, a quantidade do produto respectivo, denominação comum internacional sempre que a exista, normas de detenção, uso, utilização, conservação e segurança respectivas, para além de outras menções obrigatórias sempre que existam disposições legais que às mesmas obriguem.

### CAPÍTULO SEXTO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL.

#### ARTIGO PRIMEIRO – ACTO PROCESSUAL JURÍDICO.

1 – A violação das obrigações legais impostas nos termos da lei, por parte dos cidadãos ou entidades envolvidos ou envolvidas do exercício das actividades constantes do presente diploma, é passível de acto de processo-crime, podendo o mesmo ditar pela prorrogação, renovação ou suspensão das licenças, alvarás e respectivas autorizações, por tempo determinado ou pela dissolução sempre que em definitivo.

#### ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO JURÍDICO.

1 – Aos cidadãos ou entidades a exercer actividades constantes do presente diploma que incorram em actos de processo-crime relativos às mesmas actividades, podem-lhes no imediato momento da sua condenação ser confiscado e considerado perdido a favor do estado todo o immobilizado, existências e outros bens materiais inerentes ao exercício da actividade respectiva.

#### ARTIGO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO ILÍCITAS.

1 – Todo o cidadão ou entidade que adulterar e violar o disposto nos artigos 1º ao 4º e nos artigos 7º ao 9º, do capítulo terceiro, do presente título, correspondente ao processo de importação, exportação, introdução, expedição, trânsito e transbordo de produtos constantes do presente diploma e da autorização prévia temporária, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;



e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

#### ARTIGO QUARTO – EXERCÍCIO ILEGAL DE ACTIVIDADES SUJEITAS A AUTORIZAÇÃO.

1 – Todo o cidadão ou entidade que não estando autorizado em uníssonos pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses:

a) Organize uma manifestação teatral ou cultural, mostra, feira ou certame, exposição, leilão ou outro género de iniciativa aberta ao público nos termos do disposto no artigo 9º, do capítulo primeiro, do título terceiro, onde sejam usados e utilizados produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma;

b) Exercer comércio electrónico em violação do disposto no artigo 5º, do capítulo sétimo, do título primeiro;

é punido,

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO QUINTO – REBELDIA.

1 – Todo o cidadão que tendo sido declarado por SUAS MAJESTADES e pelos órgãos de soberania competentes o termino do período de estado de sítio ou do estado de emergência correspondente e que tendo na sua posse e detenção arma ou munições constantes do presente diploma, persistir na sua posse, insurgir ou se recusar a devolver nos três dias seguintes ao termino os mesmos produtos ao local respectivo do seu depósito

nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo sexto, do título primeiro, é punido pelo crime de detenção, uso e porte de arma ilegal.

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO SEXTO – SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO E FOLHETOS INFORMATIVOS.

1 – Todo o cidadão ou entidade autorizado ou autorizada ao exercício das actividades constantes do presente diploma, que não observar as condições de segurança, dos estojos, das carteiras de munições, embalagem, conservação, higiene e transporte

dos produtos, bem como dos folhetos informativos estabelecidas nos termos do disposto no capítulo quinto, do presente título, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

## 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

## ARTIGO SÉTIMO – ELEMENTOS ERRADOS.

1 – Todo o cidadão ou entidade que requerer o alvará de belicista ou a manutenção do alvará para o exercício das actividades constantes do presente diploma nos termos do disposto nos artigos 4º e 6º, do capítulo segundo, do título primeiro e do artigo 1º, do capítulo primeiro e do artigo 1º, do capítulo segundo, do presente título, com elementos e dados falsos ou incorrectos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

## 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

## ARTIGO OITAVO – LICENÇA E AUTORIZAÇÃO.

### 1 – Todo o responsável administrativo por:

a) Entidade envolta no processo de licenciamento dos cidadãos ou entidades a exercer actividades constantes do presente diploma, que não proceder em termos técnicos à plenitude das responsabilidades exigidas e à idoneidade e integridade de todo o processo de licenciamento nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título primeiro, procedendo à emissão de pareceres falsos e deturpados; ou

b) A concessão do alvará em uníssono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses que ocultando parecer negativo de entidade envolta do licenciamento de um processo de autorização para o exercício de actividades constantes do presente diploma nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título primeiro, emitir a respectiva autorização;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;



- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

## 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

## ARTIGO NONO – QUEBRA DE COOPERAÇÃO.

1 – Todo o responsável administrativo de entidade envolta das competências de autorização, fiscalização e controlo dos cidadãos e entidades autorizados ou autorizadas ao exercício de actividades constantes do presente diploma, que não cooperarem com as demais entidades para a integridade e fidedignidade de todo o processo nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo terceiro, do título primeiro, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO – INICIO DE ACTIVIDADE.

1 – Todo o responsável administrativo pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, que tendo sido emitida a respectiva autorização do exercício das actividades constantes do presente diploma, a não inserir no registo dos cidadãos ou entidades a exercer as mesmas actividades ou não as remeter aos respectivos órgãos de soberania jurídico, militar, policial e sapador da área de circunscrição geográfica respectiva, de modo e forma à adopção das medidas de segurança, fiscalização e controlo nos termos do disposto no artigo 9º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESALFANDEGAMENTO.

1 – Todo o responsável administrativo da direcção geral da alfândega respectiva que no acto de processo de um desalfandegamento de produtos constantes do presente diploma:

a) Não o comunicar no imediato em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, de modo a que proceda à sua peritagem nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo terceiro, do presente título; ou

b) Não comunique às autoridades militares e policiais respectivas da alfândega de modo e forma a que se proceda ao reforço das medidas de segurança nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo terceiro, do título primeiro; ou

2 – Todo o cidadão ou entidade que violar os actos processuais de desalfandegamento de produtos oriundos das actividades do material bélico, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo terceiro, do título primeiro;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – APREENSÕES.

1 – Todo o agente da guarda real portuguesa que após apreensão de produtos constantes do presente diploma, os não denunciar no respectivo órgão de soberania policial de modo e forma à sua comunicação institucional ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo segundo, do título primeiro, para a instauração do respectivo processo-crime, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

### 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CICLO ECONÓMICO.

1 – Todo o cidadão ou entidade que violar as fases do processamento do ciclo económico produtivo ou comercial nos termos do disposto no artigo 10º, do capítulo primeiro e nos artigos 4º e 5º, do capítulo segundo, do presente título respectivamente, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

## ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO.

1 – Todo o cidadão ou entidade a exercer actividades constantes do presente diploma que constate a subtracção, extravio ou deterioração de produtos oriundos das actividades do material bélico ou de percursos, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma, bem como de impressos, documentos, registos, certificados, licenças, alvarás ou autorizações no exercício da sua actividade e que não comunicar o facto no prazo de vinte e quatro horas, ao órgão de soberania jurídico da sua área de circunscrição geográfica e ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos



reais sapadores portugueses nos termos do disposto no artigo 15º, do capítulo quarto, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DEVERES DE SEGURANÇA.

1 – Todo o cidadão que tendo a seu cargo, a guarda, a responsabilidade ou a segurança de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma nos termos do disposto no artigo 11º, do capítulo primeiro, do presente título, por incúria ou negligência das medidas adoptadas, der causa à sua subtracção, extravio ou deterioração, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

## 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

## ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CONTRIBUIÇÃO.

1 – Todo o produtor, fabricante ou prestador de serviços autorizado ao exercício das actividades constantes do presente diploma que até ao dia 31 de Janeiro não cumpra com a contribuição respectiva às reais forças armadas portuguesa, à guarda real portuguesa e aos reais sapadores portugueses nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo primeiro, do presente título, pelos serviços de defesa, protecção, transporte, comércio e embalamento respectivos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PUBLICIDADE.

1 – A publicidade de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma é punido nos termos do artigo 5º, do capítulo sétimo, do título terceiro do CÓDIGO PENAL.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DENÚNCIA.

1 – Todo o cidadão ou entidade autorizado ou autorizada a exercer actividades constantes do presente diploma, que detendo conhecimento da realização de uma operação ilícita ou transacção suspeita de ser desviada para fins ilícitos, não comunicar às entidades competentes o facto nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo terceiro, do título primeiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

#### ARTIGO DÉCIMO NONO – FRONTEIRAS.

1 – Todo o cidadão proveniente do estrangeiro que se apresentar nas fronteiras portuguesas com produtos oriundos das actividades do material bélico, bem como percursores, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma nos termos do disposto no artigo 14º, do capítulo segundo, do título primeiro; ou

2 – Todo o responsável máximo por meio de transporte internacional que não denuncie nas fronteiras portuguesas a detenção e posse de produtos oriundos das actividades das armas ou das munições constantes do presente diploma, bem como não possua licença respectiva para a sua detenção e posse emitida pelo estado soberano no

qual está registado nos termos do disposto no artigo 15º, do capítulo segundo, do título primeiro;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

#### ARTIGO VIGÉSIMO – REVISTA.

1 – Todo o cidadão que devidamente advertido das consequências penais do seu acto por agente da guarda real portuguesa, se recusar e se negar a ser submetido a revista autorizada nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo primeiro, do título terceiro, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;



d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

## 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

## ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – ARSENAL DE MATERIAL BÉLICO DAS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA.

1 – Todo o militar do arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa incumbido da responsabilidade:

a) De recepção de autorização de início de actividade ou de autorização de reposição de existências emitida em unísono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses;

b) De recepção de factura de fornecedor ou de guia de remessa do produto final de produtor ou fabricante;

c) De comunicação do arsenal de material bélico a fornecedor para a emissão de factura;

d) De transporte de factura de fornecedor ou de destinatário da mesma para o arsenal de material bélico; ou

e) De transporte de guia de remessa do produto final de produtor ou fabricante para o arsenal de material bélico;

Que extraviar, subtrair ou deteriorar os mesmos documentos nos termos do disposto no artigo 10º, do capítulo primeiro e nos artigos 4º e 5º, do capítulo segundo, do presente título, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

## 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

## 3 – Todo o militar do arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa incumbido da responsabilidade:

a) De segurança ou transporte dos produtos do arsenal de material bélico ou de domicílio de fornecedor para o destinatário da factura nos termos do disposto no artigo 10º, do capítulo primeiro e nos artigos 4º e 5º, do capítulo segundo, do presente título;

b) De segurança ou transporte de produtos de produtor ou fabricante para o arsenal de armas e munições nos termos do disposto no artigo 10º, do capítulo primeiro e nos artigos 3º e 4º, do capítulo segundo, do presente título;

c) De segurança ou transporte de amostra de produtor ou fabricante para o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, para o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e para o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo primeiro, do presente título;

d) De segurança ou transporte de material bélico reparado do local de depósito para a peritagem e da peritagem para o prestador de serviços ou de prestador de serviços para a peritagem ou da peritagem para o seu local de depósito nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo quinto, do título primeiro;

e) De segurança, defesa ou embalamento no arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa nos termos do disposto no artigo 13º, do capítulo segundo, do título primeiro;

Que extraviar, subtrair ou deteriorar os mesmos produtos; ou

4 – Todo o militar administrativo responsável pelo arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa que não remeter nos prazos respectivos o inventário das existências em armazém à data de 31 de Dezembro de cada um ano nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo quarto, do presente título;

é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

5 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

## ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ESTADO-MAIOR.

1 – Todo o responsável em uníssono do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e do ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses incumbido da responsabilidade de recepção de inventário de início de actividade ou de inventário de reposição de existências de produtor, fabricante ou prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 10º, do capítulo primeiro e no artigo 4º, do capítulo segundo, do presente título, que extraviar, subtrair ou deteriorar os mesmos documentos, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

e. Com um dia de pausa mensal;

f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

g. Com direito a uma visita mensal;

## 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

## ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – AMOSTRAS.

1 – Todo o cidadão ou entidade autorizado ou autorizada a exercer as actividades constantes do presente diploma que após a obtenção do produto final do exercício da sua actividade, remeta amostras do produto a terceiros nos termos do artigo 7º, do capítulo primeiro, do presente título, é punido:

a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

**ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – REGISTOS INFORMÁTICOS.**

1 – Todo o cidadão ou entidade a exercer actividades constantes do presente diploma, que obrigado ou obrigada aos registos informáticos correspondentes do exercício da actividade nos termos do disposto no capítulo quarto, do presente título:

- a) O não possuírem;
- b) Não procederem ao seu íntegro preenchimento e inscrição;
- c) Não remeterem os elementos constantes dos mesmos às autoridades competentes nos prazos estabelecidos;
- d) Não conservarem os mesmos registos nos prazos definidos para a sua conservação;
- e) Não remeter aos órgãos de soberania fiscais nos prazos respectivos o inventário das existências à data de 31 de Dezembro de cada um ano;

é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;



- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

**ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DOCUMENTOS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES.**

1 – Todo o cidadão ou entidade que autorizado ou autorizada nos termos da lei ao exercício das actividades constantes do presente diploma, não detiver e conservar na sua posse documentos, registos, certificados, licenças, alvarás ou autorizações respectivos do exercício da actividade, para os apresentar em cada um acto de fiscalização e controlo nos termos do disposto nos artigos 3º e 11º, do capítulo segundo e no artigo 5º, do capítulo terceiro, do título primeiro, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 366 dias, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – DIRECÇÃO DO MATERIAL BÉLICO, OUTRAS DIRECÇÕES E RESPONSÁVEIS PELA AUTORIZAÇÃO.

1 – Todo o responsável por direcção das armas e das munições, pirotécnica, pulverizadora ou outra direcção, ou responsável pela autorização que não proceder no imediato momento ao fornecimento dos dados, elementos e informações, solicitados pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa nos termos do disposto nos artigos 7º ao 9º e 13º, do capítulo quarto, do título primeiro, obstruindo as respectivas competências e diligências a realizar, é punido:

- a. Pela restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o seu acto;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos prejuízos e transtornos causados, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DO MATERIAL BÉLICO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos no presente diploma, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime.

## ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – PENAS ACESSÓRIAS.

1 – A todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição condenado ou condenada por crimes previstos no presente diploma, pode atenta a concreta gravidade do facto e a sua projecção na idoneidade cívica do autor, ser aplicado as penas acessórias constantes do CÓDIGO PENAL inerentes aos actos crimes praticados.

## TÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES NORMATIVAS.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

#### ARTIGO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO PENAL.

1 – Quanto à matéria constante do presente diploma e na falta de disposição específica do presente diploma, são aplicadas subsidiariamente as normas do CÓDIGO PENAL e respectiva LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.

#### ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO DA LEI PENAL PORTUGUESA.

1 – Para efeitos do presente diploma, a lei penal portuguesa é ainda aplicável a factos cometidos fora do espaço territorial português:

- a) Quando praticados por estrangeiros, desde que o autor se encontre em Portugal e não seja extraditado;
- b) Quando praticados a bordo de meio de transporte contra o qual Portugal imponha medidas de fiscalização e controlo face ao tráfico ilícito de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades.

#### ARTIGO TERCEIRO – MEDIDAS RESPEITANTES A MENORES.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos a aplicação das medidas previstas no presente diploma, com as devidas adaptações quando cidadão a elas sujeita for menor e sem prejuízo da aplicação pelos órgãos de soberania jurídicos da legislação respeitante a adolescentes com mais de 16 anos e aos líderes até aos 21 anos.

#### ARTIGO QUARTO – LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL.

1 – São considerados equiparados a casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, as condutas que integrem os crimes constantes do presente diploma.

#### ARTIGO QUINTO – REVISTA.

1 – Sempre que existam indícios de que um cidadão oculta ou transporte produtos oriundos das actividades do material bélico ilícitos constantes do presente diploma, é ordenada pelas autoridades policiais revista.

2 – O cidadão que se recusar a ser revistado pode ser conduzido ao órgão de soberania policial da respectiva área de circunscrição geográfica do local em que foi interpelado e aí permanecer pelo tempo estritamente necessário à realização da revista e do apuramento do seu resultado.

#### ARTIGO SEXTO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DOS PORTADORES DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO.

1 – Compete à guarda real portuguesa proceder sempre que entender exigido ou a solicitação de uma outra entidade, a acções de fiscalização e controlo dos portadores de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma, procedendo à correspondente identificação da licença de detenção, uso e porte de material bélico, sua validade e entidade emitente, identificação do livrete de manifesto em sua posse, verificação do órgão de soberania a que pertence o produto oriundo das actividades do material bélico, constatação do estado físico, psicológico e emocional e da condição educativa ou laboral e social do portador.

2 – Sempre que pelo fornecimento de dados errados, pela sua própria conduta, estado debilitado ou aparente anomalia psíquica, a guarda real portuguesa deverá proceder ao processamento de um acto de fiscalização de manifesto, a remeter ao CORONEL das reais forças armadas portuguesa, ao CORONEL da guarda real portuguesa ou ao CORONEL dos reais sapadores portugueses emissor da respectiva licença de detenção, uso e porte de material bélico.

3 – Compete ao CORONEL das reais forças armadas portuguesa, ao CORONEL da guarda real portuguesa e ao CORONEL dos reais sapadores portugueses respectivo comunicar ao órgão de soberania jurídico da área de circunscrição do portador a imediata avaliação do seu estado de saúde físico, psicológico e emocional.

4 – Sempre que não seja possível proceder nos termos legais à identificação do portador no local e no momento da ocorrência, as autoridades policiais procederam à detenção do mesmo cidadão, para garantir a sua comparência perante o órgão de soberania jurídico competente da área de circunscrição geográfica da ocorrência, nas condições do regime legal de detenção para identificação.

## ARTIGO SÉTIMO – EXERCÍCIO DAS ACTIVIDADES DE BELICISTA POR PESSOAS COLECTIVAS.

1 – A constituição de pessoas colectivas sob a forma de sociedades anónimas cujo objectivo social consista total ou parcialmente no exercício das actividades constantes do presente diploma, obriga a que todas as acções representativas do seu capital social sejam nominativas.

2 – Independentemente do tipo de pessoa colectiva cujo objecto social consista total ou parcialmente no exercício das actividades constantes do presente diploma, qualquer transmissão das suas participações sociais devem ser autorizadas em unísono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, sendo exigido ao novo titular a verificação dos requisitos legais inerentes ao exercício da respectiva actividade.

## ARTIGO OITAVO – PIROTÉCNICOS E PULVERIZADORES.

1 – As matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma, poderão também ser fornecidas a cidadãos que exerçam actividades de pirotecnia e de pulverização com fins agrícolas e florestais, mediante autorização emitida em unísono pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses.

2 – Todos os pirotécnicos e pulverizadores procedem até ao dia 5 do mês seguinte à listagem das quantidades e qualidades de matérias-primas e matérias subsidiárias usadas e utilizadas no exercício da respectiva actividade em cada um mês de exercício, com menção da qualidade e quantidades das matérias-primas e matérias subsidiárias em uso, utilização e consumo nos sectores de actividade económicos de pirotecnia e de pulverização, remetendo em unísono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, para que proceda à respectiva autorização de reposição de existências dos mesmos produtos.

2 – Nas pirotecnias e pulverizadoras a responsabilidade de controlo pelas matérias-primas e matérias subsidiárias compete às direcções pirotécnicas ou pulverizadoras, que fornecerão em unísono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses e sempre que os mesmos requeridos os dados, elementos e informações exigidos à responsabilidade do acto.

## ARTIGO NONO – EVENTOS PROMOCIONAIS.

1 – A realização de eventos promocionais do material bélico ou outros eventos económicos, humanos e culturais envoltos dos produtos constantes do presente diploma, obrigam-se nos termos da lei à autorização emitida em unísono pelo ESTADO-MAIOR



das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses.

#### ARTIGO DÉCIMO – SERVIÇOS COMPLEMENTARES.

1 – Todos os prestadores de serviços complementares ao exercício das actividades constantes do presente diploma, obrigam-se à autorização emitida pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses e na aquisição de percussores, matérias-primas e matérias subsidiárias que possam tornar-se úteis e essenciais à realização do serviço complementar prestado ao disposto no artigo 4º, do capítulo segundo, do título segundo.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE CIVIL.

1 – Os titulares de autorização previstos no presente diploma, são civil e criminalmente responsáveis, independentemente do grau da culpa, por danos causados a terceiros em consequência do uso e utilização de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades ilícitos que detenham ou do exercício ilícito da sua actividade.

2 – A violação grosseira dos modos, métodos e técnicas de produção e fabrico, das normas de segurança, conservação, higiene e de transporte de actividades do material bélico ou de produtos oriundos das mesmas actividades, determina sempre a responsabilização solidária do seu proprietário pelos danos causados a terceiros, pelo uso legítimo ou ilegítimo que às mesmas ou aos mesmos venha a ser dado.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SEGURO OBRIGATÓRIO.

1 – A todos os titulares de alvarás previstos no presente diploma, é obrigatório no imediato momento do início do exercício de actividade e tendo presente os actos e acções a realizar, a celebração de um contrato de seguro de responsabilidade civil com empresa seguradora, mediante o qual seja transferida a sua responsabilidade até um capital mínimo a definir por portaria conjunta dos presidentes das áreas presidenciais financeira, jurídica, da prevenção, da segurança e da ordem.

2 – Os titulares de alvarás previstos no presente diploma, sempre que solicitados pelas autoridades competentes de fiscalização, deverão no imediato momento fazer prova da posse e validade do respectivo contrato de seguro de responsabilidade civil.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REGISTO INFORMÁTICO DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO APREENDIDOS.

1 – Compete à guarda real portuguesa manter, organizar e disponibilizar um ficheiro informático nacional de produtos oriundos das actividades do material bélico apreendidos, proceder à sua análise estatística e técnica e difundir a informação às entidades nacionais, imperiais portuguesa e internacionais.

2 – Todas as entidades que procedam à apreensão de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma, independentemente do motivo que determinou a apreensão, comunicam a sua apreensão à guarda real portuguesa, para efeitos de centralização e tratamento de informação, de acordo com as normas a estabelecer em uníssono por as áreas presidenciais da segurança, da ordem e da prevenção.

3 – Todos os produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma, apreendidos devem ser objecto de peritagem, devendo ser registadas as suas características e estado de conservação, competindo às entidades à guarda de quem ficam, as providências exigidas à conservação do estado em que se encontravam à data da sua apreensão.

4 – Do ficheiro informático referido no número 1 devem constar, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Data da apreensão;
- b) Entidade apreensora;
- c) Despacho judicial que determinou ou validou a apreensão, com menção do número do processo e órgão de soberania jurídico competente pelo processo;
- d) Classificação ou tipo, marca ou fabricante, modelo, calibre, o número de série de produção ou fabrico ou o tipo e características do produto oriundo das actividades do material bélico;
- e) Quantidades apreendidas.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – APREENSÃO DE PRODUTO ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO.

1 – O agente ou autoridade policial procede à apreensão de produto oriundo das actividades do material bélico constante do presente diploma e respectiva licença e livrete de manifesto, sempre que:

- a) Quem a detiver, portar ou transportar se encontrar sob a influência de álcool, medicamentos, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas ou outros produtos com efeito análogo, confirmado nos termos da lei ou se recusar a submeter-se a provas para a sua detecção;
- b) Houver indícios da prática pelo suspeito de crime de maus-tratos a cônjuge ou a cidadão que com ele viva em condições análogas mesmo que sem coabitação efectiva, a progenitor de descendente comum, aos filhos, a pessoa menor ou particularmente indefesa em razão da idade, deficiência, doença ou

gravidez e que esteja a seu cuidado, à sua guarda ou sob a sua responsabilidade de direcção ou educação; ou

c) Se encontrar fora das condições legais ou em violação das prescrições da autoridade competente.

2 – Ao agente ou autoridade policial que proceder à apreensão de produto oriundo das actividades do material bélico constantes do presente diploma, compete emitir o respectivo documento da apreensão efectuado com a descrição do produto e documentação correspondente.

3 – A apreensão inclui o produto oriundo das actividades do material bélico que seja propriedade de entidade pública ou privada.

4 – Para além da comunicação do facto ao órgão de soberania jurídico e da instauração do respectivo processo-crime, a apreensão nos termos do número anterior é comunicada à respectiva entidade pública ou privada titular do produto oriundo das actividades do material bélico, para efeitos de acção disciplinar e da sua devolução e restituição.

5 – Em caso de manifesto estado de embriaguez ou de intoxicação por via de medicamentos, plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas ou outros produtos com efeito análogo ou de o produto oriundo das actividades do material bélico se encontrar fora das condições legais ou em violação das prescrições de autoridade competente, pode o mesmo ser retirado por qualquer cidadão que o possa fazer em condições de segurança até à comparência de agente ou autoridade policial.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO.

1 – Todos os produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma que independentemente do motivo da entrega ou decisão, sejam declarados perdidos a favor do estado, serão transferidos para o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa de modo a que as reais forças armadas portuguesas em uníssono com a guarda real portuguesa procedam à sua peritagem, apuramento do seu estado e condição de forma a promover o seu destino, sendo sempre que fieis aos propósitos e em pleno estado de conservação repostos no mercado de consumo e sempre que adulterados ou deteriorados destruídos nos termos da lei.

2 – Os produtos oriundos das actividades do material bélico referidos no número anterior, desde o momento do depósito no arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa até à deliberação das instâncias competentes de destruição, venda ou integração ao serviço das forças de intervenção militares, policiais ou sapadoras, devem ser acompanhadas de registo documental consultável a todo o tempo por o interessado, do qual devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do cidadão ou entidade que procedeu à entrega;

b) Motivo que procedeu à entrega;

c) Agente que recepcionou a entrega e respectivo órgão de soberania policial;

d) Características do produto oriundo das actividades do material bélico, com referência à marca, modelo, calibre, condições de funcionalidade, estado de conservação e demais características relevantes;

e) Fotografia do produto oriundo das actividades do material bélico aquando do depósito, da qual deve ser facultada cópia à pessoa ou entidade que procedeu à entrega;

f) Decisão final quanto ao destino do produto oriundo das actividades do material bélico.

#### **ARTIGO DÉCIMO SEXTO – LEILÕES DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO.**

1 – As reais forças armadas portuguesa organiza em cada uma estação do ano uma venda em leilão dos produtos oriundos das actividades do material bélico apreendidos, achados ou que tenham sido declarados perdidos a favor do estado e que se encontrem em condições de serem colocados no mercado de consumo.

2 – Podem licitar em leilões de produtos oriundos das actividades do material bélico:

a) Todas as entidades de intervenção militares, policiais e sapadoras do reino de Portugal, de estados soberanos constituintes do império português e de estados soberanos externos ao império português que preencham as condições legalmente exigidas para a detenção do produto oriundo das actividades do material bélico em causa e sob dever, responsabilidade e compromisso de honra das competências a cumprir com os mesmos produtos;

b) Sem prejuízo do disposto na alínea seguinte e nos termos dos respectivos alvarás, com excepção do alvará de belicista do Tipo 17, todos os belicistas detentores de alvará para produção, fabrico, manutenção, conservação, reparação e restauro de actividades do material bélico e produtos oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma;

c) Os museus detentores de alvará do tipo 16, correndo o processo de emissão da declaração de aquisição posteriormente à licitação, sempre que necessário e sempre que os mesmos produtos estejam inactivos.

3 – Sob requisição de entidades públicas responsáveis por laboratórios de perícia científica e balística pode a direcção das reais forças armadas portuguesa promotora pelos leilões retirar de quaisquer actos de leilão produtos oriundos das actividades do material bélico que pelas suas características representem um interesse científico para o estudo e investigação, sendo-lhes afectos gratuitamente.

4 – Só são consideradas para leilão os produtos oriundos das actividades do material bélico homologados nos termos da lei.

5 – O valor dos bens expostos nos leilões para a sua licitação em caso algum pode ser inferior a 30% do seu valor comercial ou patrimonial estimado.

6 – O pagamento dos bens adquiridos no acto de leilão processa-se por via dos meios electrónicos.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PUBLICIDADE DA VENDA EM LEILÃO.

1 – Sempre que decidida a venda de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma em leilão, as reais forças armadas portuguesa procede nos termos da lei à sua publicitação, divulgação e difusão nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, por via de editais, anúncios e meios informáticos.

2 – A publicitação, divulgação e difusão nos meios de comunicação da CASA IMPERIAL PORTUGUESA processa-se no canal televisivo, emissora de rádio e jornal, com a antecipação de 30 dias úteis da data de realização do leilão.

3 – Os editais são afixados com a antecipação referida no número anterior, na porta de cada um órgão de soberania das reais forças armadas portuguesa.

4 – Os anúncios são publicados com a antecipação referida no número 2, num dos jornais com maior tiragem a nível nacional.

5 – A publicação através da Internet faz-se mediante a publicação em destaque na página oficial das reais forças armadas portuguesa do anúncio referido no número anterior, durante os 30 dias que antecedem o leilão.

6 – Em todos os meios de publicitação da venda incluem-se para que permita a sua fácil compreensão:

- a) O número de produtos oriundos das actividades do material bélico por cada uma classe;
- b) Local, data e hora de venda em leilão.

7 – Os bens destinados a leilão devem estar expostos para exame dos interessados, durante os quinze dias anteriores à data prevista para a sua venda em leilão, devendo para o efeito os interessados solicitar informação a qualquer base das reais forças armadas portuguesa, sobre o local e hora onde possam examinar os bens.

8 – A publicação de anúncios nos jornais de maior tiragem nacional poderá não ter lugar, sempre que o departamento responsável pela venda considere justificadamente os bens de reduzido valor, procedendo às demais formas de publicitação, divulgação e difusão.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ENTREGA OBRIGATÓRIA DE PRODUTO ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO ACHADO.



1 – Todo o cidadão que encontrar ou achar produto oriundo das actividades do material bélico constante do presente diploma, está obrigado à entrega no imediato do mesmo material à guarda real portuguesa, mediante o comprovativo da entrega.

2 – Com a entrega deve ser lavrado termo de justificação da posse, contendo todas as circunstâncias de tempo e lugar em que o achado ocorreu.

3 – Todos os produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma entregues devem ser objecto de análise e perícia, a efectuar pelo departamento competente da guarda real portuguesa e das reais forças armadas portuguesa.

4 – O achado logo que disponibilizado pelas autoridades, se for susceptível de comércio ou manifesto, será objecto de venda em leilão, revertendo 30% da venda para o cidadão que o encontrou e entregou e o remanescente para o órgão de soberania policial no qual foi entregue.

## CAPÍTULO SEGUNDO – NORMAS ESPECIAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.

1 – Compete à guarda real portuguesa a investigação própria ou sob a alçada dos órgãos de soberania jurídicos dos crimes constantes do presente diploma e dos demais que lhe sejam participados pelas autoridades competentes de fiscalização, prevenção e controlo ou de que colha notícia, praticados pelos agentes económicos envolvidos da realização dos actos de esforço e do exercício das actividades constantes do presente diploma.

### ARTIGO SEGUNDO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos em colaboração com as entidades do material bélico e de saúde e com o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e com o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses observar, analisar e deliberar sobre os crimes cometidos ao longo de cada um ano de exercício com produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma, relacionar os actos criminosos perpetrados com os hábitos de consumo específico dos infractores, relevando as classes de produtos oriundo das actividades do material bélico em termos percentuais na relação de consumo e crime e averiguar se os actos crimes foram praticados por violar as normas de conduta de detenção, uso e porte de material bélico ou se foram praticados com recurso a produtos oriundos das actividades do material bélico ilícitos ou por violar os locais nos termos da lei específicos e restritos para a prática dos actos de esforço dos seus portadores, bem como analisar os crimes previstos no presente diploma.

2 – Compete após a avaliação dos dados, o consequente reforço nos meios de comunicação social da consciência cívica de cada um cidadão para a entrega e denúncia

da detenção, uso e porte de produtos oriundos das actividades do material bélico ilícitos de modo e forma a prevenir os respectivos crimes envolto dos dados negativos ou sempre que as circunstâncias o exijam em consonância com todas as entidades envolvidas do processo de classificação das actividades do material bélico e dos produtos oriundos das mesmas actividades declarar o seu fim e a sua passagem para as actividades do material bélico e produtos oriundos das mesmas actividades indesejáveis constantes da tabela V do artigo 2º, do capítulo primeiro, do título primeiro, bem como a proibição de manutenção, conservação, reparação e restauro dos mesmos produtos e a aquisição, detenção, uso e porte dos mesmos produtos específicos.

### ARTIGO TERCEIRO – REGISTO CENTRAL.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos possuir um registo central dos processos crimes previstos no presente diploma, que os órgãos de soberania policiais, os órgãos de soberania militares e os órgãos de soberania sapadores terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes.

2 – Compete aos reais sapadores portugueses possuir um registo central que acumule o registo de todos os titulares de licença de detenção, uso e porte de material bélico, que releve a classe respectiva, data de emissão, validade e entidade emissora e que os órgãos de soberania policiais e militares terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais constantes, bem como o registo dos actos de esforço realizados por cada um portador, que releve a data de realização de cada um acto, hora, tipo de produto usado, quantias requeridas, utilizadas e devolvidas e os resultados relativos a cada um acto realizado e que os portadores terão acesso por via do uso do cartão pessoal electrónico de consulta de dados.

3 – Compete à guarda real portuguesa possuir um registo central que acumule o registo de todos os titulares de licença de detenção, uso e porte de material bélico, que releve a classe respectiva, data de emissão, validade e entidade emissora e que os órgãos de soberania militares e sapadores terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais constantes, bem como o registo dos actos de esforço realizados por cada um portador, que releve a data de realização de cada um acto, hora, tipo de produto usado, quantias requeridas, utilizadas e devolvidas e os resultados relativos a cada um acto realizado e que os portadores terão acesso por via do uso do cartão pessoal electrónico de consulta de dados.

4 – Compete às reais forças armadas portuguesa possuir um registo central que acumule o registo de todos os titulares de licença de detenção, uso e porte de material bélico, que releve a classe respectiva, data de emissão, validade e entidade emissora e que os órgãos de soberania policiais e sapadores terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais constantes, bem como o registo dos actos de

esforço realizados por cada um portador, que releve a data de realização de cada um acto, hora, tipo de produto usado, quantias requeridas, utilizadas e devolvidas e os resultados relativos a cada um acto realizado e que os portadores terão acesso por via do uso do cartão pessoal electrónico de consulta de dados.

5 – Compete em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses possuir um registo central de todos os titulares de autorização a exercer as actividades constantes do presente diploma, que releve o nome do cidadão ou entidade, data de emissão, validade, entidade emissora e a actividade específica em exercício e que os órgãos de soberania jurídicos, os órgãos de soberania militares, os órgãos de soberania policiais e os órgãos de soberania sapadores terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes do registo central.

#### ARTIGO QUARTO – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

1 – Em observância das convenções das nações unidas contra o tráfico de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, no tocante a extradição, auxílio judiciário mútuo, execução de sentenças penais estrangeiras e transmissões de processos criminais, aplicam-se subsidiariamente as disposições constantes das mesmas.

#### ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS.

1 – Em qualquer momento os órgãos de soberania jurídicos podem pedir informações e solicitar a apresentação de documentos respeitantes a bens materiais, depósitos ou quaisquer outros valores pertencentes a arguido da prática dos crimes constantes do presente diploma ou a cidadão ou entidade que com o mesmo arguido se relacione no apuramento da veracidade processual, com vista à sua apreensão e perda para o estado.

2 – A prestação de informações ou a apresentação de documentos quer se encontre em suporte manual ou informático, não podem ser recusados por qualquer cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada, desde que o pedido se mostre individualizado e suficientemente concretizado, bastando para o efeito a identificação do arguido ou do suspeito e sempre que o mesmo exigido para o apuramento da veracidade do processo dos nomes do agregado familiar ou de terceiros envolvidos da investigação em curso.

#### ARTIGO SEXTO – PERITAGEM E DESTRUIÇÃO DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO APREENDIDOS.

1 – Os produtos oriundos das actividades do material bélico apreendidos por via dos crimes constantes do presente diploma, são por ordem da autoridade policial objecto de peritagem e análise no mais curto espaço de tempo possível, de modo e forma a apurar a sua qualidade, quantidade e estado de conservação.

2 – Após o exame laboratorial o perito procede à recolha, identificação, pesagem acondicionamento e selagem de uma amostra do produto apreendido, para instrumento de prova no acto processual e transfere o remanescente sempre que o existir para o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa.

3 – A amostra fica guardada em cofre do órgão de soberania jurídico que procede à investigação até à deliberação da sentença jurídica final.

4 – No prazo de trinta dias se não for requerido por parte do arguido recurso para as instâncias jurídicas superiores e tendo presente a qualidade e o estado de conservação do produto, o órgão de soberania jurídico do respectivo acto processual comunica ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa, para a sua inclusão nas existências dos produtos a introduzir no mercado de consumo ou para a sua destruição.

5 – Sempre que o produto se encontre deteriorado ou adulterado por qualquer modo ou forma e sempre que o mesmo for um produto proibido, compete ao órgão de soberania jurídico após lida a sentença jurídica final, comunicar ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa para a sua imediata destruição.

6 – A destruição do produto é processada com recurso a processo de incineração, na presença de um magistrado envolto do processo, de um elemento da guarda real portuguesa envolto da investigação processual, de um elemento das reais forças armadas responsável pelo arsenal de material bélico, de um técnico de laboratório e de um técnico responsável pela incineração, lavrando-se o auto respectivo, podendo numa mesma operação de incineração realizar-se a destruição do produto de vários processos crimes.

7 – Não sendo requerido no prazo de trinta dias recurso para as instâncias jurídicas superiores, o órgão de soberania jurídico ordena a introdução no mercado de consumo da amostra nos termos do disposto no número 4 ou a destruição da amostra de prova guardada em cofre, o que se fará com observância do número anterior, sendo remetido cópia do auto respectivo.

8 – Por intermédio do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa em uníssono com o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, pode ser solicitado ao órgão de soberania jurídico do acto processual a cedência de pequenas proporções do produto apreendido, para fins didácticos, de formação ou de investigação criminal ou científica, pelo que a mesma consentida deverá constar do processo.

9 – Compete ao órgão de soberania jurídico do acto processual, a fixação de um prazo para a devolução da proporção cedida sempre que exista, para que se proceda à sua introdução no mercado de consumo ou se processe à sua destruição nos termos do número 6 ou que o prazo da sua devolução seja estipulado pela própria entidade que o requerer, sendo remetida logo que se torne desnecessária ou inútil, com informação para o processo.



## ARTIGO SÉTIMO – AMOSTRAS PEDIDAS POR ENTIDADES ESTRANGEIRAS.

1 – Podem ser remetidas amostras de produtos oriundos das actividades do material bélico que tenham sido apreendidos a entidades públicas estrangeiras, que as requererem para fins de investigação criminal ou científica, mesmo na pendência do processo.

2 – O pedido deverá ser formulado em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa que decidirá com base nos objectivos propostos para a sua utilização, sobre a decisão de solicitar ao órgão de soberania jurídico do acto processual a proporção requerida, pelo que a mesma consentida deverá constar do processo.

## ARTIGO OITAVO – COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 - Compete a cada um órgão de soberania jurídico envolto dos crimes previstos no presente diploma e da respectiva apreensão de produtos oriundos das actividades do material bélico, remeter:

a) Em uníssono após a deliberação da sentença jurídica final, cópia do acto processual ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, de modo que as reais forças armadas portuguesa, a guarda real portuguesa e os reais sapadores portugueses procedam respectivamente no imediato momento e durante todo o período de tempo da sentença, à proibição dos arguidos de aquisição, detenção, uso e porte de material bélico;

b) Aos respectivos ministérios da prevenção, da ordem, da segurança e da indústria até ao dia 10 de Janeiro a relação anual do número de processos crimes e das apreensões realizadas no âmbito da sua acção jurídica anual, com menção das classes e quantidades apreendidas, das quantidades deliberadas como existências, das declaradas para destruição e das quantias cedidas a terceiros e respectivas entidades;

c) Ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa e ao real supremo tribunal de justiça português até ao dia 10 de Janeiro a relação anual do número de processos crimes e das apreensões remetidas na alínea anterior, com menção das quantidades deliberadas como existências, das declaradas para destruição e das quantias cedidas a terceiros e respectivas entidades.

## ARTIGO NONO – MISSÃO.

1 – Compete ao arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa cooperar, colaborar e auxiliar com os meios materiais, técnicos e tecnológicos, os produtores, fabricantes e prestadores de serviços no correcto, rigoroso e integro desempenho do exercício das suas competências e responsabilidades, bem como a todos os produtores, fabricantes e prestadores de serviços o direito de participar e acompanhar



de forma activa e exemplar os actos processuais de funcionamento do arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa.

## ARTIGO DÉCIMO – FROTA DO ARSENAL DE MATERIAL BÉLICO DAS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA.

1 – A frota de transportes do arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa será composta pelos meios de transporte doados pelos produtores e fabricantes dos produtos constantes do presente diploma affectos em uníssonos ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses e pelos meios de transporte que aos mesmos proprietários pertençam e que se encontrem por liquidar em situação de crédito, sendo os créditos liquidados em uníssonos pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses.

## CAPÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL.

1 – Compete aos ministros dos sectores ministeriais da segurança, da ordem, da prevenção, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos e a um representante das reais forças armadas portuguesa, da guarda real portuguesa e dos reais sapadores portugueses nomeados pelos respectivos ESTADO-MAIOR:

a) Assegurar a representação do estado português a nível internacional, de modo que as matérias de cooperação das actividades constantes do presente diploma sejam tratadas;

b) Acompanhar a aplicação dos instrumentos de direito internacional relativos a actividades do material bélico e a produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, de modo e forma a garantir a compatibilidade e coerência dos dados a transmitir às entidades internacionais;

c) Fornecer às instâncias competentes do império português e das nações unidas os dados, informações e relatórios previstos nas convenções, em colaboração com as demais entidades actantes e intervenientes nas matérias constantes do presente diploma;

d) Difundir no âmbito nacional, as informações e dados recolhidos a nível imperial português e internacional, bem como outros por si reunidos que se revelem pertinentes.

2 – A real procuradoria de justiça portuguesa e a real provedoria de justiça portuguesa, são as entidades competentes para dar provimento às solicitações de ordem jurídica constantes das convenções das nações unidas contra o tráfico ilícito de

actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, direccionando-as para as entidades respectivas e zelando pela sua resposta atempada.

3 – A guarda real portuguesa é a entidade competente para dar provimento às solicitações de ordem judiciária constantes das convenções das nações unidas contra o tráfico ilícito de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma.

4 – As entidades que forneçam dados de natureza estatística a instâncias do império português, das nações unidas, da organização internacional da polícia criminal/Interpol e do conselho de cooperação aduaneiro, em matéria de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias susceptíveis de uso e utilização à obtenção do produto, remetem cópia dos mesmos dados aos reais sapadores portugueses, à guarda real portuguesa, às reais forças armadas portuguesa e aos ministérios da segurança, da ordem, da prevenção, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos.

## ARTIGO SEGUNDO – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL.

1 – As forças da ordem policiais devem planear e empreender em todo o momento, operações especiais de prevenção criminal em áreas geográficas delimitadas com a finalidade de controlar, detectar, localizar, prevenir, assegurar ou verificar a regularidade da situação de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma, minimizando o risco da prática de infracções associadas às mesmas ou aos mesmos, ou sempre que hajam suspeitas da prática de crime ou da sua preparação.

2 – A delimitação das áreas geográficas para a realização das operações especiais de prevenção pode abranger:

a) Zonas de produção e fabrico de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, pontos de controlo de acesso a locais em que constitui crime a detenção, uso e porte de actividades do material bélico e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como de percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma;

b) Gares de transportes colectivos rodoviários, ferroviários, aéreos e marinhos, bem como o interior dos meios de transporte, vias públicas ou locais públicos ou privados e respectivos acessos;

c) Áreas residenciais, cujos residentes ou cidadãos que as frequentam constem de possíveis infractores às matérias constantes do presente diploma, por

via das acções de vigilância e de patrulhamento policial, bem como de informações recolhidas ou de actos de denúncia.

3 – As operações especiais de prevenção criminal podem compreender em função da exigência do acto, sempre que haja indícios da prática dos crimes previstos no presente diploma, risco de resistência ou de desobediência qualificada à autoridade ou a necessidade de condução à esquadra policial dos respectivos cidadãos por não ser possível a correcta identificação dos dados pessoais, a identificação e a revista dos cidadãos que se encontrem na área geográfica ou local de realização da operação, a revista dos respectivos locais em que se encontrem ou de locais que com o facto e com os mesmos cidadãos se relacionem, bem como de meios de transporte ou equipamentos envolvidos do facto.

4 – Compete à guarda real portuguesa na realização das operações especiais de prevenção criminal a verificação dos bens previstos no presente diploma que se encontrem em trânsito nas zonas portuárias, aeroportuárias, rodoviárias e ferroviárias, com a possibilidade de abertura de volumes e contentores e quebra dos respectivos selos, para confirmação e avaliação das mercadorias, da sua proveniência e destino.

5 – As operações especiais de prevenção criminal são comunicadas pelo CORONEL do órgão de soberania policial responsável pela respectiva operação à real procuradoria de justiça portuguesa, à real provedoria de justiça portuguesa e ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica de realização da operação, com a antecedência exigida ao sucesso da operação, mencionando a delimitação geográfica e temporal das medidas previstas.

6 – Sem prejuízo da autonomia técnica e tática das forças da ordem policiais e independentemente da modalidade técnica disponível que se revele mais apropriada, as operações devem ser acompanhadas por um magistrado do órgão de soberania jurídico da área respectiva o qual será responsável pela prática dos actos de competência jurídicos de que da operação possam resultar.

7 – As operações especiais de prevenção criminal podem prosseguir para além dos espaços geográfico e temporal delimitados e determinados se os actos a empreender forem decorrentes de outros iniciados no âmbito da delimitação inicial.

8 – Sempre que no âmbito de uma operação especial de prevenção criminal se torne necessário empreender buscas domiciliárias ou outros actos da exclusiva competência de juiz de instrução, são adoptadas independentemente da modalidade técnica disponível que se revele mais apropriada, as medidas exigidas e necessárias ao acompanhamento por parte deste magistrado.

9 – Sempre que a operação deva ser realizada e desenvolvida em mais do que uma comarca, intervém o juiz de instrução que nos termos da lei, tenha competência no território da comarca no qual a operação se iniciou.

### ARTIGO TERCEIRO – ACTIVIDADES DE PREVENÇÃO.

1 – Compete ao parlamento, avaliar, planear e executar as acções, medidas e programas específicos de prevenção, segurança e restrição de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma, aos espaços próprios de realização dos actos de esforço, tendo presente a sua natureza pluridisciplinar.

2 – Compete aos ministérios da segurança, da ordem, da prevenção, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos das actividades constantes do presente diploma, avaliar, planear e executar as acções, medidas e programas específicos de formação e qualificação sectoriais.

3 – Compete à família a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento social dos descendentes e alertar para a prevenção, segurança e restrição da detenção, uso e porte de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma, aos espaços próprios de realização dos actos de esforço pelas forças de intervenção militares, policiais e sapadoras.

4 – Compete às áreas presidenciais da segurança, da ordem e da prevenção proceder à respectiva informação, esclarecimentos e alerta aos militares, agentes e sapadores respectivamente face ao uso, utilização e consumo de produtos oriundos das actividades do material bélico constantes do presente diploma, os efeitos benéficos imediatos do seu exercício e as diferentes patologias associadas ao seu exercício excessivo ou insuficiente, relevando os produtos oriundos das actividades do material bélico proibidos no seu uso, utilização e consumo, bem como os cuidados, restrições e recomendações relativas ao seu uso, utilização e exercício.

5 – Compete à área presidencial da saúde proceder à respectiva informação, esclarecimentos e alerta dos utentes militares, policiais e sapadores face ao exercício do acto de esforço, os efeitos benéficos imediatos do exercício e as diferentes patologias associadas ao seu exercício excessivo ou insuficiente, bem como os cuidados, restrições e recomendações relativas ao mesmo exercício.

6 – Compete à área presidencial da educação:

a) Integrar nos currículos escolares de história a educação para os produtos oriundos das actividades do material bélico, com incidência específica na exigência de prevenção, segurança e restrição dos produtos aos espaços próprios de realização do acto de esforço;

b) Providenciar no sentido de que a formação inicial e contínua dos professores e auxiliares de educação os habilite e qualifique a desenvolver tal vertente; e

c) Desenvolver programas específicos primários de defesa, segurança e protecção face à detenção, uso e porte de material bélico, fora dos espaços próprios de realização do acto de esforço e do exercício de actividades das forças de intervenção militares, policiais e sapadoras, em todos os ciclos educativos.

#### ARTIGO QUARTO – RELATÓRIO ANUAL.



1 – Anualmente e até ao dia 31 de Janeiro os ministérios da segurança, da ordem, da prevenção, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais e da indústria respectivos, o ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, o real supremo tribunal de justiça português, a guarda real portuguesa, as reais forças armadas portuguesa, os reais sapadores portugueses e a direcção geral das alfândegas, remetem ao parlamento um relatório discriminado relativo ao ano cessante sobre todos os dados que possuam face às matérias constantes do presente diploma e às suas competências respectivas.

2 – O relatório tem por finalidade fornecer ao parlamento informação pormenorizada sobre a situação do reino de Portugal em matéria de classes e quantidades de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma em aquisição, detenção, uso e porte pelos agentes económicos e as actividades desenvolvidas pelas entidades com intervenção nas áreas da prevenção criminal e repressão do tráfico.

#### ARTIGO QUINTO – DIAGNÓSTICO, QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO E DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – Compete aos presidentes das áreas presidenciais da saúde, da indústria, da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais, da extracção e dos minerais, humana, natural, universal, da segurança, da ordem, da prevenção e da justiça, aos ministros da segurança, da ordem, da prevenção e da indústria respectivos, aos bastonários do material bélico, aos presidentes das associações nacionais de unidades do material bélico, mediante parecer do ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, do ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e do ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, determinar mediante portaria conjunta:

- a) Os procedimentos terapêuticos e pedagógicos exigidos à definição dos exames, análises e avaliações às características próprias do material bélico, ao apuramento da veracidade da avaliação a produzir e à avaliação, análise e diagnóstico de todo um sentido de defesa, protecção e segurança face às funções a cumprir pelos agentes económicos;
- b) As condições de segurança dos locais do exercício da actividade profissional com produtos oriundos das actividades do material bélico;
- c) As condições de segurança para o exercício das actividades de belicista;
- d) O regime da formação técnica e cívica para detenção, uso e porte de material bélico, nomeadamente os conteúdos programáticos e duração dos cursos;
- e) O regime do exame de aptidão para obtenção de licença de detenção, uso e porte de material bélico;



- f) O modelo das licenças, alvarás, declaração de aquisição, livrete de manifesto, certificados e outros exigidos à execução do presente diploma;
- g) As taxas a cobrar pelos serviços prestados pelas entidades com competências no disposto do presente diploma;
- h) A detenção, uso e porte de material bélico em actividade de carácter cénico ou cinematográfico, incluindo a definição do tipo de material bélico em uso, as modalidades e normas de licenciamento;
- i) A detenção por parte dos cidadãos ou entidades com alvará de belicista de bancos de provas próprios ou comuns a várias empresas;
- j) As condições de segurança para o exercício da actividade pirotécnica e pulverizadora;
- k) O modo de intervenção dos serviços de saúde, da segurança, da ordem e da prevenção especializados no apoio, auxílio e colaboração às autoridades policiais e jurídicas;
- l) Classificar as actividades do material bélico e os produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades a existir;
- m) Classificar as actividades do material bélico e os produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades como proibidos, sempre que os mesmos se revistam em termos de exercício ou utilização de efeitos nefastos para o organismo humano e constituam um meio de retrocesso e uma regressão das faculdades, aptidões e capacidades físicas, psicológicas e emocionais humanas, bem como que criem situações de dependência;
- n) Definir com base nos efeitos produzidos por via do seu exercício e utilização no homem as respectivas privações das liberdades relativas a cada um produto, nomeadamente a proibição de conduzir, a proibição de ingerência de álcool, outros produtos provenientes ou oriundos das actividades dos medicamentos ou plantas filantrópicas, substâncias ou preparações psicotrópicas durante o seu efeito directo;
- o) Comprovar por via dos exames, análises e avaliações anuais médicas, educativas, laborais e sociais, o aprofundar do conhecimento humano face aos efeitos do seu consumo e utilização a curto, médio e longo prazo, corrigindo as actividades do material bélico e os produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades que pelos resultados negativos que produzem deveram constar das actividades do material bélico e dos produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades proibidos;
- p) Os modos, métodos e técnicas em uso e utilização no exercício das actividades constantes do presente diploma, de produção e fabrico de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como dos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias em uso e utilização em cada um processo económico;
- q) As áreas de exercício profissional das forças de intervenção militares, policiais e sapadoras no espaço territorial português; e
- r) Os períodos de exercício profissional das forças de intervenção militares, policiais e sapadoras durante o ano para cada material bélico, tendo presente as condições climáticas e os próprios efeitos produzidos por os produtos em exercício.

2 – A portaria a que se refere o número anterior deve ser rectificada e actualizada sempre que a evolução do conhecimento científico assim o justifique.

#### ARTIGO SEXTO – ESPÉCIES MARINHAS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção das espécies marinhas destinados aos zoo marinhos e aos oceanários e das espécies marinhas que possam ser reabilitadas nos centros de reabilitação de espécies marinhas presentes no espaço territorial português, Portugal não pesca, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer espécie de pescado ou de plâncton em vias de extinção, seja baleia, orca ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas espécies em vias de extinção.

#### ARTIGO SÉTIMO – ESPÉCIES ANIMAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção das espécies animais destinados aos jardins zoológicos e às reservas naturais e das espécies animais que possam ser reabilitadas nos centros de reabilitação de espécies animais presentes no espaço territorial português, Portugal não caça, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer espécie animal em vias de extinção, seja elefante, tigre ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas espécies em vias de extinção.

#### ARTIGO OITAVO – ESPÉCIES VEGETAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção das espécies vegetais destinados aos jardins botânicos e das espécies vegetais que possam ser reabilitadas nos centros de reabilitação de espécies vegetais presentes no espaço territorial português, Portugal não recolhe, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer espécie vegetal em vias de extinção, seja sobreiro, alecrim ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas espécies em vias de extinção.

#### ARTIGO NONO – MATURIDADE DAS ÁRVORES PARA ABATE.

1 – A maturidade das árvores para abate nas actividades de agricultura tem que corresponder à idade adulta de cada uma espécie vegetal de modo e forma a precaver a extinção das espécies vegetais e a salvaguardarmos o futuro.

#### ARTIGO DÉCIMO – ESPÉCIES VEGETAIS NOCIVAS AO SOLO.

1 – Nos termos da lei com excepção das autorizações concedidas pelo real instituto da agricultura e dos vegetais português e pelo real instituto farmacêutico português para o cultivo de espécies vegetais nocivas à fertilidade dos solos para fins medicinais e outros fins específicos essenciais e elementares ao desenvolvimento, progresso e futuro de

habitabilidade do reino de Portugal, o cultivo de espécies nocivas à fertilidade dos solos é proibido em todo o espaço territorial português, sendo os seus proprietários obrigados à denúncia das espécies de modo e forma a que se proceda ao seu abate e inclusão no mercado de consumo ou à sua destruição nos termos da lei.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MINERAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO.

1 – Com excepção dos minerais destinados aos minerólogos e dos minerais que possam ser investigados nos centros de prospecção dos solos e de substâncias minerais presentes no espaço territorial português, Portugal não extrai, produz, fabrica, importa, introduz, exporta, expedita, transita ou transborda, qualquer substância mineral em vias de extinção, seja volfrâmio, ouro ou o elixir da vida, bem como quaisquer outros produtos provenientes dessas mesmas substâncias minerais em vias de extinção.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ESTADO-MAIOR DAS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, ESTADO-MAIOR DA GUARDA REAL PORTUGUESA E ESTADO-MAIOR DOS REAIS SAPADORES PORTUGUESES.

1 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses têm a responsabilidade de criar o museu nacional das reais forças armadas portuguesa, o museu da guarda real portuguesa, o museu dos reais sapadores portugueses respectivamente, bem como suportaram os encargos deficitários inerentes ao exercício das suas competências.

2 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa e o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa têm em uníssono com o real instituto farmacêutico português, com o real instituto da pecuária e dos animais português e com o real instituto natural português, a responsabilidade de povoar com espécies animais todo o espaço territorial português, nomeadamente as reservas naturais e as reservas de caça portuguesas e de criar habitats naturais para a defesa, protecção e reprodução das espécies animais permanentes ou migratórias.

3 – O ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, o ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa, o ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses tem em uníssono com os ESTADO-MAIOR das forças de intervenção militares, policiais e sapadoras dos estados soberanos constituintes do império português a responsabilidades de desminagem de todo o espaço territorial imperial português.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PARAÍSO FISCAL.

1 – Tendo presente que a lei portuguesa é só uma em todo o espaço territorial português a cumprir por igual por todos os cidadãos, órgãos de soberania, empresas e instituições, públicas e privadas, portuguesas, imperiais portuguesas e internacionais,

estão proibidos quaisquer géneros de benefícios, proveitos ou isenções fiscais relativos ao exercício de qualquer actividade económica.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PRIVATIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO PÚBLICAS.

1 – O estado português vai privatizar 90% do capital social das entidades do material bélico que possua em exercício sob a forma de serviço público.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ENTIDADE REGULADORA DO MATERIAL BÉLICO.

1 – Os meios materiais, técnicos e tecnológicos do exercício de actividades da entidade reguladora do material bélico serão transferidos para as reais forças armadas portuguesa, para a guarda real portuguesa e para os reais sapadores portugueses da respectiva área de circunscrição geográfica, tendo presente a equidade dos meios em todo o espaço territorial português.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – INSPECTORES DO MATERIAL BÉLICO.

1 – As reais forças armadas portuguesa, a guarda real portuguesa e os reais sapadores portugueses possuirão inspectores do material bélico para cada um concelho de administração do reino de Portugal, com competência para a inspecção, fiscalização e controlo das actividades do material bélico nos próprios momentos em que se realizam as actividades do material bélico, bem como para a resolução dos diferendos do material bélico que ocorram no decurso das mesmas actividades do material bélico.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PROIBIÇÃO DE ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO.

1 – Estão proibidos a todos os sectores de actividade económicos do material bélico como actividades do material bélico a realização de actividades do material bélico que promovam a deturpação ou a deformação dos valores e princípios humanos da razão, verdade e da justiça nos vários domínios do material bélico em realização na vida do reino de Portugal, do império português e dos estados soberanos externos ao império português, bem como que coloquem em causa a dignidade da vida humana, dos ciclos de biodiversidade e do planeta terra, sendo a sua violação punida severamente nos termos do disposto no CÓDIGO PENAL.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CONSELHO DO PROVIDOR DA INDÚSTRIA.



1 – O conselho do provedor da indústria exercerá funções e competências na CASA IMPERIAL PORTUGUESA sendo constituído por um elemento de cada um sector ministerial da indústria eleito por todos os sectores de actividade económicos da indústria do respectivo sector ministerial presente na vida do reino de Portugal, que elegeram o provedor da indústria.

2 – O conselho do provedor da indústria tem como missão zelar pelas participações, requerimentos e queixas dos consumidores e dos sectores de actividade económicos da indústria face às actividades industriais e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades em uso, utilização e consumo no reino de Portugal, bem como pelos alertas ao consumo das mesmas actividades industriais e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades.

#### ARTIGO DÉCIMO NONO – DELEGAÇÃO E PRETENSÃO DE COMPETÊNCIAS.

1 – As competências atribuídas no presente diploma ao MARECHAL e ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao MARECHAL e ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao MARECHAL e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, podem ser delegadas e subdelegadas nos termos da lei.

2 – Compete em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses a emissão de normas técnicas destinadas a estabelecer procedimentos operativos no âmbito do regime jurídico do material bélico constantes do presente diploma.

3 – A pretensão de pedidos, autorizações, licenças, requerimentos ou outras solicitações, bem como o envio de documentos, comunicações ou outros factos constantes do presente diploma direccionados em uníssono ao ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, ao ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e ao ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses, deveram ser expedidos em uníssono à pessoa do MARECHAL das reais forças armadas portuguesa, do MARECHAL da guarda real portuguesa e do MARECHAL dos reais sapadores portugueses.

#### ARTIGO VIGÉSIMO – LIXOS E DETRITOS DO MATERIAL BÉLICO.

1 – Todos os lixos e detritos produzidos pelos sectores de actividade económicos do material bélico na realização do seu exercício profissional deverão ser decompostos, reciclados ou incinerados de acordo com a defesa, segurança e protecção da propagação de vírus e bactérias no meio ambiente.

#### ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – ABUSO DE PATENTE E PIRATARIA.



1 – O abuso de patente e a pirataria de actividades do material bélico e de produtos oriundos das mesmas actividades é punido nos termos do disposto nos artigos 1º e 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, da parte segunda do CÓDIGO PENAL respectivamente.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – RECLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO E DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES.

1 – As actividades do material bélico e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades que no âmbito do presente diploma venham a ser reclassificados, só podem ser detidos e utilizados nos termos permitidos pelo presente diploma.

2 – Se o titular da actividade do material bélico ou do produto ou serviço prestado oriundo das mesmas actividades reclassificado não possuir as condições inerentes à sua detenção, uso e porte no âmbito do presente diploma, tem o prazo de 183 dias a partir da data de publicação do presente diploma até à sua entrada em vigor para proceder nos termos da lei à sua comunicação, transmissão ou inutilização, sob pena de o mesmo constituir crime ou possa ser declarado perdido a favor do estado.

#### ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME LEGAL.

1 – As licenças de detenção, uso e porte de material bélico, alvarás de belicista e livretes de manifesto concedidas ou concedidos ao abrigo da legislação anterior são convertidos ao abrigo do presente diploma, durante os 183 dias que medeia entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor.

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – MANIFESTO VOLUNTÁRIO.

1 – Todos os cidadãos ou entidades a operar ilicitamente no exercício das actividades constantes do presente diploma de produção, fabrico e comercialização de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades, devem durante os 183 dias que medeiam entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor, denunciar o exercício da actividade às autoridades do material bélico competentes ou a sua posse ao órgão de soberania policial da sua área de residência e requerer a continuidade do exercício da actividade ou a sua apresentação a exame e manifesto, não se processando o respectivo procedimento criminal, sob o compromisso de emissão pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses de autorização nos termos da lei para a prossecução do exercício da respectiva actividade.

2 – As mercadorias são depositadas no respectivo órgão de soberania policial, sendo após o exame e manifesto a requerimento do interessado e tendo presente a sua

legalização nos termos do presente diploma, transferidas sob fortes medidas de segurança para o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa, sendo o seu proprietário indemnizado pelo montante do seu valor produtivo ou industrial sempre que as mesmas sejam comerciáveis, ficando o seu proprietário a aguardar a correspondente emissão da autorização nos termos da lei para o exercício da actividade em exercício.

3 – Sempre que o detentor de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma não declarados e provenientes de actividades ilícitas possuir autorização nos termos da lei para o exercício da referida actividade ou de outras actividades constantes do presente diploma, compete às autoridades do material bélico competentes declarar o continuo do exercício da actividade até à emissão pelo ESTADO-MAIOR das reais forças armadas portuguesa, pelo ESTADO-MAIOR da guarda real portuguesa e pelo ESTADO-MAIOR dos reais sapadores portugueses de autorização nos termos da lei para a prossecução do exercício da respectiva actividade ou ao órgão de soberania policial proceder após o seu exame e manifesto à sua transferência no imediato para o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa, não havendo lugar a procedimento criminal e sendo o seu proprietário no caso dos produtos oriundos das actividades do material bélico indemnizado por via do ciclo económico produtivo ou comercial pelo montante do seu valor produtivo ou industrial sempre que os mesmos sejam comerciáveis.

4 – Todas as actividades do material bélico e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, que na emissão da autorização ou no exame e análise de avaliação e peritagem do seu estado, características e classificação não puderem ser legalizados, por estarem compreendidos nas actividades do material bélico e produtos e serviços prestados oriundos das mesmas actividades indesejáveis ou por se encontrarem deteriorados ou adulterados e sempre que os mesmos não se revistam de interesse didáctico ou científico ou não forem solicitadas amostras por quaisquer entidades, compete ao respectivo proprietário proceder à declaração de cessação da actividade ou de destruição, sob pena de exercício ilícito de actividade ou de os produtos oriundos das actividades do material bélico serem considerados declarados perdidos a favor do estado e consequentemente destruídos nos termos da lei, não existindo lugar a qualquer indemnização.

5 – Deveram nos termos do número 1 ser denunciados no mesmo acto os respectivos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma em posse do seu proprietário.

6 – Todo o cidadão ou entidade que com excepção do exercício profissional ao serviço das forças de intervenção militares, policiais ou sapadoras nos termos da lei, exercer, deter ou possuir actividades do material bélico ou produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como percursos, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma e que as não denunciar às autoridades do material bélico competentes ou não proceder ao respectivo exame e manifesto, é punido pelo crime de tráfico e outras actividades ilícitas.

## ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – MANIFESTO PESSOAL.

1 – Todos os portadores de produtos oriundos das actividades do material bélico não manifestados ou não registados, devem durante os 183 dias que medeiam entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor, denunciar a sua posse ao órgão de soberania policial da sua área de residência e requerer a sua apresentação a exame e manifesto, não se processando o respectivo procedimento criminal.

2 – Após o exame e manifesto a requerimento do interessado, os referidos produtos se susceptíveis de legalização ao abrigo do presente diploma são transferidos para o arsenal de material bélico das reais forças armadas portuguesa e indemnizado o seu proprietário por via do ciclo económico produtivo ou comercial pelo montante do seu valor produtivo ou industrial sempre que os mesmos sejam comerciáveis.

3 – Todos os produtos oriundos das actividades do material bélico que no exame de avaliação e peritagem do seu estado, características e classificação não puderem ser legalizados compete ao respectivo proprietário proceder à sua inutilização para fins museológicos ou de investigação científica, ou à sua destruição, sob pena de serem considerados declarados perdidos a favor do estado.

4 – Deveram nos termos do número 1 serem denunciados no mesmo acto os respectivos percursos, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma em posse do seu proprietário.

5 – Todo o cidadão que com excepção do exercício profissional ao serviço das forças de intervenção militares, policiais ou sapadoras nos termos da lei, exercer, deter ou possuir actividades do material bélico ou produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades, bem como percursos, matérias-primas ou matérias subsidiárias constantes do presente diploma e que as não denunciar às autoridades do material bélico competentes ou não proceder ao respectivo exame e manifesto, é punido pelo crime de tráfico e outras actividades ilícitas.

#### **ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – INFORMAÇÃO AOS BELICISTAS.**

1 – As publicações destinadas exclusivamente aos belicistas relativas a actividades do material bélico e a produtos ou serviços prestados oriundos das mesmas actividades constantes do presente diploma, devem referir obrigatoriamente as características, especificidades e estado soberano do produto a que corresponde, bem como a classe do material respectivo para a sua comercialização.

#### **ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – ENTRADA EM VIGOR.**

1 – O presente diploma entra em vigor em todo o reino de Portugal passados 183 dias da sua publicação, divulgação e difusão pelos meios de comunicação social da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, devendo ser adoptado até ao momento do acto, os procedimentos regulamentares orgânicos, técnicos e tecnológicos exigidos à aplicação do presente diploma, vigorando até à sua entrada os decretos-leis promulgados pelo regime republicano sobre a produção, fabrico, comercialização, uso, utilização e exercício de actividades do material bélico e de produtos e serviços prestados oriundos das mesmas

actividades, bem como de percursores, matérias-primas e matérias subsidiárias constantes do presente diploma.

DIPLOMA DO MATERIAL BÉLICO

APROVADO E PROMULGADO

EM DEZOITO DE AGOSTO DO ANO DOIS MIL E QUINZE

POR

SUA MAJESTADE,

EL REI SUPREMO O IMPERADOR,

DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS.



# ÍNDICE

## DIPLOMA DO MATERIAL BÉLICO:

DIPLOMA DO MATERIAL BÉLICO – 1:

TÍTULO PRIMEIRO – MATERIAL BÉLICO – 2.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 2.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E DEFINIÇÕES – 2.

ARTIGO SEGUNDO – TABELAS – 4.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO E DO CONTROLO – 6.

ARTIGO QUARTO – LEIS E CONCEITOS TÉCNICOS – 6.

ARTIGO QUINTO – DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO – 6.

ARTIGO SEXTO – LIBERALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO E DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES – 7.

ARTIGO SÉTIMO – AQUISIÇÃO, DETENÇÃO, USO E PORTE DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO – 7.

ARTIGO OITAVO – HONRA À DETENÇÃO, USO E PORTE DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO – 8.

ARTIGO NONO – HOMOLOGAÇÃO – 8.

ARTIGO DÉCIMO – MINISTRO DO MATERIAL BÉLICO – 9.

CAPÍTULO SEGUNDO – AUTORIZAÇÃO, LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – 9.

ARTIGO PRIMEIRO – LICENCIAMENTOS, CONDICIONAMENTOS E AUTORIZAÇÕES – 9.

ARTIGO SEGUNDO – PROCESSAMENTO DE AUTORIZAÇÃO – 11.



ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO – 12.

ARTIGO QUARTO – NATUREZA DAS AUTORIZAÇÕES – 13.

ARTIGO QUINTO – REQUISITOS SUBJECTIVOS – 14.

ARTIGO SEXTO – MANUTENÇÃO E CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO – 14.

ARTIGO SÉTIMO – REVOGAÇÃO OU SUSPENSÃO DA AUTORIZAÇÃO – 14.

ARTIGO OITAVO – EFEITOS DA REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO – 15.

ARTIGO NONO – REGISTO DE ACTIVIDADE – 15.

ARTIGO DÉCIMO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO – 16.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA FISCALIZADORA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA FISCAIS E DAS ENTIDADES ALFANDEGÁRIAS – 17.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVER DE COMUNICAÇÃO – 18.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SEGURANÇA, ARSENAL DE MATERIAL BÉLICO E TRANSPORTE – 18.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADÃOS – 19.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DETENÇÃO DE MATERIAL BÉLICO EM MEIO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL – 19.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – TAXAS – 19.

CAPÍTULO TERCEIRO – COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO – 20.

ARTIGO PRIMEIRO – DIRECÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS – 20.

ARTIGO SEGUNDO – INFRACÇÕES ALFANDEGÁRIAS – 20.

ARTIGO TERCEIRO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL – 21.

ARTIGO QUARTO – DEVER DE DENÚNCIA – 21.

ARTIGO QUINTO – CONTROLO – 21.

CAPÍTULO QUARTO – BELICISTAS – 22.

ARTIGO PRIMEIRO – CONCESSÃO DE ALVARÁS – 22.

ARTIGO SEGUNDO – TIPOS DE ALVARÁS – 22.

ARTIGO TERCEIRO – PROIBIÇÃO DE CEDÊNCIA DE ALVARÁ – 25.

ARTIGO QUARTO – CASSAÇÃO DO ALVARÁ – 25.

ARTIGO QUINTO – COMÉRCIO ELECTRÓNICO ENTRE BELICISTAS NACIONAIS – 26.

ARTIGO SEXTO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS BELICISTAS NO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE – 26.

ARTIGO SÉTIMO – ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO DA PREVENÇÃO – 27.

ARTIGO OITAVO – ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO DA ORDEM – 27.

ARTIGO NONO – ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO DA SEGURANÇA – 28.

ARTIGO DÉCIMO – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS BELICISTAS NA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO, RESTAURO E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS DO MATERIAL BÉLICO – 28.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ENTIDADES DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO, RESTAURO E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS DO MATERIAL BÉLICO – 28.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – MARCA DE ORIGEM – 29.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – MANIFESTO DE MATERIAL BÉLICO – 29.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CONTROLO DE CONSUMO – 29.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO – 30.

CAPITULO QUINTO – MANIFESTO – 30.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA – 30.

ARTIGO SEGUNDO – MANIFESTO E LIVRETE DE MANIFESTO – 31.

ARTIGO TERCEIRO – NUMERAÇÃO E MARCAÇÃO – 31.

ARTIGO QUARTO – FACTOS SUJEITOS A REGISTO – 32.

ARTIGO QUINTO – REPARAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS  
CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DE MATERIAL BÉLICO – 32.

CAPÍTULO SEXTO – PAÍÓIS DE MATERIAL BÉLICO DE EXERCÍCIO DA  
ACTIVIDADE – 32.

ARTIGO PRIMEIRO – PAÍÓIS DE MATERIAL BÉLICO – 33.

ARTIGO SEGUNDO – AUTORIDADE DOS PAÍÓIS – 33.

ARTIGO TERCEIRO – PROCESSAMENTO DE ACESSO AOS  
PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL  
BÉLICO NOS LOCAIS DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – 33.

ARTIGO QUARTO – ESTADO DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE  
SÍTIO – 33.

CAPÍTULO SÉTIMO – TRÁFICO, BRANQUEAMENTO E OUTRAS  
INFRACÇÕES – 34.

ARTIGO PRIMEIRO – TRÁFICO E OUTRAS ACTIVIDADES  
ILÍCITAS – 34.

ARTIGO SEGUNDO – MATÉRIAS-PRIMAS – 36.

ARTIGO TERCEIRO – MATÉRIAS SUBSIDIÁRIAS – 38.

ARTIGO QUARTO – PERCURSORES – 39.

ARTIGO QUINTO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA – 40.

ARTIGO SEXTO – INCITAMENTO AO USO E UTILIZAÇÃO DO  
MATERIAL BÉLICO – 42.

ARTIGO SÉTIMO – TRÁFICO, USO E UTILIZAÇÃO ILÍCITO EM  
ESPAÇOS PÚBLICOS OU PRIVADOS – 43.

ARTIGO OITAVO – DESOBEDIÊNCIA QUALIFICADA – 45.

ARTIGO NONO – RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS  
COLECTIVAS OU EQUIPARADAS – 46.

ARTIGO DÉCIMO – REPATRIAMENTO DE ESTRANGEIROS E  
ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTO – 46.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PERDA DE OBJECTOS – 46.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – BENS MATERIAIS OU DIREITOS RELACIONADOS COM O FACTO – 47.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DEFESA DE DIREITOS DE BOA-FÉ DE TERCEIROS – 47.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – BENS TRANSFORMADOS, CONVERTIDOS OU MISTURADOS – 48.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – LUCROS E OUTROS BENEFÍCIOS – 48.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DESTINO DOS BENS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO – 48.

TÍTULO SEGUNDO – CICLO ECONÓMICO – 48.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO – 49.

ARTIGO PRIMEIRO – PRODUÇÃO E FABRICO – 49.

ARTIGO SEGUNDO – ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO DA PREVENÇÃO – 50.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO DA ORDEM – 51.

ARTIGO QUARTO – ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO DA SEGURANÇA – 51.

ARTIGO QUINTO – PRODUTO FINAL – 52.

ARTIGO SEXTO – QUOTAS DE PRODUÇÃO E FABRICO – 52.

ARTIGO SÉTIMO – PROIBIÇÃO DE AMOSTRAS – 53.

ARTIGO OITAVO – AVALIAÇÃO DO PROCESSO – 53.

ARTIGO NONO – PERITAGEM DO PRODUTO FINAL – 53.

ARTIGO DÉCIMO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO PRODUTIVO – 54.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – FORNECIMENTOS ESPECÍFICOS – 55.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONTRIBUIÇÃO PARA AS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, A GUARDA REAL PORTUGUESA E OS REAIS SAPADORES PORTUGUESES – 56.

## CAPÍTULO SEGUNDO – COMÉRCIO E SERVIÇOS – 56.

ARTIGO PRIMEIRO – SERVIÇOS PRESTADOS – 56.

ARTIGO SEGUNDO – PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO OU RESTAURO – 58.

ARTIGO TERCEIRO – PRODUTORES E FABRICANTES – 58.

ARTIGO QUARTO – PROCESSAMENTO DO CICLO ECONÓMICO COMERCIAL – 58.

ARTIGO QUINTO – PROCESSAMENTO DE MATERIAL BÉLICO PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO OU RESTAURO – 59.

## CAPÍTULO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPEDIÇÃO E TRÂNSITO – 60.

ARTIGO PRIMEIRO – IMPORTAÇÃO E INTRODUÇÃO – 60.

ARTIGO SEGUNDO – EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO – 61.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO – 62.

ARTIGO QUARTO – ACORDO COMERCIAL – 62.

ARTIGO QUINTO – PERITAGEM DOS PRODUTOS IMPORTADOS, INTRODUZIDOS, EXPORTADOS E EXPEDIDOS – 63.

ARTIGO SEXTO – EXPORTAÇÃO OU EXPEDIÇÃO PROIBIDA – 63.

ARTIGO SÉTIMO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO TEMPORÁRIA – 64.

ARTIGO OITAVO – PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA TEMPORÁRIA – 64.

ARTIGO NONO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSBORDO – 65.

ARTIGO DÉCIMO – DESPACHO DE MATERIAL BÉLICO PARA DIPLOMATAS E ACOMPANHANTES DE MISSÕES OFICIAIS – 65.



ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – OUTROS CONDICIONALISMOS – 65.

#### CAPÍTULO QUARTO – REGISTOS INFORMÁTICOS DE CONTROLO – 66.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES COMUNS – 66.

ARTIGO SEGUNDO – REGISTO DE ENTRADAS E SAÍDAS – 66.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE PRODUÇÃO E FABRICO – 67.

ARTIGO QUARTO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE MONTAGEM – 68.

ARTIGO QUINTO – REGISTO DE ENTRADA E DE SAÍDA DO CICLO DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E RESTAURO – 68.

ARTIGO SEXTO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E INUTILIZAÇÃO DE REGISTOS – 69.

ARTIGO SÉTIMO – REGISTO DAS EXISTÊNCIAS – 69.

#### CAPÍTULO QUINTO – PUBLICIDADE, SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO E FOLHETO INFORMATIVO – 70.

ARTIGO PRIMEIRO – PROIBIÇÃO DE PUBLICIDADE – 70.

ARTIGO SEGUNDO – SEGURANÇA, ESTOJOS, CARTEIRAS DE MUNIÇÕES, EMBALAMENTO E CONSERVAÇÃO – 70.

ARTIGO TERCEIRO – FOLHETO INFORMATIVO – 71.

#### CAPÍTULO SEXTO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL – 71.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTO PROCESSUAL JURÍDICO – 71.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO JURÍDICO – 71.

ARTIGO TERCEIRO – IMPORTAÇÃO, INTRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E EXPEDIÇÃO ILÍCITAS – 71.

ARTIGO QUARTO – EXERCÍCIO ILEGAL DE ACTIVIDADES SUJEITAS A AUTORIZAÇÃO – 73.

ARTIGO QUINTO – REBELDIA – 74.

ARTIGO SEXTO – SEGURANÇA, ESTOJOS, EMBALAMENTO, CONSERVAÇÃO E FOLHETOS INFORMATIVOS – 75.

ARTIGO SÉTIMO – ELEMENTOS ERRADOS – 76.

ARTIGO OITAVO – LICENÇA E AUTORIZAÇÃO – 77.

ARTIGO NONO – QUEBRA DE COOPERAÇÃO – 78.

ARTIGO DÉCIMO – INICIO DE ACTIVIDADE – 79.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESALFANDEGAMENTO – 80.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – APREENSÕES – 81.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CICLO ECONÓMICO – 82.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SUBTRACÇÃO, EXTRAVIO E DETERIORAÇÃO – 82.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DEVERES DE SEGURANÇA – 83.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CONTRIBUIÇÃO – 84.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PUBLICIDADE – 85.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DENÚNCIA – 85.

ARTIGO DÉCIMO NONO – FRONTEIRAS – 86.

ARTIGO VIGÉSIMO – REVISTA – 87.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – ARSENAL DE MATERIAL BÉLICO DAS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA – 88.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ESTADO-MAIOR – 90.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – AMOSTRAS – 91.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – REGISTOS INFORMÁTICOS – 92.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DOCUMENTOS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES – 93.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – DIRECÇÃO DO MATERIAL BÉLICO, OUTRAS DIRECÇÕES E RESPONSÁVEIS PELA AUTORIZAÇÃO – 94.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DAS ARMAS E DAS MUNIÇÕES – 94.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – PENAS ACESSÓRIAS – 95.

TÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES NORMATIVAS – 95.

CAPÍTULO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 95.

ARTIGO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO PENAL – 95.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO DA LEI PENAL PORTUGUESA – 95.

ARTIGO TERCEIRO – MEDIDAS RESPEITANTES A MENORES – 95.

ARTIGO QUARTO – LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL – 95.

ARTIGO QUINTO – REVISTA – 96.

ARTIGO SEXTO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DOS PORTADORES DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO – 96.

ARTIGO SÉTIMO – EXERCÍCIO DAS ACTIVIDADES DE BELICISTA POR PESSOAS COLECTIVAS – 97.

ARTIGO OITAVO – PIROTÉCNICOS E PULVERIZADORES – 97.

ARTIGO NONO – EVENTOS PROMOCIONAIS – 97.

ARTIGO DÉCIMO – SERVIÇOS COMPLEMENTARES – 98.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE CIVIL – 98.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SEGURO OBRIGATÓRIO – 98.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REGISTO INFORMÁTICO DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO APREENDIDOS – 98.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – APREENSÃO DE PRODUTO ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO – 99.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO – 100.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – LEILÕES DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO – 101.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PUBLICIDADE DA VENDA EM LEILÃO – 102.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ENTREGA OBRIGATÓRIA DE PRODUTO ORIUNDO DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO ACHADO – 102.

CAPÍTULO SEGUNDO – NORMAS ESPECIAIS – 103.

ARTIGO PRIMEIRO – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – 103.

ARTIGO SEGUNDO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL – 103.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO CENTRAL – 104.

ARTIGO QUARTO – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – 105.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS – 105.

ARTIGO SEXTO – PERITAGEM E DESTRUIÇÃO DE PRODUTOS ORIUNDOS DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO APREENDIDOS – 105.

ARTIGO SÉTIMO – AMOSTRAS PEDIDAS POR ENTIDADES ESTRANGEIRAS – 107.

ARTIGO OITAVO – COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES – 107.

ARTIGO NONO – MISSÃO – 107.

ARTIGO DÉCIMO – FROTA DO ARSENAL DE MATERIAL BÉLICO DAS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA – 108.

CAPÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 108.

ARTIGO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL – 108.

ARTIGO SEGUNDO – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL – 109.

ARTIGO TERCEIRO – ACTIVIDADES DE PREVENÇÃO – 110.

ARTIGO QUARTO – RELATÓRIO ANUAL – 111.

ARTIGO QUINTO – DIAGNÓSTICO, QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO E DE PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES – 112.

ARTIGO SEXTO – ESPÉCIES MARINHAS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 114.

ARTIGO SÉTIMO – ESPÉCIES ANIMAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 114.

ARTIGO OITAVO – ESPÉCIES VEGETAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 114.

ARTIGO NONO – MATURIDADE DAS ÁRVORES PARA ABATE – 114.

ARTIGO DÉCIMO – ESPÉCIES VEGETAIS NOCIVAS AO SOLO – 114.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MINERAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO – 115.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ESTADO-MAIOR DAS REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, ESTADO-MAIOR DA GUARDA REAL PORTUGUESA E ESTADO-MAIOR DOS REAIS SAPADORES PORTUGUESES – 115.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PARAÍSO FISCAL – 115.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PRIVATIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO MATERIAL BÉLICO PÚBLICAS – 116.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ENTIDADE REGULADORA DO MATERIAL BÉLICO – 116.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – INSPECTORES DO MATERIAL BÉLICO – 116.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PROIBIÇÃO DE ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO – 116.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – CONSELHO DO PROVEDOR DA INDÚSTRIA – 116.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DELEGAÇÃO E PRETENSÃO DE COMPETÊNCIAS – 117.

ARTIGO VIGÉSIMO – LIXOS E DETRITOS DO MATERIAL BÉLICO – 117.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – ABUSO DE PATENTE E PIRATARIA – 117.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – RECLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO MATERIAL BÉLICO E DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DAS MESMAS ACTIVIDADES – 118.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME LEGAL – 118.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – MANIFESTO VOLUNTÁRIO – 118.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – MANIFESTO PESSOAL – 119.



ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – INFORMAÇÃO AOS BELICISTAS –  
120.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – ENTRADA EM VIGOR – 120.

ÍNDICE – 122.

